



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MODALIDADE**  
**PROFISSIONAL – PPGE/MP**

**O LUGAR DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NOS**  
**CURRÍCULOS PRATICADOS NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DO MENOR EM**  
**CONFLITO COM A LEI, NO RECANTO DAS EMAS-DF**

**THIAGO PIMENTEL DO NASCIMENTO**

**BRASÍLIA-DF**  
**2025**

**THIAGO PIMENTEL DO NASCIMENTO**

**O LUGAR DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NOS  
CURRÍCULOS PRATICADOS NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DO MENOR EM  
CONFLITO COM A LEI, NO RECANTO DAS EMAS-DF**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado Profissional (PPGE-MP) da Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília-UnB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa Desenvolvimento Profissional Docente.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Liliane Campos Machado.

**Grupo de Pesquisa:** GEPFOCTI.

**BRASÍLIA-DF**

**2025**

**Ficha Catalográfica**

PN2441 Pimentel do Nascimento, Thiago  
O LUGAR DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NOS  
CURRÍCULOS PRATICADOS NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DO MENOR EM  
CONFLITO COM A LEI, NO RECANTO DAS EMAS-DF / Thiago  
Pimentel do Nascimento; orientador Liliane Campos Machado.  
Brasília, 2025.  
134 p.

Dissertação(Mestrado em Educação) Universidade de  
Brasília, 2025.

1. Educação. 2. Socioeducação. 3. ECA. 4. Unidade de  
Internação. 5. Currículo. I. Campos Machado, Liliane,  
orient. II. Título.

**THIAGO PIMENTEL DO NASCIMENTO**

**O LUGAR DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NOS  
CURRÍCULOS PRATICADOS NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DO MENOR EM  
CONFLITO COM A LEI, NO RECANTO DAS EMAS-DF**

COMISSÃO JULGADORA

---

Prof. Dra. Liliane Campos Machado

Orientadora

Universidade de Brasília – FE/PPGE/MP (Presidente)

---

Prof. Dr. Marcos de Lima Porta

PUC/SP

(Membro externo)

---

Prof. Dr. Bernardo Kipnis

Universidade de Brasília - FE/PPGE/MP

(Membro interno)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rita Silvana Santana dos Santos

Universidade de Brasília – FE/PPGE/MP

(Suplente)

**BRASÍLIA-DF**

**2025**

Dedico a presente dissertação ao meu núcleo familiar: minha mãe, Célia Maria do Nascimento Pimentel, que sempre me apoiou incondicionalmente, batalhou comigo, e me ensinou sabiamente sobre ser digno, honesto e batalhador; ao meu esposo, Prof. Dr. Francisco Thiago Silva, meu parceiro de todas as horas e professor nos árduos momentos da trilha percorrida nesse Mestrado; ao meu irmão, Geraldo de Matos Neto, que trabalhou incansavelmente durante minha graduação, para que eu me formasse e estivesse aqui concluindo meu Mestrado em Educação; à primeira professora da minha vida, do Ensino Fundamental I, “tia” Darci Ferreira Braga, que sempre foi exemplo de educadora e que muito me incentivou a estudar.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e a Nossa Senhora Aparecida, pois sempre me concedem graças diariamente e, se não fosse pelo equilíbrio trazido pela “Fé”, não teria realizado essa pesquisa, cujos resultados estão dispostos nessa dissertação.

Agradeço à minha mãe, Célia Maria do Nascimento Pimentel, meu espelho, minha heroína, que com sua sabedoria e fé sempre esteve ao meu lado, lutando, me inspirando e me ensinando a enfrentar a vida como tem que ser, com fé, honestidade e segurando na mão de Deus e Nossa Senhora.

Ao meu esposo, Prof. Dr. Francisco Thiago Silva, modelo de educador, de pesquisador, que sempre me apoiou e ajudou incondicionalmente, e que confirmou que ser pesquisador nesse país não é para os fracos, mas que todo esforço e trabalho fazem a diferença, levando a “educação” que emancipa e transforma vidas.

À minha orientadora, “Profª Drª Liliane Campos Machado”, que, além do trabalho que exerce junto à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília na condição de Diretora, ainda encontra tempo para acolher seus orientandos, orientar, incentivar, apoiar, ensinar e formar. Muito obrigado, de coração!

Aos professores da Banca Avaliadora, que se dispuseram a ler, avaliar e contribuir para o enriquecimento de minha pesquisa.

## **Tocando em Frente (Renato Teixeira)**

Ando devagar porque já tive pressa  
E levo esse sorriso porque já chorei demais  
Hoje me sinto mais forte, mais feliz quem sabe  
Só levo a certeza de que muito pouco sei  
Eu nada sei  
Conhecer as manhas e as manhãs  
O sabor das massas e das maçãs  
É preciso amor pra poder pulsar  
É preciso paz pra poder sorrir  
É preciso a chuva para florir

Penso que cumprir a vida seja simplesmente  
Compreender a marcha, ir tocando em frente  
Como um velho boiadeiro  
Levando a boiada eu vou tocando os dias  
Pela longa estrada, eu vou, estrada eu sou  
Conhecer as manhas e as manhãs  
O sabor das massas e das maçãs  
É preciso amor pra poder pulsar  
É preciso paz pra poder sorrir  
É preciso a chuva para florir

Todo mundo ama um dia, todo mundo chora  
Um dia a gente chega, no outro vai embora  
Cada um de nós compõe a sua história,  
Cada ser em si carrega o dom de ser capaz  
De ser feliz  
Conhecer as manhas e as manhãs  
O sabor das massas e das maçãs  
É preciso amor pra poder pulsar  
É preciso paz pra poder sorrir  
É preciso a chuva para florir

Ando devagar porque já tive pressa  
E levo esse sorriso porque já chorei demais  
Cada um de nós compõe a sua história,  
Cada ser em si carrega o dom de ser capaz  
De ser feliz  
Conhecer as manhas e as manhãs  
O sabor das massas e das maçãs  
É preciso amor pra poder pulsar  
É preciso paz pra poder sorrir  
É preciso a chuva para florir

**Cada um de nós compõe a sua história  
Cada ser em si carrega o dom de ser capaz  
De ser feliz**

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> –	Quadro de coerência.....	20
<b>Quadro 2</b> –	Interlocutores(as) da pesquisa.....	43
<b>Quadro 3</b> –	Fases da pesquisa.....	45
<b>Quadro 4</b> –	Dinâmica da análise de conteúdo (AC).....	46
<b>Quadro 5</b> -	Resumo da Resolução CONANDA nº 160/2013.....	59
<b>Quadro 6</b> -	Cenário qualitativo da socioeducação no DF.....	62
<b>Quadro 7</b> -	UNIRES do DF.....	63
<b>Quadro 8</b> -	Espaços físicos da UNIRE.....	76
<b>Quadro 9</b> -	Lugar que o ECA ocupa nos documentos pedagógicos legais principais que sustentam a UNIRE.....	93

## LISTA DE SIGLAS

ANFOPE	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNC	Base Nacional Comum
DF	Distrito Federal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FE	Faculdade de Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MHD	Materialismo Histórico-Dialético
OTP	Organização do Trabalho Pedagógico
PPGEMP	Programa de Pós-Graduação em Educação - Modalidade Profissional
PPP	Projeto Político-Pedagógico
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SEEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UnB	Universidade de Brasília

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Mapa geográfico do Recanto das Emas.....	40
<b>Figura 2:</b> Ciclo de políticas públicas.....	56
<b>Figura 3:</b> Tabela de matrículas e Regionais de Ensino.....	65
<b>Figura 4:</b> Teorias de Currículo baseado em Silva (2011) .....	68
<b>Figura 5:</b> Escola UNIRE.....	76
<b>Figura 6:</b> Modelo de objetivação (fases) do currículo em Sacristán (2000) .....	80
<b>Figura 7:</b> Dados percentuais da situação escolar e da RA da residência dos adolescentes que deram entrada no NAI (2019 e 2020) .....	88

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1 ESTADO DA ARTE</b> .....	23
1.1 RESULTADOS DA BDTD .....	24
1.2 RESULTADOS DA REDE SCIELO .....	25
1.3 RESULTADOS DO GOOGLE ACADÊMICO .....	26
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	30
2.1 DEFINIÇÃO DE CIÊNCIA E PESQUISA QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO .....	30
2.2 APROXIMAÇÕES COM O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO (MHD) .....	33
2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA E <i>LÓCUS</i> DA PESQUISA .....	36
<b>2.3.1 Análise dos dados</b> .....	43
2.3.1.1 Análise de conteúdo na perspectiva do MHD .....	43
<b>3 EIXO I - O ECA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL</b> .....	48
3.1 CONCEITURANDO POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA APLICAÇÃO AO ECA.....	51
<b>4 EIXO II - O CURRÍCULO NAS UNIDADES DE INTERNAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL</b> .....	61
4.1 O CONTEXTO DA SÓCIOEDUCAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL.....	61
4.1.1 O que o Censo Escolar de 2024 nos mostrou sobre o DF? .....	64
4.1.2 O que os dados revelaram sobre o currículo .....	67
4.1.3 Conexões entre currículo e socioeducação nos documentos e na fala dos(as) interlocutores(as) da pesquisa: as categorias .....	69
4.1.4 O PPP da UNIRE .....	71

<b>5</b>	<b>EIXO III – O QUE OS DADOS REVELAM: O LUGAR DO ECA NA UNIRE</b>	<b>84</b>
	.....	
5.1	SITUANDO A UNIRE NA SOCIOEDUCAÇÃO DO DF	86
5.2	O LUGAR DO ECA NO PPP DA UNIRE	92
<b>6</b>	<b>PRODUTO TÉCNICO</b>	<b>100</b>
	.....	
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>104</b>
	.....	
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>109</b>
	.....	
	<b>APÊNDICES</b>	<b>113</b>
	.....	
	<b>ANEXOS</b>	<b>119</b>
	.....	

## RESUMO

A presente dissertação abriga-se no grupo de pesquisa GEPFOCTI, coordenado pela Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Liliane Campos Machado, e buscou compreender qual o lugar ocupado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA nos currículos da Unidade de Internação do Menor em Conflito com a Lei, localizado no Recanto das Emas - DF. O objetivo geral da pesquisa residiu em identificar o lugar ocupado por esse Estatuto nas rotinas pedagógicas e nos currículos da referida Unidade de Internação. A hipótese central da investigação é a de que rotinas pedagógicas realizadas por meio de práticas restaurativas, e em cumprimento aos dispositivos inscritos nos artigos 4º e 53 dessa lei, poderão contribuir significativamente para um processo de reabilitação, reinserindo a criança e o adolescente na sociedade, a começar pela comunidade escolar. A pesquisa ancorou-se em uma abordagem qualitativa e encontrou fundamento em conceitos do Materialismo Histórico-Dialético (Marx, 1974), sobretudo na ideia da leitura de mundo do filósofo quanto a sua maneira de enxergar a sociedade sob a lente dos modos de produção e, principalmente, no manuseio/uso de suas categorias ontológicas (Cury 1989; Silva; Rocha, 2023), visando a uma síntese superadora por meio do concreto pensado. Quanto aos procedimentos metodológicos, destacam-se o estado da arte, a análise documental, a produção e aplicação de questionários, com consequente análise de conteúdo dos dados coletados (Bardin, 1977; 2016). O *lócus* da pesquisa foi, então, a Unidade de Internação do Menor em Conflito com a Lei, localizado no Recanto das Emas - DF. Os eixos teóricos da pesquisa são: I. O ECA, como política pública no Brasil; II. O Currículo da Formação e da atuação dos profissionais nas Unidades de Internação do Distrito Federal e III. A sugestão de elaboração de uma “Nota Técnica” que, em atenção aos artigos 4º e 53 da Lei 8.069/1990, esboce uma minuta de Decreto-Lei acerca da obrigatoriedade da inclusão das “Práticas Restaurativas” como conteúdo nos programas de formação continuada de professores da socioeducação, bem como sugestão ao Poder Legislativo de possíveis complementos ao Estatuto, de modo que esse diploma legal tenha plena eficácia no que diz respeito à forma como essa legislação de proteção à criança e ao adolescente deva ser trabalhada junto às Unidades de Internação. Os resultados apontaram, nos eixos II e III, as seguintes categorias: Projetos Pedagógicos, Pedagogia de Projeto, Transversalidade, ECA, ECA Transversal. Os resultados apontaram, nos eixos II e III, as seguintes constatações: a) o currículo praticado pela UNIRE prima pela ressocialização, em observância aos artigos 4º e 53 do ECA, muito embora o currículo da formação desses profissionais encontre inúmeros percalços para garantir que essa temática seja efetivamente contemplada e b) os profissionais interlocutores se preocupam com a prática de educação restaurativa, em atenção aos direitos prescritos no ECA, o qual está, em parte, sendo trabalhado no Projeto Político-Pedagógico utilizado pela UNIRE, haja vista várias falas dos sujeitos da pesquisa demonstrarem preocupação com a obediência e a aplicabilidade do ECA nas rotinas pedagógicas e no ensino prestado pela instituição, embora, aparentemente, ainda seja necessário melhor aperfeiçoamento das referidas rotinas e práticas pedagógicas.

**Palavras-chave:** Educação; Socieducação; ECA; Unidade de Internação; currículo; Distrito Federal.

## ABSTRACT

The present dissertation is housed in the research group: GEPFOCTI, coordinated by Prof. Dr. Liliane Campos Machado and sought to understand the place occupied by the "Statute of the Child and Adolescent" in the curricula of the Unit for the Internment of Minors in Conflict with the Law, in Recanto das Emas-DF? In view of this, we have that the main objective of the present research was to understand the place occupied by the "Statute of the Child and Adolescent" in the pedagogical routines and curricula of the Internment Unit of the minor in conflict with the Law in Recanto das Emas-DF, in which the central assumption of investigation is the argument and/or idea that, if properly worked on in pedagogical routines, through restorative practices, the ECA, through its articles 4 and 53, can contribute to a rehabilitation process, so that the minor is reinserted into society, including the school community. The research had a qualitative approach, going through Dialectical Historical Materialism (MARX, 1974), especially in the idea of the philosopher's reading of the world in his way of seeing society through the modes of production and, mainly, in the handling/use of its ontological categories (Cury 1989; Silva; Rocha, 2023), aiming at an overcoming synthesis through thought concrete. Within the research procedures, we had the "state of the art", the documentary analysis, and the application of questionnaires, with the application of content analysis according to Bardin (1977; 2016). In this vein, the locus of the research was with the Unit for the Internment of Minors in Conflict with the Law, in Recanto das Emas-DF. The theoretical axes of the research are: i. The ECA, as a public policy in Brazil; ii. The Curriculum of the Training and the performance of professionals in the Internment Units of the Federal District and iii. Finally, we will have as a technical product the suggestion of the elaboration of a "Technical Note", which, in attention to articles 4 and 53 of Law 8.069/1990, Statute of the Child and Adolescent, will draft a draft of a Decree Law on the mandatory inclusion of "Restorative Practices" as content in the continuing education programs of Socioeducation teachers, and, perhaps, to suggest to the Legislative Branch, possible complements to the Statute of the Child and Adolescent, so that the said statute has full effectiveness with regard to the way in which this legislation for the protection of minors should be worked with the detention units. Regarding the results, we used content analysis, and we determined in axes II and III, through the following categories: Pedagogical Projects, Project Pedagogy, Transversality, ECA, Transversal ECA and we obtained the following findings: a) the curriculum practiced by UNIRE excels in resocialization in compliance with articles 4 and 53 of the ECA, although the curriculum of the training of these professionals finds numerous obstacles to ensure that this theme integrates it; b) that the interlocutors are concerned with the practice of restorative education in attention to the rights prescribed in the ECA, which, in part, is being worked on in the PPP used by UNIRE, because, in several answers, they demonstrated their concern with the obedience and applicability of the ECA in the pedagogical routines and in the teaching provided at the institution, However, apparently, there is still a need for better improvement of these routines and pedagogical practices.

**Key words:** Education; Socieducation, ECA; Inpatient Unit; curriculum; Federal District.

## INTRODUÇÃO E MEMORIAIS

A presente dissertação buscou compreender qual **o lugar do Estatuto da Criança e do Adolescente nos currículos praticados na Unidade de Internação do Menor em Conflito com a Lei, no Recanto das Emas - DF.**

Inicialmente, peço licença para falar em primeira pessoa, eis que discorrerei, na forma de um breve memorial, acerca de minhas trajetórias de vida e acadêmica até chegar ao Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB.

Sou natural da comunidade rural Campo Alegre, localizada no Município de Patos de Minas - MG, filho de Célia Maria do Nascimento Pimentel (do lar/aposentada) e Antônio Pimentel de Oliveira, ex-agricultor (*in memoriam*).

Ainda criança, aos sete anos de idade, estudando na escola rural Municipal Luiz Pereira Cardoso, perdi meu pai e comecei a enfrentar a vida apesar da pouca idade. As dificuldades foram diversas e em grande quantidade, no entanto, por influência de minha mãe, minha professora do primeiro ano do Ensino Fundamental, Darci Ferreira Braga, e por influência da minha tia e educadora, Elizabeth Maria do Nascimento e Silva, entendi que estudar, adquirir formação, seria o melhor caminho para uma vida melhor.

Desse modo, iniciei meus estudos na escola primária supracitada e nela permaneci até o início da então “quarta série”, momento a partir do qual passei a frequentar outras escolas públicas localizadas na zona urbana de Patos de Minas - MG. Apesar das dificuldades constantes, dediquei-me aos estudos e ganhei um concurso de redação aos 9 anos de idade, competindo com mais de 20 mil crianças estudantes de escolas públicas.

Nesse limiar, enfrentei muito preconceito e perseguição em razão de ser morador da zona rural e de estudar na cidade, ser criado sem pai por uma jovem viúva que sempre acumulou missões: mãe, pai, dona de casa, peão para lida na roça e tudo mais.

No entanto, quanto mais dificuldades, mais força e vontade eu tinha para desafiar a tudo que fosse preciso, com o objetivo único de estar na escola, no

ambiente escolar, no qual eu sempre me sentia feliz e realizado. Assim, por ser vítima de injustiças em várias situações, e por não aceitar injustiças desde criança, foi que persisti com os estudos, finalizei o Ensino Médio na Escola Estadual Professor Zama Maciel, localizada no Município de Patos de Minas, e decidi buscar o ingresso na faculdade de Direito.

Durante esse trajeto, na medida em que fui crescendo e atingindo a idade adulta, sobrevieram outras dificuldades relacionadas à minha orientação sexual, pois, até então, eu detinha uma visão de mundo restrita, em uma cultura tradicional interiorana que enxergava a questão da sexualidade como sendo motivo de vergonha e subversão, motivando, dessa forma, a rejeição, a exclusão e o julgamento social.

Dentro dessas dificuldades, aos 18 anos eu e minha família nos mudamos da Comunidade Campo Alegre. Mesmo assim, continuei tomado pela vontade de continuar estudando e me formar advogado. Desse modo, no dia 28 de outubro de 2005 mudei-me para Brasília, sem saber como faria para sobreviver em uma capital onde jamais havia pisado. Como sempre, esforcei-me e consegui meu primeiro emprego, ingressei no curso de Direito das Faculdades Integradas UPIS. Para tanto, consegui bolsa parcial e trabalhava para minha subsistência, enquanto minha mãe, Célia Maria do Nascimento Pimentel, e meu irmão mais velho, Geraldo de Matos Neto, trabalhavam incansavelmente para pagar o restante da mensalidade da minha faculdade.

Passei muita fome durante o período da graduação em Direito e, após muita luta, contando sempre com minha mãe e meu irmão, concluí minha formação universitária em dezembro de 2010. Antes do término do curso de Direito, iniciei estágio profissional junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e, em seguida, ingressei em estágio junto a escritório de advocacia, onde permaneci após minha aprovação no exame de ordem e perdurei prestando serviços como advogado associado pelo período de sete anos.

Ocorre que, após realizar três especializações em Direito, e mesmo sobrevivendo do pleno exercício da atividade de advogado, sempre mantive o anseio de voltar ao ambiente escolar ou universitário, na condição de professor, e sempre mantive a ideia audaciosa de ligar o Direito à Educação por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, pois o referido estatuto, apesar de ser considerado à frente do tempo em que foi editado, é tido como sem aplicabilidade

por vários juristas que se dedicam aos casos afins, como também é muito criticado por profissionais da área da educação, pois, a depender do caso, gera a sensação de impunidade e, em tese, não garante acesso aos direitos fundamentais.

Desse modo, com a influência e esclarecimentos prestados por exímios profissionais da Faculdade de Educação desta Universidade, o Professor Doutor Francisco Thiago Silva e minha orientadora, Professora Doutora Liliane Campos Machado, junto com seu grupo de pesquisa, identifiquei uma possível forma de ligar o Direito e a Educação, acerca de como o ECA está sendo trabalhado no currículo do ensino praticado na Unidade de Internação do Menor em Conflito com a Lei (UNIRE), e se, de fato, a referida legislação está contribuindo para a reeducação do adolescente internado para cumprimento de medida socioeducativa.

Destarte, e ainda nessa parte introdutória da nossa dissertação, faz-se importante relembrarmos que a Constituição Federal (1988) é a norma fundamental que surge pela necessidade do Estado em se organizar com a divisão dos poderes políticos e dela emanam os direitos e garantias fundamentais e toda a legislação infraconstitucional.

Nessa senda, surgem os “Direitos e Garantias Fundamentais”, os quais se encontram elencados do artigo 5º ao 17, 227, entre outros, todos da Constituição Federal, com intuito de selar a igualdade entre todos perante a lei. Assim sendo, em observância dos direitos e garantias fundamentais, temos o direito à Educação. Cury (2010) entende que convivemos com a triste realidade de milhões de crianças fora da escola, ou a frequentando fora da idade apropriada.

Dessa forma, e partindo dos direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição Federal, foi que nasceu o Estatuto da Criança e do Adolescente, insculpido na Lei 8.069/1990, considerado por muitos pesquisadores à frente de seu tempo; por outro lado, Cury (2010) nos traz que, no Brasil, tem-se tentado correlacionar a lei, educação e direitos e garantias fundamentais, todavia, infelizmente, vem-se colecionando tentativas frustradas nessa correlação.

Portanto, nossa pesquisa revela certo grau de ineditismo e importância, na medida em que investigaremos a forma como o ECA está sendo trabalhado nos currículos do ensino prestado nas instituições de internação do menor em conflito com a Lei. E, para a presente dissertação, escolhemos a unidade de internação do Recanto das Emas - DF, a fim de se verificar se, de fato, esse currículo/ensino

possibilita a reinserção da criança ou do adolescente internado na vida em sociedade.

Logo, conforme será demonstrado em tópico posterior desta dissertação, nossa investigação também se mostrou necessária, pois não foram localizadas outras pesquisas pontuais e/ou aproximadas investigando as possibilidades de contribuições do ECA na recuperação da criança ou do adolescente infrator, pela perspectiva formativa/educacional. Depois, para sacramentar nossa investigação e sua considerável relevância, apresentamos nosso produto técnico, por meio do qual trazemos aproximações para dar-lhe impacto prático-social, demonstrando, de fato, que se faz necessário adequar os currículos das Unidades de Internação para cumprimento de medidas socioeducativas, pois, se bem trabalhado nessas instituições, poderá salvar e reintegrar o adolescente assistido à sociedade, formando-o cidadão, ou seja, uma pessoa comum ciente dos direitos e deveres.

O problema central de nossa pesquisa reside em compreender o lugar do Estatuto da Criança e do Adolescente nos currículos praticados pela Unidade de Internação do Menor em Conflito com a Lei, localizado no Recanto das Emas – DF. Nossa hipótese é a de que, se devidamente trabalhado nas rotinas pedagógicas por meio de práticas restaurativas, o ECA poderá contribuir significativamente para o processo de reabilitação, de modo que a criança e o adolescente infratores sejam reinseridos na sociedade, incluindo a comunidade escolar, e garantindo efetividade aos artigos 4º e 53 do referido Estatuto.

Nessa senda, informamos agora que o nosso objetivo principal residiu em compreender qual o lugar ocupado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente nos currículos da Unidade de Internação do Menor em Conflito com a Lei, do Recanto das Emas - DF, tendo como pressuposto central de investigação o argumento e/ou ideia de que, em sendo devidamente trabalhado nas rotinas pedagógicas, buscando a prática refinada, o ECA contribui para um processo de reabilitação e causará grande impacto social na vida dos jovens recuperados e, por fim, da comunidade local.

A trilha investigativa teve abordagem qualitativa, perpassando o Materialismo Histórico-Dialético (Marx, 1974), sobretudo quanto à ideia da leitura de mundo do filósofo em sua maneira de enxergar a sociedade por meio dos modos de produção e, principalmente, no manuseio/uso de suas categorias ontológicas (Cury,

1989; Silva; Rocha, 2023), visando a uma síntese superadora por meio do concreto pensado.

Em se tratando de procedimentos de pesquisa, temos o estado do conhecimento e a análise documental, que incluiu: a análise de documentos próprios da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal; documentos de âmbito Federal que versam sobre os direitos da criança e do adolescente, sítios e resultados de pesquisa em torno da Educação e da Socioeducação do Distrito Federal, análise de Resoluções do CONANDA também aplicáveis à criança e ao adolescente, entre outros documentos e dados de pesquisas em torno dos direitos da criança e do adolescente no Distrito Federal e em nível nacional; aplicação de questionários, que foram utilizados da seguinte forma: aos(às) professores(as), diretor(a), coordenador(a) pedagógico(a) e supervisor(a) que atuam na escola existente na unidade de internação do menor em conflito com a lei (UNIRE), foi aplicado o questionário para coleta de dados, com questões respondidas por escrito e sem a interferência do pesquisador, através das quais investigamos como têm sido as práticas pedagógicas e como o ECA está sendo trabalhado por esses profissionais.

Quanto aos documentos que foram objeto de investigação, analisamos o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90, a Lei 12.594/2012 – SINASE, a Constituição Federal de 1988, as Diretrizes Pedagógicas – Escolarização na Sócio Educação, o Projeto Político-Pedagógico utilizado na Unidade de Internação do Recanto das Emas - DF e no Distrito Federal, o Manual de Internação do Distrito Federal, a Portaria nº 335/2024 – Regulamento Disciplinar das Unidades de Internação do Distrito Federal, a Resolução CONANDA nº 160/2013 e a Resolução CONANDA nº 113/2006.

Nessa toada, o *locus* da pesquisa foi a Unidade de Internação do Menor em Conflito com a Lei do Recanto das Emas, Distrito Federal. Os eixos teóricos da pesquisa são: I. o ECA, como política pública na história da educação no Brasil; II. o Currículo da Formação e da atuação dos profissionais nas Unidades de Internação do Distrito Federal e III. o que os dados revelam: o lugar do ECA na UNIRE.

Finalmente, trouxemos como produto técnico a sugestão da elaboração de uma “Nota Técnica” com esboço de uma minuta de Decreto-Lei, o qual garantiria total atenção aos artigos 4º e 53 da Lei 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre a obrigatoriedade da inclusão das Práticas

Restaurativas como conteúdo nos programas de formação continuada de professores que atuam na Socioeducação.

Assim, nossa pesquisa buscou ser fidedigna ao quadro de coerência abaixo, que concebido dentro da nossa trilha metodológica, na qual discorremos acerca do estado do conhecimento, definimos nossa metodologia com o materialismo histórico-dialético, informamos os conceitos de estado do conhecimento, de categorias ontológicas, e traçamos os procedimentos metodológicos utilizados.

**Quadro 1 - Quadro de coerência**

<b>PROBLEMA</b>		
Qual o lugar ocupado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente nas rotinas pedagógicas e nos currículos da Unidade de Internação do menor em conflito com a Lei, localizada no Recanto das Emas - DF?		
<b>OBJETIVO GERAL</b>		
Compreender qual o lugar ocupado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente nas rotinas pedagógicas e nos currículos da Unidade de Internação do menor em conflito com a Lei, localizada no Recanto das Emas - DF.		
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>		
Identificar o ECA como política pública na história da educação no Brasil.	Compreender a presença do ECA no currículo de formação dos profissionais/educadores que atuam na Unidade de Recuperação/Internação do menor em conflito com a Lei, localizada no Recanto das Emas - DF.	Investigar a incidência do ECA na rotina pedagógica da Unidade de Recuperação/Internação do menor em conflito com a Lei, localizada no Recanto das Emas - DF. Analisar as possibilidades de contribuição do ECA na recuperação do menor em conflito com a Lei, pela perspectiva formativa/educacional.
<b>EIXOS TEÓRICOS</b>		

I – O ECA como política pública na história da educação no Brasil.	II – O Currículo da formação e da atuação dos profissionais nas Unidades de Internação do Distrito Federal.	III – O que os dados revelam: o lugar do ECA na UNIRE.
<b>METODOLOGIA</b>		
Abordagem qualitativa		
<b>MÉTODO</b>		
Aproximação com o Materialismo Histórico-Dialético - MHD		
<b>PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS</b>		
Análise documental	Questionário	
<b>ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS INFORMAÇÕES</b>		
Análise de conteúdo, ancorado em Bardin (2016)		
<b>SÍNTESE</b>		
Resultado da pesquisa – Concreto pensado		

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Ultrapassada a apresentação da metodologia adotada na construção desta pesquisa, faz-se oportuno também apresentar o produto técnico elaborado nesta investigação, bem como o conceito de estado da arte e/ou do conhecimento.

Tendo em vista que esta pesquisa está abrigada no PPGE/MP - UnB, o produto técnico é uma exigência prevista no regulamento do programa. Desse modo, observando a proximidade do nosso objeto de pesquisa com a seara jurídica, o qual une o Direito e a Educação, optamos por produzir como produto técnico uma Nota Técnica, a qual, por sua vez, pode funcionar como esboço de Decreto-Lei que

suscite a obrigatoriedade das práticas restaurativas como conteúdo de programas de formação continuada, para atuação de professores da socioeducação, garantindo, assim, mais efetividade na reinserção de crianças e adolescentes em conflito com a lei na vida em sociedade, bem como maior efetividade aos artigos 4º e 53 do ECA.

Consideramos que essa ação se soma ao movimento do método de pesquisa contribuindo para o "concreto pensando", uma vez ter sido fruto das múltiplas determinações capturadas pelo presente pesquisador a partir das análises realizadas do mundo material que existe, independentemente de sua consciência, como muito bem nos ponderou Marx (1974).

Por conseguinte, abordaremos os achados em nosso "Estado da Arte", o qual comprovou um certo grau de ineditismo desta pesquisa.

## 1 ESTADO DA ARTE

Com a finalidade precípua da busca do conhecimento em observância do rigor científico, utilizamos a observação metodológica pertinente, a qual Silva e Borges (2018) denominam “Estado do Conhecimento”, vejamos:

*Estado do conhecimento ou estado da arte* como uma rede de trabalhos e pesquisas ligados por categorias e sínteses do conhecimento que ganham significado quando são inventariados, ordenados, classificados e relacionados com o objeto que se esteja pesquisando. Nesse caso, pretendeu-se alimentar a teoria que será confrontada com a análise empírica, aqui iniciada, na busca por essa caracterização *parcial* do mundo concreto (p. 1694).

À vista disso, com base na reflexão dos autores, buscamos apresentar uma síntese de investigações acerca do tema trazido à baila, bem como a maneira que trouxemos novos olhares críticos.

Ainda nessa linha, torna-se imprescindível esclarecer que o nosso recorte temporal teve início no ano de 1990, com a sanção da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, quando entrou em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente, até janeiro de 2025, quando atualizamos nosso Estado do Conhecimento.

Seguindo a recomendação dos autores/pesquisadores de que a investigação do estado do conhecimento deva ser concretizada com a utilização de pelo menos três bancos de dados, no presente trabalho nos utilizamos da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD<sup>1</sup>, da Rede SciELO e do Google Acadêmico, em razão do espaço limítrofe para discorrer em torno do objeto deste trabalho.

No tocante aos termos indutores, temos: “Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA”, “Unidade de Internação do Menor em Conflito com a Lei”, “Currículo, Distrito Federal”.

Vale destacar que não foram localizados trabalhos/pesquisas com esses termos indutores, fato que, por um lado, impediu que a presente pesquisa dialogasse com outros trabalhos afins, mas que, por outro, destacou o caráter de ineditismo desta investigação.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://bdttd.ibict.br/vufind/Content/whatls>. Acesso em: 14/04/2022.

A seguir, passaremos a apresentar os resultados encontrados nos bancos de dados citados, a começar pela BDTD.

## 1.1 RESULTADOS DA BDTD

No que diz respeito à BDTD, utilizando *os seguintes* os termos indutores: “Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA”, “Unidade de Internação do Menor em Conflito com a Lei”, “Currículo, Distrito Federal”, e dentro do recorte temporal estabelecido entre 13 de julho de 1990 a 13 de janeiro de 2025, nada foi localizado.

Ainda dentro da pesquisa junto à BDTD, ao retirar o termo indutor “Distrito Federal” e o período, permanecemos sem nenhum resultado.

Com o fito de manter a fidedignidade do presente Estado da Arte e dos possíveis resultados, fizemos as seguintes modificações nas ações da pesquisa, objetivando encontrar o máximo possível de investigações similares à nossa:

- I. Inserimos todos os campos com os termos indutores: "Estatuto da Criança e do Adolescente", utilizando a partícula conectiva “and” Unidade de Internação do Menor em Conflito com a Lei” and "Currículo", e ainda assim obtivemos: nenhum registro encontrado;
- II. Em seguida, modificamos os termos indutores para: “Estatuto da Criança e do Adolescente and Unidade de Internação do Menor em Conflito com a Lei and Currículo” e também não foram encontrados resultados;
- III. Por conseguinte, mantivemos assinalada a opção todos os campos, com nova modificação dos termos indutores para: “Estatuto da Criança e do Adolescente e Unidade de Internação do Menor em Conflito com a Lei e Distrito Federal” e continuamos sem encontrar resultados positivos;
- IV. Dando sequência à pesquisa, ao utilizar o termo indutor: “Estatuto da Criança e do Adolescente e Distrito Federal”, também não foram localizados resultados;
- V. Destarte, respeitando a metodologia empregada, decidimos manter os eixos centrais da pesquisa expressos nos seguintes termos indutores, e utilizando a ferramenta todos os campos: “Estatuto da Criança e do Adolescente e Currículo e Distrito Federal”; com esses termos indutores não encontramos qualquer resultado, nem mesmo aproximados.

Portanto, faz-se necessário ressaltar que, apesar de não termos encontrado outras pesquisas correlacionadas à nossa nesse primeiro banco de dados, prosseguiremos com os eixos centrais da pesquisa acima citados. Para além disso, de acordo com os resultados mencionados anteriormente, vimos um certo caráter de ineditismo de nossa pesquisa, no entanto, tal característica não retira o devido rigor científico que se deve seguir, tal como fizemos no presente trabalho.

## 1.2 RESULTADOS DA REDE SCIELO

Em linhas gerais, cumpre elucidar que a Rede SciELO é um espaço virtual de compartilhamento de periódicos de caráter internacional criado em 1998. Cada país membro participante gerencia uma coleção de acesso aberto on-line de periódicos gerenciados/avaliados pelos pares, também conhecida como “coleção nacional SciELO”. Destarte, o portal brasileiro é o de maior abrangência entre os países membros.

Ao consultar a Rede SciELO utilizando os seguintes termos indutores: “Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA”, “Unidade de Internação do Menor em Conflito com a Lei”, “Currículo, Distrito Federal”, com os filtros Coleção Brasil, Periódico Educação, Idioma Português, nada foi localizado. No entanto, em razão da estrutura do *site* e da disposição de suas ferramentas, não realizamos recorte temporal “exato” (como no caso da pesquisa junto à BDTD), e consideramos o recorte temporal desde a criação do banco de dados “Rede SciELO”.

Em seguida, ao utilizar o termo indutor: “Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA”, sem aspas, juntamente com os mesmos filtros citados no parágrafo anterior, também não foram localizados resultados.

Ainda nesse mesmo sentido, com o fito de manter a autenticidade do presente Estado da Arte e dos possíveis resultados, fizemos as seguintes modificações nas ações da pesquisa, objetivando o maior número possível de investigações similares à nossa:

- I. Inserimos o termo indutor: "Estatuto da Criança e do Adolescente" com os filtros: Coleção Brasil, Periódico Educação e Pesquisa, Idioma Português,

utilizando a partícula conectiva “and”, Unidade de Internação do Menor em Conflito com a Lei” and “Currículo”, e não obtivemos resultado;

II. Em nova modificação dos termos indutores para: “Estatuto da Criança e do Adolescente e Unidade de Internação do Menor em Conflito com a Lei e Distrito Federal”, com filtro geral Coleção Brasil, continuamos sem encontrar resultados positivos;

III. Dando sequência à pesquisa, ao utilizar o termo indutor: “Estatuto da Criança e do Adolescente e Distrito Federal”, com o filtro geral Coleção Brasil, não sobejou localizado um trabalho (artigo), e reforçou, preliminarmente, um certo grau de ineditismo de nossa pesquisa;

IV. Destarte, respeitando a metodologia empregada, decidimos manter os eixos centrais da pesquisa expressos nos seguintes termos indutores e utilizando a ferramenta Coleção Brasil: “Estatuto da Criança e do Adolescente e Currículo e Distrito Federal”. Com esses termos indutores, permanecemos sem localizar trabalhos. Mais uma vez, notamos uma certa identidade de ineditismo de nossa pesquisa.

Assim, conservando o certo grau de ineditismo da nossa temática, buscamos, nesta pesquisa, desvendar qual o lugar ocupado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente nos currículos da Unidade de Internação do Menor em Conflito com a Lei, localizado no Recanto das Emas - DF, e apuramos como o currículo está sendo trabalhado nesse local. Entendemos o grau de complexidade no qual todo e qualquer “sistema curricular” (Sacristán, 2000) está inserido, tendo em vista que ele possui diferentes graus de sujeitos, bem como a influência de camadas políticas, sociais, culturais e estéticas. A seguir, apresentamos os resultados da pesquisa realizada junto ao banco de dados Google Acadêmico.

### 1.3 RESULTADOS DO GOOGLE ACADÊMICO

Inicialmente, cumpre rememorar que o Google Acadêmico é uma ferramenta gratuita da plataforma Google, destinada à busca de citações de artigos, relatórios, livros on-line, revistas científicas e muitos outros materiais que possam ser utilizados como embasamento teórico ou referência.

Desse modo, objetivando manter a autenticidade desse Estado da Arte e dos possíveis resultados, ao consultar o Google Acadêmico aplicando os filtros: “pesquisa avançada”, “encontrar artigos com todas as palavras”, “em qualquer lugar do artigo”, e o recorte temporal limitado à seleção dos “anos” (1990 a 2025), utilizando os termos indutores: “Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA”, “Unidade de Internação do Menor em Conflito com a Lei” e “Currículo, Distrito Federal”, a plataforma nos deu o seguinte resultado: “não encontrou nenhum artigo correspondente publicado entre 1990 e 2025”.

A partir dessa informação:

I. Inserimos o termo indutor: "Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA", com os filtros: “pesquisa avançada”, “encontrar artigos com todas as palavras”, “em qualquer lugar do artigo”, e exibidos artigos com “datas entre os anos de 1990 a 2025”, utilizando a partícula conectiva “and” Unidade de Internação do Menor em conflito com a Lei” and "Currículo", mas não obtivemos resultado;

II. Em seguida, com nova modificação dos termos indutores para: “Estatuto da Criança “e” do Adolescente “e” Unidade de Internação do Menor em Conflito com a Lei “e” Distrito Federal”, com os mesmos filtros utilizados no “item I”, continuamos sem encontrar resultados positivos;

III. Mais adiante, alterando o termo indutor para: “Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA”, com os filtros, “pesquisa avançada”, “encontrar artigos com todas as palavras”, “em qualquer lugar do artigo”, e exibidos artigos com “datas entre os anos de 1990 a 2025”, foram encontrados 17.100 resultados, incluindo uma Cartilha elaborada pela Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Seccional do Distrito Federal, em comemoração aos 30 anos do referido Estatuto, visando à proteção da criança e do adolescente contra a violência. Entretanto, essa cartilha em nada dialoga com o nosso objeto de pesquisa. No tocante aos outros 17.099 resultados, mostra-se um grau de complexidade e impropriedade metodológica proceder à análise de cada trabalho que não garante solidez acadêmica e desvia do intuito real desse estado da arte, conforme os nossos autores de referência. Contudo, é notável que o termo indutor indica o nome completo do referido Estatuto legal e se torna um tanto “generalista”; dessa forma, indicou trabalhos em

linhas gerais e nas mais variadas áreas que, aparentemente, não guardam relação com a investigação da nossa pesquisa que, por si só, demonstra certa exatidão no tema abordado e, mais uma vez, corrobora com a nossa suspeita que aos poucos vai se confirmando: a ideia de que as pontes entre a grande área educacional e a jurídica, no que se refere ao ECA e as suas relações curriculares devidamente e pedagogicamente ligadas ao trabalho docente, podem contribuir sumariamente para a reabilitação, de modo que a criança e o adolescente infratores sejam reinseridos na sociedade, incluindo a comunidade escolar;

IV. Dando sequência, servindo-se dos mesmos filtros (pesquisa avançada, encontrar artigos com todas as palavras, em qualquer lugar do artigo, datas entre os anos de 1990 e 2025), e do termo indutor “Unidade de Internação do Menor em Conflito com a Lei”, não foi encontrado nenhum resultado;

V. Finalmente, ao realizar a consulta mantendo os filtros citados nos itens anteriores (pesquisa avançada, encontrar artigos com todas as palavras, em qualquer lugar do artigo, datas entre os anos de 1990 e 2025), e inserindo o termo indutor “Currículo, Distrito Federal”, foram localizados 18 resultados, no entanto, com os mais variados temas, todos distantes e sem dialogar com o nosso objeto de pesquisa/estudo. Em linhas gerais, os 18 trabalhos encontrados abordam os seguintes temas: currículo de algumas escolas públicas do Distrito Federal, implementação de conteúdo no curso de Educação Física, currículo para adequação pedagógica das escolas públicas do Distrito Federal para os anos iniciais, currículo para adequação pedagógica de inclusão, educação para os trabalhadores a partir do currículo em movimento, entre outros. Todavia, nenhum dos 18 produtos aborda nosso objeto e sequer dialogam em algum ponto, preservando, assim, um certo caráter de ineditismo já comentado no presente “estado do conhecimento”.

À vista das buscas realizadas acima, é possível notar que, utilizando os mesmos filtros e alterando os parâmetros conforme sobejou realizado nas outras ferramentas de pesquisa empregadas nesse Estado da Arte, tudo com intuito de manter a fidedignidade da nossa investigação, localizamos milhares de resultados ao utilizar como termo indutor “Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA”. Isso

se deve ao fato de o termo indutor se referir ao nome dado à Lei Federal nº 8.069/1990, bastante pesquisada e debatida em alguns pontos específicos por diversas áreas, porém, em nada mantém relação com nosso objeto de pesquisa.

De mais a mais, quando mantivemos os filtros e modificamos os termos indutores de modo a aproximá-los do nosso objeto de estudo, nada foi encontrado.

Assim, com base nas buscas realizadas no Google Acadêmico e nos demais bancos de dados citados anteriormente, torna-se perceptível o grau de ineditismo da nossa temática. Nesse sentido, por meio desta pesquisa, reiteramos o propósito de buscar desvendar qual o lugar ocupado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente no currículo da Unidade de Internação do menor em conflito com a Lei no Distrito Federal, apurando como o currículo está sendo trabalhado nesse local.

Assim, em nosso entendimento, esse item cumpre as seguintes funções, de acordo com as precauções de nossas referências: a) conhecer pesquisas próximas do objeto em destaque; b) montar um banco de dados com outros temas ligados ao que se investiga; c) indicar a lacuna encontrada durante o percurso investigativo, devidamente apontada nessa seção e d) apontar os possíveis avanços alcançados pela pesquisa.

Seguiremos para a descrição de nosso percurso metodológico, a fim de indicar quais caminhos a nossa investigação seguiu, desde a aproximação com o materialismo histórico e dialético até os procedimentos de pesquisa.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 DEFINIÇÃO DE CIÊNCIA E PESQUISA QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO

Inicialmente, com base nos autores a seguir informados, mostrou-se correto constatar que parece inexistir concordância acerca de um conceito universal, pacificado, para definir o que é “ciência”. Neste trabalho, vamos nos ater aos conceitos e pontos de vista de dois autores principais acerca da definição de ciências sociais, visto que nosso objeto de pesquisa se encontra inserido no campo das ciências humanas e sociais, sobretudo porque o objeto de estudo desta investigação se situa dentro das relações humanas, cercado de continuidades e rupturas, ponto central do próprio conceito de ciências humanas e sociais. Nesse contexto, os autores aqui selecionados como referência são Minayo (1994) e Triviños (2011).

Minayo (1994) inicia suas considerações acerca de ciências sociais asseverando que, do ponto de vista antropológico, sempre existiu preocupação do *homo sapiens* com o conhecimento da realidade. Assim, e ainda dentro do conceito histórico trazido nas considerações do autor, as tribos primitivas explicaram/explicam os fenômenos que cercam a vida e a morte, o lugar dos indivíduos na organização social, seus mecanismos de poder, controle e reprodução.

Partindo dessas premissas, Minayo (1994) constatou que até os dias de hoje as religiões e filosofias têm sido poderosos instrumentos explicativos dos significados da existência individual e coletiva. Logo, para ele, a ciência é apenas uma forma de expressão dessa busca que, por sua vez, não é exclusiva, não é conclusiva, nem definitiva.

Por outro lado, a referida autora apurou que, na sociedade ocidental, no entanto, a ciência é uma forma de hegemonia para construção da realidade, considerada como “novo mito” por muitos críticos, em razão de sua pretensão de único promotor e critério de verdade. Ainda se apropriando de outras perspectivas, Minayo nos trouxe, por outro lado, que a cientificidade não pode ser reduzida a uma

forma determinada de conhecer; ela “pré-contém” diversas maneiras concretas e potenciais de realização.

Assim, cumpre asseverar que Minayo (1994) verificou que o objeto das ciências sociais é histórico. Isso significa dizer que as sociedades humanas sobremexistem em um determinado espaço, cuja formação social e configurações são específicas, eis que o presente é marcado pelo passado e projetado para o futuro, mantendo um embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído.

Nessa senda, Minayo (1994) ponderou que a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social; por isso também as crises têm reflexo no desenvolvimento e na decadência de teorias sociais. Dentro disso, como consequência da primeira característica, a autora achou necessário informar que o objeto de estudo das ciências sociais possui consciência histórica, asseverando, ainda, que não é apenas o investigador que dá sentido a seu trabalho intelectual, mas também os seres humanos, os grupos sociais e a sociedade em um todo que dão significado e intencionalidade às suas ações e às suas construções, na proporção em que as estruturas sociais nada mais são que ações objetivadas.

Portanto, o nível de consciência histórica das ciências sociais está intimamente ligado ao nível de consciência histórico-social, ressaltando, ainda, que nas ciências sociais existe uma identidade entre sujeito e objeto.

Nada obstante, e ainda a respeito do conceito de ciências sociais, Minayo (1994) destaca que nas ciências sociais existe uma identidade entre sujeito e objeto, acrescentando, ainda, que a pesquisa nessa seara lida com seres humanos que, por razões culturais, de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, têm uma essência comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente conectados e comprometidos.

À vista disso, Minayo (1994) mostrou ser necessário afirmar que o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo, pois a realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda riqueza de significados que dela emanam. Essa realidade é mais rica do que qualquer teoria, pois, as ciências sociais possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade que é a vida dos seres humanos em sociedades, ainda que de forma imperfeita, incompleta e insatisfatória. Por isso, ela aborda o agrupamento de

expressões humanas existentes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações.

Conseqüentemente, para a referida autora, o conceito e o estudo das ciências sociais estão intimamente ligados ao *homo sapiens* e à vida em sociedade, em grupos sociais, que por si só enfrentam conflitos. Assim, a autora apurou em sua pesquisa que, “numa ciência, onde todo observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é uma parte de sua observação” (1994, p. 16).

Partindo dessas premissas elencadas, na tentativa de discutir possíveis conceitos de ciências sociais, e trazendo essas percepções para nosso objeto de estudo, temos que o maior desafio de nossa pesquisa talvez resida na dificuldade em elucidar/identificar com exatidão: como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) está sendo de fato trabalhado nos currículos das Unidades de Internação do Menor em Conflito com a Lei no Distrito Federal. Não nos furtarmos aos desafios impostos pela natureza epistemológica de uma investigação da área de ciências humanas e sociais, sobretudo do campo educacional, especificamente, quando assumimos o quanto é desafiador pressupor que talvez haja uma probabilidade de que, dentro dos limites e resguardadas as proporções específicas e limítrofes, teóricas regionais, é possível pensar na possibilidade de vislumbrar recuperação/reeducação de parte desses reeducandos, por meio de um currículo específico em que esteja sendo trabalhado o ECA, objetivando a saída do sistema de reeducação por meio da internação.

Para além disso, destacamos que, apesar do desafio mencionado no parágrafo anterior, nossa pesquisa também possui o caráter qualitativo, sobre o qual nos manifestaremos a seguir.

Para Triviños (2011), existem pelo menos duas dificuldades para definir o que entendemos por pesquisa qualitativa em educação. Como primeira dificuldade, constatou-se a ligada à abrangência do conceito/à especificidade de sua ação, juntamente com os limites desse campo de investigação. A segunda dificuldade reside na difícil busca de uma concepção precisa da ideia central de pesquisa qualitativa que, por si só, é muito mais complexa e surge de suportes teóricos fundamentais que a alimentam.

Nessa senda, e ainda de acordo com o apurado por Triviños (2011), alguns autores que pesquisam no campo qualitativo entendem a pesquisa como sendo uma expressão genérica, ou seja, por um lado, ela compreende atividades de

investigações específicas, por outro, que todas as pesquisas qualitativas podem ser caracterizadas por traços comuns. Todos esses desafios, a partir dos autores que nos sustentam, surgiram no contato direto com o nosso objeto, mas também foram dirimidos quando lançados à luz da realidade material ao nos aproximarmos com o materialismo histórico-dialético, método e filosofia social cunhada por Karl Max no século XIX, acerca do qual nos aproximamos em todo o nosso percurso investigativo, que será assunto do próximo tópico desta dissertação.

## 2.2 APROXIMAÇÕES COM O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO (MHD)

Inicialmente, segundo Costa e Nascimento (2023), partindo do questionamento acerca do modo de produção capitalista, Marx se aprofundou em sua pesquisa empírica e desenvolveu o método de pesquisa MHD, iniciando de sua própria indagação no campo empírico de investigação, e após décadas de intensas escritas a respeito da relação entre teoria e empiria de seu objeto investigativo, o qual vem sendo debatido e reinterpretado até os dias atuais.

Entretanto, e ainda de acordo com Nascimento e Costa (2023), em que pese o fato de existirem incontáveis trabalhos que buscam compreender o materialismo histórico-dialético – MHD, frisa-se que esse método tem sido estigmatizado em razão da sua nítida “complexidade” em ser desvendado e utilizado, isso porque não é possível citar um conjunto de regras, passos ou dicas restritas para aplicá-lo, tampouco uma trilha metodológica que funcionasse como uma simples fórmula.

Conquanto Marx procurou descrever os obstáculos de pesquisa e suas dificuldades metodológicas por décadas, até conseguir esgotar as múltiplas determinações de seu objeto de estudo, observemos:

Cabe à investigação apropriar-se da matéria em todos os seus pormenores, analisar as diversas formas do seu desenvolvimento e descobrir sua relação íntima. É somente depois de concluída esta tarefa que o movimento real pode ser exposto no seu conjunto. Se eu conseguir chegar a esse ponto, de tal modo que a vida da matéria se reflecta na sua produção reprodução ideal, isso pode levar a acreditar numa construção a priori [...] o movimento do pensamento é apenas o reflexo do movimento real, transposto e traduzido no cérebro do homem (Marx, [1867], 1974, p. 9-10).

Desse modo, com intuito de desmistificar o materialismo histórico-dialético, Netto (2011) nos traz uma prévia reflexão metodológica do próprio Marx, a respeito do conceito do seu próprio método, vejamos:

Marx não nos apresentou o que “pensava” sobre o capital, a partir de um sistema de categorias previamente elaboradas e ordenadas conforme operações intelectivas: ele (nos) descobriu a estrutura e a dinâmica reais do capital; não lhe “atribuiu” ou “imputou” uma lógica: extraiu da efetividade do movimento do capital a sua (própria imanente) *lógica*. [...] o método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações (Netto, 2011, p. 52-53).

Portanto, em complemento às informações citadas anteriormente, cumpre ressaltar que, para falar das aproximações ao materialismo histórico-dialético que foram utilizadas em nossa pesquisa, faz-se necessário mencionar, ainda que em linhas gerais, as “categorias ontológicas” e, por conseguinte, as categorias derivadas, tudo com o fito de desvendar as múltiplas determinações do nosso objeto de estudo.

Assim, para Cury (1989), as categorias são conceitos básicos que refletem os aspectos gerais e essenciais do real, suas conexões e relações. Elas surgem da análise da multiplicidade dos fenômenos e pretendem um alto grau de generalidade, são a própria síntese do concreto extraído da realidade material.

Em seu trabalho científico acerca das “Possibilidades Metodológicas de Pesquisas a Partir das Categorias do Materialismo Histórico e Dialético”, Silva e Rocha (2023) buscaram desmistificar o conceito de categorias ontológicas, partindo do pensador húngaro Lukács (2010, p.195), que, por sua vez, descreveu “o respeito da mediação do trabalho, como meio teológico do homem em sua própria constituição”.

Ainda de acordo com o apurado por Silva e Rocha (2023), a ontologia, como ramificação da filosofia, se volta ao estudo minucioso do ser; constataram também que a ontologia do ser, de acordo com Marx, e desenvolvida em um processo teórico por Lukács, nos coloca, por consequência, no que o próprio Marx criou em seu objeto de estudo, o que foi denominado de “categorias ontológicas”, caracterizadas pela: totalidade, mediação, contradição, prática social, reprodução e hegemonia. Desse modo, ainda elucidaram que, mesmo tendo consciência do rigor teórico e da

função dessas categorias, não se pode aprisionar os objetos de estudo, pois, no método de Marx, a dialética possui espírito essencialmente crítico e multilateral. Isso leva a explorar as contradições que não são fixas e dependem das situações concretas, as quais não podem ser descritas apenas de acordo com sua aparência imediata, pelo contrário, faz-se necessário analisá-las de forma aprofundada para, dessa forma, embrenhar, pela mediação teórica, no âmago móvel e contraditório da realidade do objeto da pesquisa.

Em acréscimo ao conceito exposto nos parágrafos anteriores, partindo da análise dos estudos de Cury (1989) e Triviños (2011), Silva e Rocha (2023) indicaram a criação de “categorias derivadas”, definindo essas categorias como sendo formas de expressão que buscarão integrar o relatório da pesquisa científica, esboçada a partir da “arquitetura” de todos os elementos que constituem o método de pesquisa desenvolvido por Marx, que, por sua vez, nos traz os seguintes pontos principais: suas leis e categorias ontológicas, teoria social voltada à natureza política revolucionária, a minúcia e singularidade do objeto investigado. Elas são, na verdade, muito particulares e singulares do encontro entre o(a) pesquisador(a) e seu objeto de pesquisa.

Destarte, Silva e Rocha denominaram essas categorias de derivadas a partir do contato constante, dinâmico, sólido e múltiplo do(a) pesquisador(a) com o objeto de estudo tomado da realidade, (dados/números resultantes de entrevistas, registros de questionários e observações, entre outros procedimentos de pesquisa), mas que estão presentes na investigação científica independentemente da consciência do(a) pesquisador(a).

Todavia, segundo os autores, deve-se tomar cuidado com as “categorias derivadas”, pois não é possível determinar com exatidão quais serão as categorias aplicáveis a cada objeto de estudo, antes mesmo de inventariar os autores e correntes teóricas que irão sustentar a tese e a antítese da apuração científica. Por outro lado, é possível esboçar “pré-categorias” teóricas a partir do estado do conhecimento. Para Silva e Rocha (2023), o que se deseja do investigador científico é que de fato tenha a capacidade superadora de sumariar o problema principal proposto, em conjunto com a competência intelectual de cruzar teorias com registros da realidade empírica analisada.

Por fim, Silva e Rocha ressaltam, ainda, que algumas pesquisas conseguem se conectar a partir de novos dados construídos e verificados, novos significados às

categorias já criadas por outros pesquisadores, de forma a contribuir com enriquecimento do conhecimento científico, ou seja, uma nova pesquisa pode contribuir, inovar e complementar outro estudo já realizado acerca do mesmo tema.

Finalmente, a partir do estudo das obras que subsidiaram o presente texto, notamos que toda pesquisa científica deverá manter o rigor teórico e metodológico. Entretanto, são raras as situações e/ou objetos que possibilitam escolher o método de pesquisa a ser praticado logo no início, visto que as possíveis contradições à tese inicial, a delimitação do objeto, o movimento do pensamento e todo o contexto em torno do objeto escolhido poderão mudar os rumos da investigação proposta inicialmente apenas no “mundo abstrato”.

Dessa forma, é possível inferir que, diante do aparente grau de “ineditismo” do nosso objeto de pesquisa, ainda que existissem outras pesquisas com o mesmo objeto que o nosso, o que não foi o caso, temos que nossa pesquisa seguiu pelo caminho do aprimoramento, da inovação e da complementariedade.

No tópico a seguir, dando sequência ao percurso de nosso caminho metodológico, iremos apresentar os procedimentos metodológicos adotados em nossa pesquisa.

### 2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA E *LÓCUS* DA PESQUISA

Apresentados os principais pontos desse trajeto metodológico, nos quais expomos os conceitos de: ciência, pesquisa qualitativa em educação, método, aproximações da nossa pesquisa com o materialismo histórico-dialético, categorias ontológicas e categorias derivadas, passaremos a apresentar, neste tópico, os procedimentos metodológicos que adotamos nessa pesquisa, a saber: análise documental, questionário. Todavia, cumpre elucidar que iríamos realizar a entrevista semiestruturada, no entanto, os interlocutores da pesquisa demonstraram indisposição em participar, mesmo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que preservaria a identidade de cada participante.

Desse modo, em se tratando de pesquisa qualitativa em educação, e apontados os procedimentos metodológicos que utilizamos em nossa investigação, passaremos a rememorar o conceito e a importância de cada procedimento para realizar as apurações realizadas em nossa pesquisa.

Assim, iniciamos com o conceito de análise documental (Apêndice A). Segundo André e Ludke (1986), a análise documental pode-se constituir como técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos com o complemento de informações obtidas por outras técnicas (entrevista semiestruturada, questionário), e até mesmo desvelando novos aspectos de um tema ou problema.

Ainda de acordo com o apurado pelas referidas autoras, a análise documental busca identificar informações efetivas nos documentos a partir de questões, problemas ou hipóteses de interesse do pesquisador. Nesse trilhar, as autoras indicam uma série de vantagens para o uso de documentos na pesquisa ou na avaliação educacional.

Além disso, asseveram que os documentos também constituem uma poderosa fonte da qual poderão ser retiradas evidências que fundamentarão afirmações e declarações do pesquisador. Desse modo, as fontes consultadas na pesquisa documental são diversas e apresentaram informações que não receberam trato científico ou analítico; é nesse ponto que a análise documental se diferencia da pesquisa bibliográfica, que, por sua vez, utiliza dados constituídos através de materiais científicos.

Partindo para o objeto de nossa pesquisa, temos a fundamental importância da análise do currículo que está sendo praticado na unidade de internação do menor em conflito com a lei, para, dessa forma, identificar de que forma o Estatuto da Criança e do Adolescente está sendo trabalhado no ensino praticado nesse local; se o Direito à Educação previsto no ECA em seu artigo 53 está sendo cumprido e fornecendo educação de qualidade, emancipatória, apurando, conseqüentemente, o dia a dia nesse espaço.

Para além disso, os desafios impostos pela natureza epistemológica de uma investigação da área de ciências humanas e sociais, especialmente no campo educacional, como é no presente caso, tornaram desafiador pressupor que talvez houvesse uma probabilidade de que, dentro dos limites, e resguardadas as proporções específicas, teóricas e regionais, fosse possível pensar, talvez, na possibilidade de vislumbrar a recuperação/reeducação de parte desses menores internados por meio de um currículo específico em que esteja sendo trabalhado o ECA de forma ideal, objetivando a saída do cumprimento da medida socioeducativa.

Assim, cumpre anunciar que analisamos os seguintes documentos (conforme roteiro no Apêndice A):

- Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90;
- Lei 12.594/2012 – SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo;
- Diretrizes Pedagógicas – Escolarização na Socioeducação – 2014;
- Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente;
- Resolução CONANDA nº 160/2013;
- Resolução CONANDA nº 113/2006;
- Resolução CNE/CP Nº 4, de 29 de maio de 2024.

Dando sequência aos procedimentos metodológicos adotados na presente pesquisa, abordaremos, neste momento, as considerações acerca da “entrevista semiestruturada”, na perspectiva de Triviños (2011). Segundo esse autor, em pesquisas de caráter qualitativo, a entrevista semiestruturada é um dos principais meios utilizados pelo pesquisador para realizar levantamento de dados.

Dessa forma, ele define entrevista semiestruturada, de forma geral, como sendo aquela que se inicia com questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que oferecem amplo campo de indagações, resultantes de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebem as respostas do informante. Nada obstante, o informante, de forma espontânea, e seguindo sua linha de pensamento e de suas experiências dentro do ponto principal indicado pelo pesquisador, começa a participar da elaboração do conteúdo, do cerne da pesquisa.

Seguindo essa linha de raciocínio, o autor nos trouxe alertas de extrema relevância para evitar qualquer erro na utilização da pesquisa semiestruturada, pois as perguntas que a constituem, com enfoque qualitativo, não nasceram *a priori*; elas são resultado da teoria que alimenta a ação do pesquisador, juntamente com a informação já recolhida sobre o fenômeno social que interessa, não sendo menos importantes seus contatos, inclusive, os realizados na escolha das pessoas que serão entrevistadas.

Para Triviños (2011), a prática qualitativa ensinou que, em geral, a entrevista semiestruturada fornece melhores resultados se realizada com diferentes grupos de pessoas, exemplos: alunos, professores, orientadores educacionais, e quando se realizam entrevistas individuais com pessoas dos diferentes setores envolvidos.

Nada obstante, trazendo tais ensinamentos para a nossa averiguação científica, a qual possui caráter qualitativo, conforme vem sendo demonstrado exaustivamente, mostrou-se necessário preceder com a entrevista semiestruturada para o levantamento de dados de fundamental importância. No entanto, em razão da falta de condições para viabilizar a pesquisa, bem como em razão de todo o contexto e da situação ocorrida, vários profissionais se recusaram a participar da pesquisa e, em razão disso, a diretora da Unidade de Internação/UNIRE solicitou que a entrevista semiestruturada fosse convertida em questionário, conforme ocorreu de fato, cujos resultados serão exibidos nos "Eixos II e III" da presente dissertação.

Assim, cumpre informar o caminho/procedimento percorrido, até que fosse possível, de fato, chegar à Escola localizada na Unidade de Internação do Recanto das Emas – UNIRE.

Inicialmente, traçamos algumas características que nos levou à escolha da Unidade de Internação do Recanto das Emas – UNIRE para realizar nossa pesquisa. Assim, criada em 1993, Recanto das Emas é fruto da associação dos nomes recanto e canela-de-ema. É a quarta RA a fazer parte da PDAD 2010-2011. Recanto das Emas é a RA XV. Hoje, com uma população de mais de 145 mil habitantes, tem uma área territorial de 101,48 Km<sup>2</sup>. São 8,80 Km<sup>2</sup> de área urbana. A média de moradores por domicílio urbano é de 3,95 pessoas. Na região, 97,2% das construções são permanentes, e o tipo de residência predominante é a casa, que corresponde a 97,8% do total das moradias.

Conforme será abordado nos Eixos II e III da presente dissertação, o Recanto das Emas possui espaço geográfico urbano considerado pequeno, número populacional elevado e é a única Unidade de Internação que atua em outra frente, possuindo, assim, a Unidade de Internação de Saída Sistemática – UNISS.

Vejamos abaixo o mapa do Recanto das Emas, disponibilizado no site da Companhia de Planejamento do Distrito Federal:

**Figura 01:** Mapa Geográfico Recanto das Emas – DF



Fonte: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.codeplan.df.gov.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2018%2F02%2FEstudo-Urbano-Ambiental-Recanto-das-Emas.pdf&psig=AOvVaw1yHF7GMjc3FqZ-UXT0M5bR&ust=1746402849175000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CBUQjRxqFwoTCJiktN-ii0DFQAAAAAdAAAAABAK>, acessado em 03/05/2025.

Após realizada a qualificação de mestrado, ocasião na qual sobejou apresentado o projeto de pesquisa que orientou a construção desta dissertação, foi dada entrada no requerimento de autorização da pesquisa junto à EAPE – DF, que se manifestou favoravelmente à pesquisa e emitiu o “Termo de Anuência Institucional Para Pesquisa” (ANEXO I). No entanto, o referido termo condicionou e indicou que fosse solicitada autorização junto ao Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de Brasília – UnB.

Por conseguinte, foi protocolizado pedido de autorização junto à Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal – TJDFT, em razão de nossa pesquisa ter sido realizada junto à Unidade de Internação de menor em conflito com a lei, cujo parecer judicial foi favorável e sobejou emitida autorização judicial válida por 1 (um) ano, no período compreendido entre 18/06/2024 a 18/06/2025 (ANEXO II).

Em seguida, munidos do Termo de Anuência Institucional Para Pesquisa emitido pela EAPE, e com a autorização judicial emitida pela Magistrada da Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal, realizamos o protocolo solicitando autorização junto ao CEP-UnB, por meio da Plataforma Brasil. No entanto, cumpre ressaltar a patente letargia e a burocracia por parte da comissão julgadora do CEP-

UnB, que levou em torno de três meses para autorizar a pesquisa, mesmo tendo sido apresentadas as outras duas manifestações prévias favoráveis.

Assim, passados mais de noventa dias do protocolo do requerimento de autorização direcionado ao CEP-UnB, sobejou emitido parecer consubstanciado, autorizando a realização da pesquisa (ANEXO III).

Logo em seguida, fornecidas as autorizações emitidas (Termo de Anuência Institucional Para Pesquisa emitido pela EAPE, autorização judicial emitida pela Magistrada da Vara da Infância e Juventude do DF; parecer consubstanciado emitido pelo CEP-UnB), juntamente com o projeto de pesquisa, carta de apresentação/revisão ética, foi solicitada autorização à Regional de Ensino do Recanto das Emas que, por sua vez, abriu processo SEI junto à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, atrasando, mais uma vez, a realização da pesquisa, a qual detinha três pareceres/autorizações necessárias para tanto.

Por conseguinte, após trinta dias, a Regional de Ensino do Recanto das Emas autorizou a realização da pesquisa e emitiu a Autorização para Pesquisa Científica no Sistema Socioeducativo do Distrito Federal” (ANEXO IV). Assim, somente a partir desse momento foi possível entrarmos em contato com a Diretora da Escola da UNIRE, que, por sua vez, nos atendeu prontamente.

Ocorre que a pesquisa realizada possuiu caráter voluntário, ou seja, os interlocutores detinham a discricionariedade e puderam escolher entre participar, ou não, bem como apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos professores/interlocutores, consoante atesta o APÊNDICE C. Diante disso, dos 27 professores presentes na UNIRE, apenas 4 aceitaram e se dispuseram responder o questionário aplicado. Lado outro, do público-alvo da entrevista semiestruturada, apenas a Diretora/auxiliar pedagógica respondeu às perguntas da entrevista convertida em questionário.

Ainda, cumpre asseverar que a Diretora da UNIRE, além de responder ao questionário, forneceu o PPP atualizado, o qual sustenta toda a atuação dos profissionais da referida Unidade de Internação. Destarte, no contato realizado com a Diretora da UNIRE, também sobejou fornecido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a fim de garantir a devida proteção à imagem/identidade dos interlocutores da pesquisa, consoante confirma o documento acostado no Apêndice C.

Finalmente, completando os procedimentos metodológicos que utilizamos para realizar as devidas apurações acerca do nosso objeto de estudo, temos o questionário (Apêndice B), acerca do qual foram realizadas as devidas averiguações. Ele foi destinado/aplicado aos docentes que atuavam na unidade de internação.

Para Moroz e Gianfaldoni (2006), o questionário e a entrevista são semelhantes, no entanto, as autoras acentuam as principais diferenças entre os dois procedimentos. Assim, conceituam o questionário como instrumento de coleta de dados com questões a serem respondidas por escrito, sem a intervenção direta do pesquisador, ao contrário de como ocorre na entrevista.

Para tanto, as autoras ressaltam que, comumente, o questionário é composto por uma folha inicial - que pode ser o termo de consentimento livre e esclarecido – Apêndice D - explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de que as perguntas sejam respondidas de forma adequada. Acrescentam ainda que, assim como na entrevista semiestruturada, o questionário deve ser cuidadosamente preparado, de tal modo que as questões apontem de forma inequívoca o que se pretende ser abordado pelo sujeito que responderá às pesquisas.

Ainda tratando das características desse procedimento metodológico, Moroz e Gianfaldoni (2006) asseveram que uma grande vantagem do questionário reside na possibilidade de poder ser aplicado a muitas pessoas ao mesmo tempo. Nessa linha, salientam que as perguntas consideradas livres impõem menos limites ao sujeito que irá respondê-las; por outro lado, as perguntas estruturadas possuem limites impostos pelo pesquisador e é a partir delas que as opções de respostas são formuladas.

Diante disso, e complementando os procedimentos metodológicos da nossa investigação, temos que o questionário se mostrou como uma importante ferramenta na coleta de dados, o qual foi direcionado aos professores e à diretora/supervisora pedagógica que atuam na escola interna da unidade de internação do menor em conflito com a lei, para informar se receberam orientações relacionadas ao ECA e se, de fato, estão trabalhando com amparo de trechos do texto legal do referido estatuto; principalmente quanto ao fornecimento de educação de qualidade, conforme previsto no artigo 53 do ECA, de modo a propiciar a recuperação dos internos, ou se está sendo ministrado o conteúdo comum que é praticado nas

escolas públicas externas. No entanto, conforme relatado, a maioria dos professores não aceitou participar da pesquisa.

Além dos professores, e em razão da conversão da entrevista semiestruturada em questionário, cumpre mencionar que também sobejou aplicado questionário aos seguintes profissionais da UNIRE.

- Diretora “escolar” da unidade de internação do menor em conflito com a Lei, localizada na escola pública externa, à qual está vinculada a escola existente dentro da unidade de internação, que informou como o ECA está sendo, de fato, trabalhado na escola presente da unidade, ou se estão sendo desenvolvidas outras atividades previstas e não previstas no currículo, de modo que os reeducandos estejam tendo contato com o referido estatuto no que diz respeito à formação e recuperação do interno;

- O(A) coordenador(a) pedagógico(a), que, normalmente é um professor escolhido pelos outros professores, e investigamos se constam diretrizes específicas determinando que o ECA seja trabalhado nos pontos que garantem o direito à educação, e de forma inclusiva;

Dessa maneira, visando manter o anonimato dos(as) interlocutores a partir dos questionários respondidos, optamos por homenagear grandes juristas/educadores durante a escrita. Esses mesmos participantes foram informados sobre a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE C), os documentos (questionários e termos) foram encaminhados por e-mail e transcritos manualmente pelo pesquisador.

O detalhamento do perfil dos respondentes foi organizado no quadro a seguir:

**Quadro 2 – Interlocutores(as) da pesquisa**

INTERLOCUTOR(A)	FUNÇÃO NA UNIRE	IDADE	FORMAÇÃO
Rui Barbosa	Supervisor(a) – Diretor(a)	52	Pedagogia e Mestrado
Pontes de Miranda	Professor(a) I	60	Matemática
Luís Gama	Professor(a) II	48	Filosofia
Carmem Lúcia	Professor(a) III	46	Português/Geografia/Pedagogia

**Fonte:** elaborado pelos autores (2025).

### 2.3.1 Análise dos dados

#### 2.3.1.1 Análise de conteúdo na perspectiva do MHD

Não há como encarcerar a realidade (Marx, 1977), tampouco capturar da materialidade concreta um passo a passo do método (Netto, 2011). Nesse sentido, nos valem da Análise de Conteúdo (AC) criada por Bardin (2010) e traduzida no Brasil por Franco (2008), para conseguirmos nos aproximar de nosso objeto de estudo em suas múltiplas determinações, considerando a nossa história no campo jurídico e, recentemente, a trajetória no Mestrado na área de Educação, além do uso dos procedimentos de pesquisa: análise documental, estudo de dados quantitativos e reflexões em torno dos questionários respondidos.

Nessa seara, o intuito é tentar cercar o objeto de estudo em suas múltiplas determinações. A opção pela AC decorre de sua possibilidade de consolidar análises consistentes e resultar em categorias, possibilitando romper com a rigidez pela qual algumas investigações que repousam nas epistemologias marxistas carregam (Silva, Trindade; Rocha, 2023), e mesmo observar as possibilidades em chegar a possíveis “categorias derivadas” a partir de exaustivas, mas dinâmicas investidas teóricas e mitológicas no intuito de averiguar as múltiplas determinações do objeto de estudo em tela, como também nos previnem os autores de referência:

Denominamos assim, “derivadas”, porque as concebemos que sejam decorrentes do contato constante, dinâmico, sólido e múltiplo do/a pesquisador/a com o objeto de estudo capturado da realidade (dados resultados de entrevistas, registros de questionários e de observações, análise documental, entre outros), mas que se fazem presentes na mesma, independentemente da consciência desse/a cientista/a. Não é possível, determinar com segurança, quais serão essas categorias, antes de inventariar os autores e correntes teóricas que irão sustentar a tese e a antítese da pesquisa, contudo, é viável estabelecer pré-categorias teóricas a partir do “estado do conhecimento” ou mesmo desse levantamento teórico, que possam ou não se manterem ao final da pesquisa, mas, o que de fato, consubstancia a síntese superadora do problema principal proposto, será a capacidade intelectual do/a pesquisador/a em cruzar teorias (prévias) por eles/elas mesmo organizado/a com os registros da realidade empírica averiguada (Silva; Rocha Trindade, 2023, p. 17-18).

Assim, inicialmente, a partir de Bardin (1977), conceituamos a técnica da AC como:

É um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens (Bardin, 1977, p.21).

A brasileira Franco (2008) sintetiza da seguinte maneira:

Resumindo: o que está escrito, falado, mapeado, figurativamente desenhado e/ou simbolicamente explicitado sempre será o ponto de partida para a identificação do conteúdo, seja ele explícito e/ou latente. A análise e a interpretação dos conteúdos são passos (ou processos) a serem seguidos. E, para o efetivo caminhar neste processo, a contextualização deve ser considerada como um dos principais requisitos, e mesmo como o pano de fundo para garantir a relevância dos sentidos atribuídos às mensagens (Franco, 2008, pp. 16-17).

As fases da técnica de AC estão descritas de forma teórica e resumidas de maneira prática em nosso processo investigativo (como foram realizadas), considerando que não foram feitas análises espontâneas, tampouco apenas quantitativos de palavras, termos ou expressões. Ao contrário, levamos em conta o cuidadoso estudo dos autores de referências que nos previnem observar com atenção, com vistas a tornar a análise rigorosa e segura: exaustividade, exclusividade, concretude, homogeneidade, objetividade e fidelidade (Richardson, 1999).

**Quadro 3 – Fases da Pesquisa**

<b>FASE</b>	<b>CONCEITO</b>	<b>AÇÃO METODOLÓGICA</b>
Pré-análise	Momento inicial de inventariar toda carga documental e as escolhas que cercam a pesquisa, tais quais: local da pesquisa e interlocutores(as). Momento das “leituras flutuantes” (inicial) dos dados obtido.	Seleção das respostas mais relevantes e separação por eixo de pesquisa, considerando o problema e o objetivo geral.
Exploração do	Elaboração de possíveis	Com os questionários

material	indicadores e preparação de recorte dos fragmentos mais relevantes do material selecionado na fase anterior.	recebidos, foram delineadas as unidades de significação, unidades de registro e um primeiro esboço de categorização.
Tratamento dos resultados obtidos e interpretação	As informações são tratadas (teorias) de maneira a ganhar significado, a partir das mensagens decodificadas, considerando ainda as categorias do método (lente filosófica que ampara a pesquisa).	Os itens do questionários que tratavam diretamente dos eixos II e III foram dispostos relacionados com os objetivos da pesquisa e o referencial teórico, dispostos no quadro orientador da AC.

**Fonte:** elaborado pelos autores (2025).

Cumpramos asseverar que, na elaboração do Eixo I – O ECA como Política Pública na história da educação no Brasil, optamos pela análise documental crítica e reflexiva, além de nos ampararmos no referencial teórico. Portanto, não realizamos a AC nesse eixo.

Antes de expor o quadro da AC que descreve a relação entre Categorização, Unidades de Registro e Unidades de Significação, frisamos que, sobretudo nas seções referentes ao Eixo II - O Currículo da Formação e da atuação dos profissionais nas Unidades de Internação do Distrito Federal” e ao Eixo III - O que os dados revelam: o lugar do ECA na UNIRE, essas categorias serão mais bem delineadas, de forma a manter a dinâmica e a fluidez do método, projetando o concreto pensado (Marx, 1974).

**Quadro 4 – Dinâmica da Análise de Conteúdo (AC)**

<b>EIXOS PRINCIPAIS DA PESQUISA</b>			
<b>CURRÍCULO DA FORMAÇÃO E DA ATUAÇÃO</b>		<b>ECA NA UNIRE</b>	
<b>Categoria</b>	<b>Ocorrência</b>	<b>Categoria</b>	<b>Ocorrência</b>
Projetos Pedagógicos	04	ECA	6

Pedagogia de Projeto	02	ECA Transversal	2
Transversalidade	01		
<p><b>Unidades de registro</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Currículo da Instituição é executado por meio de projetos pedagógicos.</li> <li>• A pedagogia de Projetos e a Transversalidade permeiam todo o currículo.</li> <li>• O ECA e a justiça restaurativa.</li> <li>• A transversalidade no tratamento do ECA.</li> </ul>			
<p><b>Unidades de significação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• “Sim, trabalhamos com pedagogia de projetos”.</li> <li>• “Totalmente. Contribuímos com sugestões durante revisões, tais projetos estão inscritos no PPP da Escola e são revisados anualmente”.</li> <li>• “Sim, temos alguns projetos que estão no PPP da escola”.</li> <li>• “Há um PPP alinhado às diretrizes do ECA”.</li> <li>• “O ECA deve ser tratado de forma transversal, com projetos que discutam direitos, deveres e justiça restaurativa”.</li> <li>• “Sim, seguimos principalmente o Art. 53 do ECA, que assegura o direito à educação e à profissionalização como parte do processo socioeducativo.”</li> <li>• “O artigo 4º do ECA estabelece a garantia de direitos de crianças e adolescentes deve ser prioridade absoluta”.</li> </ul>			

**Fonte:** elaborado pelos autores (2025).

Nosso objeto de pesquisa resultou nos seguintes eixos: I - O ECA como política pública na história da educação no Brasil, II - O currículo da formação e da atuação dos profissionais nas Unidades de Internação do Distrito Federal e III - O que os dados revelam: o lugar do ECA na UNIRE, nos quais apresentamos todos os resultados da pesquisa, bem como reforçamos nosso referencial teórico.

### **3 EIXO I - O ECA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL**

Inicialmente, de acordo com o apurado por Nascimento (2022), faz-se necessário destacar, ainda que brevemente, alguns conceitos norteadores do objeto posto à análise, quais sejam: Constituição Federal, Direitos e Garantias Fundamentais e Estado Democrático de Direito, necessariamente nessa ordem.

A princípio, e em apertada síntese, torna-se importante lembrar que a Constituição Federal é a norma fundamental que surge pela necessidade do Estado em se organizar com a divisão dos poderes políticos, instituindo os direitos e garantias fundamentais, como também a ordem social e econômica.

Paralelamente, surgem os Direitos e Garantias Fundamentais, os quais se encontram elencados do artigo 5º ao 17º da Constituição Federal e nos demais dispositivos constitucionais, com intuito de selar a igualdade entre todos perante a lei e, conseqüentemente, proteger o cidadão da ação do Estado que, por sua vez, é o responsável por assegurar uma vida digna do indivíduo perante a sociedade.

Nessa toada, surge o Estado Democrático de Direito, o qual impõe que todo o conjunto normativo existente em uma sociedade organizada, civilizada, garanta a soberania popular e impõe a submissão do Estado às próprias normas. Parte-se do preceito de que todo o conjunto normativo existente no Brasil decorre necessariamente da Carta Magna, e em respeito a ela surgem os textos de leis infraconstitucionais, na medida dos anseios da sociedade e da população.

Assim sendo, em observância aos direitos e garantias fundamentais, temos o direito à Educação. Cury (2010) aponta que o Brasil se encontra em dívida com sua população, no que diz respeito ao acesso à educação, eis que convivemos com a triste realidade de milhões de crianças fora da escola, ou a frequentando fora da idade apropriada, ou seja, intempestiva.

De mais a mais, mesmo com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990, com o intuito de correlacionar a lei, a educação e os direitos e garantias fundamentais, há de se ressaltar que o Brasil, lamentavelmente, vem colecionando insucessos em sua história.

Nesse sentido, e de forma legítima, Cury (2010) afirma que:

Essa situação tem uma história passada de desleixo e abandono, cujas consequências são extremamente visíveis e sempre catalogadas nos indicadores estatísticos dos órgãos do governo ou de organizações internacionais. Basta consultar os dados gerais atualizados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), os específicos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Pedagógicas (INEP) ou os dados da UNESCO. Mas não faltam esforços, propostas, projetos e lutas tendentes a realizar a cidadania educacional em nosso país. Um dos campos de luta foi o terreno de elaboração de leis (p. 569).

Dessa forma, surgiu o Estatuto supracitado, como sendo mais uma tentativa estatal brasileira de garantir, entre vários direitos, o direito à educação. Contudo, o surgimento dessa norma legal, infelizmente, não significa acesso à educação para grande parcela da população.

Nesse diapasão, em que pese o fato de termos uma lei maior, a Constituição Federal, a partir da qual surge todo o ordenamento jurídico brasileiro, no que concerne às leis estaduais, leis orgânicas dos municípios, cada qual com sua autonomia e independência, é fato que todas devem respeito à Lei Maior/Carta Magna, entretanto, por mais que seja vasto o universo de legislações, muitas não são conhecidas pela população, tampouco possuem aplicabilidade capaz de garantir os direitos e garantias fundamentais, bem como o tão sonhado acesso à educação.

Em razão disso, cumpre frisar mais uma vez que, para o Estatuto da Criança e do Adolescente ter maior efetividade, com benefícios diretos/práticos de direitos e garantias fundamentais, principalmente com acesso à educação/formação de qualidade, devem ser criadas políticas públicas que garantam plena aplicabilidade, capazes de subsidiar a brilhante legislação posta em discussão, voltada à criança e ao adolescente.

Por óbvio, chegamos à inevitável consideração preliminar, com escopo nos autores e documentos ora analisados, de que, infelizmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente não tem atingido ou beneficiado seu público-alvo, eis que, apesar de ser uma legislação pioneira em sua seara, em razão da ausência de políticas públicas específicas, não garante o pleno acesso da criança e do adolescente à educação de qualidade, ao esporte, lazer, cultura etc.

De mais a mais, a contrário *sensu*, por mais que alguns profissionais da área tenham documentado o processo de desenvolvimento da história da educação, o que lhe trouxe significativos avanços, e tendo em vista que o referido estatuto representa uma bela “vitrine” para o mundo normativo, não se pode afirmar que ele

esteja sendo inserido de forma coesa e efetiva no processo de evolução da história da educação, mais comumente denominada historiografia da educação.

Lado outro, chegamos a mais uma reflexão preliminar, também baseada nas fontes de pesquisas *in fine* informadas, de que, na medida em que o referido estatuto deixa de ser efetivo, ele permanece aquém do processo de desenvolvimento da educação, tampouco garante o acesso à civilidade formativa.

Em detida análise da Lei 8.069/90, cumpre asseverar ainda que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) representa um marco fundamental na história da educação e das políticas públicas voltadas à infância e à adolescência no Brasil. Ele concretiza em seu texto, aparentemente, os princípios da Constituição Federal de 1988, que introduziu o conceito da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, rompendo com a visão anterior que os tratava como objetos de tutela. Mais especificamente em seus artigos 4º, 53 e seguintes, o ECA traz disposições voltadas ao direito à Educação.

Assim, apuramos que o ECA, como política pública na Educação do Brasil, busca garantir:

- **Direito à educação como prioridade**

O ECA estabelece que é **dever do Estado, da família e da sociedade** garantir o acesso à educação, sendo essa uma das principais ferramentas de proteção e promoção do desenvolvimento integral da criança e do adolescente, tal como previsto nos artigos 53 e seguintes do ECA, insculpido na Lei Federal nº 8.069/90.

- **Educação como proteção social**

A educação passa a ser entendida não apenas como transmissão de conhecimento, mas como um instrumento de **inclusão, proteção contra a violência, exploração e abandono**, além de promover a cidadania.

- **Acesso universal e permanência na escola**

Neste ponto, demonstra garantir, em tese, o **acesso obrigatório e gratuito ao Ensino Fundamental** (e, posteriormente, ampliado com o ECA e legislações posteriores para o Ensino Médio), além de condições para a **permanência com qualidade**, respeitando as diferenças culturais, sociais e individuais.

- **Combate à evasão e à exclusão escolar**

O ECA prevê medidas para enfrentar a evasão escolar, responsabilizando o poder público por ações preventivas, além de recomendar a criação de políticas de **apoio às famílias**, alimentação escolar, transporte, entre outros.

- **Participação infanto-juvenil**

Também estimula a **participação ativa dos alunos** nos processos escolares e nas decisões que impactam sua vida, incentivando o protagonismo juvenil.

- **Intersetorialidade**

O ECA promove a **integração entre educação, saúde, assistência social e justiça**, formando uma rede de proteção integral à criança e ao adolescente.

O ECA redefiniu o papel da escola como espaço de garantia de direitos e não apenas de ensino, influenciando políticas públicas como o Plano Nacional de Educação (PNE), os Conselhos Tutelares, e programas como o PETI, o Bolsa Família e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros dispositivos legais com papel de possíveis políticas públicas.

No entanto, conforme será exposto nos eixos seguintes da presente dissertação, existem as políticas públicas voltadas ao ECA e ao Direito à Educação, visando à garantia de direitos fundamentais, no entanto, aparentemente, sem aplicabilidade.

### 3.1. CONCEITUANDO POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA APLICAÇÃO AO ECA

Atualmente, várias são as discussões acerca de políticas públicas, haja vista o avanço das condições democráticas e o conjunto de arranjos institucionais de governos, que se tornaram indispensáveis para possibilitar a governabilidade. Entende-se por governabilidade as condições adequadas para que os governos se mantenham estáveis. São essas condições adequadas, enquanto atitudes de governos (sejam eles de âmbito nacional, regional/estadual ou municipal), que caracterizam as políticas<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf> . Acesso em: 24.03.2024.

Desse modo, Souza (2003) define políticas públicas da seguinte forma:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (Souza, 2003, p. 13).

Nada obstante, em que pese o brilhantismo de Souza com a definição de políticas públicas, Azevedo (2003, p. 38) nos traz de forma ainda mais didática que “[...] política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”.

Portanto, corroborando com as considerações do item anterior, notamos que a criação e a efetivação de políticas públicas aptas a dar amparo ao ECA são de fundamental importância, pois, conforme sobejou investigado em nosso estudo, notamos que o referido estatuto não está sendo tratado como política pública efetiva na história da educação no Brasil, principalmente dentro da unidade de internação da criança e do adolescente em conflito com a lei, que é o nosso foco.

No eixo a seguir, destacaremos os pontos atinentes ao currículo na unidade de internação da criança e do adolescente em conflito com a lei, com breves reflexões e implicações.

Nesse primeiro eixo, nosso objetivo se deu com a identificação do ECA como política pública na história da educação no Brasil a partir de autores e, posteriormente, da análise documental devidamente descrita nessa dissertação e, ainda, eventualmente, a partir das falas dos interlocutores.

De acordo com Fávero, Pini e Silva (2020), em sua obra *ECA e a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes* (2020), a aplicação do Princípio da Proteção Integral é um dos fundamentos abordados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esse princípio reconhece que crianças e adolescentes são sujeitos plenos de direitos e que o Estado, a sociedade e a família têm a responsabilidade de assegurar a sua proteção e o seu desenvolvimento integral em todas as suas dimensões: física, psicológica, moral, social e educacional.

No capítulo 4 da referida obra, Ferreira e Lima (2020) também analisam as responsabilidades do Estado, da família e da sociedade no processo de proteção,

destacando como esses atores devem atuar de forma articulada para garantir os direitos previstos no ECA. São apresentados os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, incluindo o direito à vida, saúde, educação, convivência familiar e comunitária, e a proteção contra qualquer forma de abuso, exploração e negligência.

Além disso, destacam a importância de políticas públicas que promovam a inclusão social e a participação ativa de crianças e adolescentes, garantindo que sua voz seja ouvida e respeitada nos processos que dizem respeito a seu futuro. Portanto, segundo Ferreira e Lima (2020), o ECA busca criar um ambiente que permita a essas pessoas crescerem de maneira digna, com respeito a seus direitos e potencialidades, cumprindo, dessa forma, aparentemente, seu papel como política pública.

Nada obstante, Mainardes (2006) em seu artigo “Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais”, apresenta as ideias centrais da referida abordagem e suas contribuições para a análise de políticas educacionais. O texto contempla um conjunto de questões norteadoras para a análise da trajetória de políticas ou programas educacionais, com base nos cinco contextos do ciclo de políticas: de influência, de produção de texto, de prática, de resultados/efeitos e, por fim, de estratégia política.

Nesse contexto, Ball (1998) apresenta as seguintes ideias acerca das políticas públicas educacionais, as quais foram traduzidas e reinterpretadas por Mainardes (2006). Em o ciclo de políticas apresentado em sua obra, Mainardes (2006) trouxe a perspectiva pós-estruturalista, cujas características incluem a desconstrução de conceitos e certezas do presente, engajamento crítico, busca de novas perspectivas e novos princípios explicativos, focalização de práticas cotidianas (micropolíticas), heterogeneidade e pluralismo e articulação entre macro e micro contextos.

Desse modo, para o autor, enquanto a abordagem do ciclo de políticas oferece instrumentos analíticos para a análise da trajetória de políticas (formulação, produção de textos, implementação, resultados), uma outra teoria mais específica poderia ser empregada para a análise da política ou do programa a ser analisado. Por exemplo, para a análise da implementação de um programa de organização da escola em ciclos (ciclos de aprendizagem), paralelamente à abordagem do ciclo de políticas adotou-se a teoria de Basil Bernstein (1996 e 2003) como referencial

teórico para analisar a natureza da política investigada (considerada na pesquisa uma pedagogia invisível).

De modo mais específico, segundo Mainardes (2006), a teoria mencionada foi extremamente útil e instigante para a análise do contexto da prática (a política na sala de aula). O papel da teoria, como explica Bernstein, é o de oferecer uma linguagem de descrição (1999). As teorias constituídas por uma “gramática forte” são aquelas que oferecem elementos para identificar objetos empíricos de modo invariante e, desse modo, permitem a geração de descrições empíricas precisas e sem ambiguidades.

Voltando ao nosso objeto de pesquisa, temos as teorias que vêm sendo apresentadas, como também o ECA e sua possível funcionalidade na condição de política pública, em conjunto com toda a estrutura investigada na Unidade de Internação do Recanto das Emas (Professores(as), Coordenador(a) Pedagógico(a), Diretora, Currículo, PPP, legislação nacional que cuida dos direitos da criança e do adolescente, Resolução CONANDA, SINASE, etc.), entre outros instrumentos que, por si só, funcionam como “ferramentas” para dar suposta efetividade à política pública que protege os direitos da criança e do adolescente.

Segundo Fávero, Pini e Silva (2023), no livro *ECA e a proteção integral de crianças e adolescentes*, o capítulo 9 aborda os **direitos fundamentais das crianças e adolescentes** à proteção e à promoção de seu desenvolvimento integral. Ele enfoca as políticas públicas e o papel da sociedade e do Estado na garantia desses direitos, destacando a importância de uma abordagem intersetorial que envolva educação, saúde, assistência social, entre outros setores.

O texto do referido capítulo também discute os mecanismos de proteção legal disponíveis, como o Conselho Tutelar e o Ministério Público, e a importância de uma rede de apoio para prevenir a violência e a exploração de crianças e adolescentes. Além disso, o capítulo destaca o princípio da **prioridade absoluta**, que deve ser observado em todas as ações do Estado, visando sempre o melhor interesse da criança e do adolescente.

Esses elementos estão alinhados com os princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança e com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que visam assegurar um ambiente seguro, saudável e propício ao pleno desenvolvimento das novas gerações.

Fávero, Pini e Silva (2023) destacam ainda que a década de 1990, que se dizia como sendo o período dos direitos, foi devastadora no tocante aos direitos humanos, em razão da ofensiva neoliberal que impactou todos os países da América Latina, de modo particular, o Brasil, que, por sua vez, havia conquistado no marco jurídico os direitos básicos como saúde, educação, assistência social, esporte e lazer. No entanto, o alcance dos direitos conquistados não se efetivou e tampouco foi universal.

Assim, dentro desse contexto político e de acordo com o referido capítulo do livro, foi aprovado o ECA, 8.069/1990, fruto da luta social dos anos 1980, rompendo com o paradigma da situação irregular, inaugurando a doutrina de proteção integral. Além disso, também destacaram que, em seu artigo 53, o ECA elencou a direito à educação visando ao desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando, aparentemente, o direito de organização e de participação de entidades estudantis.

Nesse trilhar, Fávero, Pini, Oliveira e Silva (2023) destacaram que o direito à participação de entidades estudantis está em consonância com o Plano Nacional de Educação em direitos humanos (PNEDH), nas ações programáticas previstas no eixo da Educação Básica, em especial as que abordam diretamente a questão da participação da criança e do adolescente: desenvolver uma pedagogia participativa que inclua conhecimentos, análises críticas e habilidades para promover os direitos humanos; favorecer a inclusão da Educação em direitos humanos nos projetos políticos pedagógicos das escolas, adotando práticas pedagógicas democráticas presentes no cotidiano; incentivar a organização estudantil por meio de grêmios, associações, observatórios, dar apoio técnico e financeiro às experiências de formação de estudantes como agentes promotores de direitos humanos em uma perspectiva crítica.

Diante disso, de acordo com o que vem sendo apurado através dos autores citados, podemos sintetizar que todo o conjunto investigado na escola da Unidade de Internação do Recanto das Emas compõe a política pública necessária para dar, supostamente, efetividade ao ECA, no tocante ao ponto que investigamos em nossa pesquisa.

Desse modo, antes de prosseguirmos com nosso objeto e os comentários acerca das ferramentas públicas para dar efetividade às políticas públicas, temos o seguinte esquema:

**Figura 02:** Ciclo de Políticas Públicas.



Fonte: <https://unale.org.br/o-ciclo-das-politicas-publicas/> . Acesso em:21/04/2025

Nessa seara, e em se tratando de ferramentas para implementação de política pública de apoio ao ECA, temos a Resolução Conanda nº 113, de 19 de abril de 2006, que estabelece diretrizes para a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. Essa resolução é um marco importante, pois regulamenta a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e orienta a atuação dos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

**1 Sistema de Garantia de Direitos (SGD):** estrutura composta por órgãos e entidades responsáveis por promover, defender e controlar os direitos da criança e do adolescente. Dividido em três eixos: Promoção, Defesa e Controle dos direitos.

**2 Promoção dos direitos:** ações preventivas e proativas voltadas à garantia dos direitos fundamentais (educação, saúde, convivência familiar etc.). Envolvem políticas públicas e sociais.

**3 Defesa dos direitos:** atuação frente à violações de direitos, por meio de conselhos tutelares, Ministério Público, Defensoria Pública, entre outros.

**4 Controle e fiscalização:** acompanhamento e fiscalização das políticas públicas e ações voltadas para crianças e adolescentes. Participação de conselhos de direitos e da sociedade civil.

**5 Diretrizes gerais:** atendimento integral e prioritário a crianças e adolescentes. Participação ativa da sociedade civil na formulação, execução e controle das políticas. Articulação intersetorial entre diferentes áreas (educação, saúde, assistência, justiça).

**6 Importância da escuta da criança e do adolescente:** respeito ao direito de ser ouvido e considerado em decisões que os afetem diretamente. Essa resolução fortalece a integração entre os atores envolvidos na proteção de crianças e adolescentes e define responsabilidades claras para cada um.

Por conseguinte, obedecendo a uma certa cronologia, temos o grande avanço brasileiro com a criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), por meio da Lei Federal nº 12.594/2012, a qual nasceu sob a influência do Relatório do Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF), denominado “30 anos da Convenção sobre os Direitos da criança: avanços e desafios para meninas e meninos no Brasil” (UNICEF, 2019).

Assim, além de definir temas como o financiamento de programas, o desenvolvimento de plenos de atendimento no âmbito socioeducativo, bem como a obrigação de intervenções específicas nas famílias dos adolescentes, o SINASE também fixou responsabilidades para cada esfera governamental.

A referida Lei nº 12.594/2012, sancionada em 18 de janeiro de 2012, instituiu o SINASE e organizou a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratiquem atos infracionais, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Composto seus objetivos, estabeleceu:

- normas e princípios para a execução das medidas socioeducativas;
- garantia dos direitos dos adolescentes em conflito com a lei;
- integração dos entes federativos (União, Estados, DF e Municípios) na política de atendimento socioeducativo;
- garantia de que o atendimento seja feito com respeito à dignidade, à singularidade e à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Além disso, estabeleceu Planos de Atendimento Socioeducativo, os quais devem ser elaborados pelas três esferas de governo. Eles visam planejar e coordenar as ações do sistema. Também instituiu regras para execução das medidas: definiu como devem ser aplicadas e acompanhadas as medidas socioeducativas previstas no ECA: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade, internação.

Nada obstante, e em apertada síntese, a **Lei 12.594/2012** organiza o sistema de aplicação das **medidas socioeducativas**, reforçando os direitos dos adolescentes e propondo uma abordagem mais **educativa e restaurativa**, e menos punitiva, para os adolescentes em conflito com a lei.

Por conseguinte, e ainda em análise dos enunciados normativos de âmbito nacional, os quais funcionam, aparentemente, como políticas públicas aptas a dar arrimo ao ECA e à proteção dos direitos da criança e do adolescente, que, por sua vez, também atua como política pública, temos, ainda na ordem cronológica, o texto da Resolução CONANDA nº 160/2013.

A Resolução CONANDA nº 160/2013 dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todos os níveis federativos (municipal, estadual, distrital e nacional), estabelece diretrizes para a criação, organização e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em se tratando de atribuições dos Conselhos, a referida resolução os define como órgãos deliberativos e controladores da política de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, compostos por representantes do poder público e da sociedade civil, e em igual número.

Em se tratando dos representantes da sociedade civil para compor o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, estes devem ser escolhidos por processo democrático, por meio de eleições, tal como acontece na eleição dos Conselheiros Tutelares.

Além disso, cumpre ressaltar que os conselhos devem possuir autonomia administrativa, financeira e funcional, sem subordinação hierárquica ao poder público; devem ter regimento interno próprio, suas reuniões devem ser periódicas, com garantia de ampla divulgação e acesso à participação social. Quanto a isso, deve-se atentar à obrigatoriedade de ser garantida a participação ativa de organizações não governamentais na formulação das políticas.

Finalmente, a Resolução CONANDA nº 160/2013 prevê que os conselhos têm papel fundamental na promoção do controle social sobre as ações governamentais relativas aos direitos da criança e do adolescente.

Nesse sentido, elaboramos o quadro a seguir para, de forma mais didática, resumir a referida Resolução, que possui tamanha importância no cenário nacional das políticas públicas voltadas a dar amparo às crianças e aos adolescentes, refletidas no ECA.

**Quadro 5 - Resumo da Resolução CONANDA nº 160/2013**

<b>RESUMO DA RESOLUÇÃO CONANDA Nº 160/2013</b>	
<b>FINALIDADE</b>	Estabelecer diretrizes para criação, organização e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.
<b>NATUREZA DOS CONSELHOS</b>	São órgãos deliberativos e controladores da política de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.
<b>COMPOSIÇÃO</b>	Devem ser paritários, ou seja, compostos por representantes do poder público e da sociedade civil, em igual número. Representantes civis escolhidos por eleição.
<b>COMPETÊNCIAS DOS CONSELHOS</b>	Formular políticas públicas para a infância e adolescência, acompanhar e fiscalizar a execução dessas políticas públicas, gerir e fiscalizar o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA), registrar e fiscalizar entidades

	que atuam com crianças e adolescentes.
<b>AUTONOMIA</b>	Autonomia administrativa, financeira e funcional, sem subordinação hierárquica ao poder público.
<b>FUNCIONAMENTO</b>	Devem ter regimento interno próprio, deve realizar reuniões periódica e com garantia de ampla divulgação e acesso à participação social.
<b>PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL</b>	Deve ser garantida a participação ativa de organizações não governamentais na formulação das políticas.

**Fonte:** elaborado pelos autores – (2025).

Como é possível notar nesse eixo, ao definirmos o conceito de políticas públicas, informar a origem do ECA e ao elencar vários enunciados legais de âmbito nacional que, juntos, em tese, compõem políticas públicas de proteção aos direitos da criança e do adolescente, informam a proteção ao direito à educação, destacamos que existem várias políticas públicas de amparo aos direitos da criança e do adolescente, incluindo, em especial, o direito à educação. No entanto, adiantamos que, aparentemente, boa parte delas não têm a devida aplicabilidade e efetividade, tal como será exposto nos eixos seguintes baseados na realidade da Unidade de Internação do Recanto das Emas, no Distrito Federal.

Como já apontamos no estado da arte, e de acordo com o que restou elucidado com nossa pesquisa empírica, partindo das informações já obtidas com base em alguns autores informados nesse referencial teórico, apuramos que o currículo que vem sendo utilizado é elaborado especificamente para a UNIRE, consoante será exposto no eixo II desta dissertação.

## 4 EIXO II - O CURRÍCULO NAS UNIDADES DE INTERNAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Para esse segundo eixo, buscamos compreender a presença do ECA no currículo de formação dos profissionais/educadores que atuam nas unidades de recuperação/internação do menor em conflito com a lei.

Antes de enunciar nossa concepção de currículo, trouxemos alguns dados pertinentes ao campo investigativo no qual o nosso objeto de estudo esteve abrigado, qual seja a educação e a própria pedagogia, que em nosso entendimento são dimensões indissociáveis de qualquer discussão pedagógica.

Compactuamos com autores renomados do campo dos estudos pedagógicos, como Franco (2003) e Saviani (2012), ao defenderem o conceito de que a pedagogia é a ciência da prática educativa e, portanto, transcende a concepção superficial, muitas vezes propagada, de um curso de magistério técnico que ganhou o *status* de formação superior.

### 4.1 O CONTEXTO DA SOCIOEDUCAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

Antes de adentrarmos na temática dessa subseção, é mister sinalizar que o Distrito Federal faz parte de toda uma estrutura política, social e administrativa amparada na legislação vigente e, especificamente, o Sistema Socioeducativo tem uma estrutura própria. Segundo informações da própria Subsecretaria do Sistema Socioeducativo (Subsis), ela passou:

[...] a integrar a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF em janeiro de 2019. O Distrito Federal, como unidade da federação que acumula as competências de Estado e de Município, é responsável pela execução das medidas socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), Liberdade Assistida (LA), Semiliberdade e Internação, todas sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, mais especificamente da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo – Subsis. No exercício de suas atribuições, a Subsis é a Subsecretaria responsável por planejar, coordenar, executar e avaliar programas, projetos e atividades de Medidas Socioeducativas; promover a administração geral das unidades orgânicas; propor melhorias para a operacionalização eficiente e eficaz dos programas, projetos e atividades do Sistema Socioeducativo e monitorar a execução

destes; fomentar a integração entre as entidades públicas e privadas, para a consolidação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE e demais legislações aplicáveis; organizar e operar a rede de serviços de atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; coordenar o trabalho desenvolvido nas unidades de Atendimento Socioeducativo para implantação, implementação e padronização previstas no Programa de Execução de Medidas Socioeducativas; gerar informações e dados que possam subsidiar a tomada de decisões do Governo do Distrito Federal, acerca do Sistema Socioeducativo, dentre outras funções<sup>3</sup>.

A SEDF integra e contribui essa macroestrutura, assegurando que a política pública atinente a esse assunto, de fato, tente se plasmar em instrumento de ação pública. Segundo informações da própria SEDF<sup>4</sup>, a socioeducação está estruturada da seguinte maneira apresentada no quadro a seguir.

**Quadro 6 – Cenário qualitativo da socioeducação no DF**

<p><b>Descrição</b></p>	<p>Acompanhamento e a escolarização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e/ou semiliberdade.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Semiliberdade e Meio Aberto são atendidos nas Unidades Escolares da região em que residem.</li> <li>▶ Adolescentes em cumprimento de Internação Provisória e de Medida Socioeducativa de Internação, estudam nos Núcleos de Ensino – NUEN das Unidades de Internação Socioeducativas do DF.</li> </ul>
<p><b>A quem se destina</b></p>	<p>Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de semiliberdade e meio aberto e em internação provisória e de medida socioeducativa de internação.</p>
<p><b>O que se fazer</b></p>	<p>O encaminhamento para matrícula será realizado a qualquer época do ano e poderá ser solicitado pelos</p>

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.sejus.df.gov.br/subsecretaria-do-sistema-socioeducativo> Acesso em: 02/05/2025.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/carta-de-servicos-socioeducacao/>. Acesso em: 02/05/2025.

	responsáveis, Núcleo de Atendimento Inicial – NAI/SEJUS/SEEDF, Gerências de Atendimento em Meio Aberto – GEAMA/SEJUS, Gerências de Semiliberdade – GSEL/SEJUS e/ou órgãos da Rede de Proteção Social.
<b>Documentos principais que sustentam a pasta</b>	Currículo em Movimento (2018); PPP “Carlos Mota” - SEDF (2012). Diretrizes Pedagógicas: Escolarização na Socioeducação. (2014); Portaria nº 335 (2024) – Sistema Integrado de Normas Jurídicas do DF; Manual de Atendimento Socioeducativo do DF (2023);
<b>Contatos</b>	SUBEB/DIMESP/Gerência de Atenção à Socioeducação – GSED <a href="#">Shopping ID   SCN Qd. 6 Cj A – Bl. B 6º andar – Edifício Venâncio 3000 – Asa Norte/Brasília/DF – 70716-900</a> <a href="mailto:gsed.subeb@se.df.gov.br">gsed.subeb@se.df.gov.br</a>

**Fonte:** elaborado pelos autores (2025).

Ainda de acordo com a SEDF, os Núcleos de Ensino são anexos de escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal, funcionam dentro das Unidades de Internação Socioeducativas e, atualmente, estão organizados conforme quadro abaixo, com destaque para a unidade em que a nossa pesquisa foi realizada, UNIRE:

**Quadro 7 – UNIRES do DF**

<b>RA/CRE</b>	<b>UNIDADE DE INTERNAÇÃO</b>	<b>UNIDADE ESCOLAR VINCULANTE</b>
São Sebastião	Unidade de Internação Provisória de São Sebastião – UIPSS	CED São Francisco
	Unidade de Internação de São Sebastião – UISS	CED São Bartolomeu
Planaltina	Unidade de Internação de Planaltina – UIP	CED Pompílio Marques de Souza

Santa Maria	Unidade de Internação de Santa Maria – UISM	CED 310 de Santa Maria
Recanto das Emas	Unidade de Internação do Recanto das Emas – UNIRE	CED 104 do Recanto das Emas
	Unidade de Internação de Saída Sistemática – UNISS	CED 104 do Recanto das Emas
Gama	Unidade de Internação Feminina do Gama – UIFG	CED 06 do Gama
Brazlândia	Unidade de Internação de Brazlândia – UIBRA	CEF Verdinha

**Fonte:** elaborado pelos autores (2025).

#### 4.1.1 O que o Censo Escolar de 2024 nos mostrou sobre o DF?

Apuramos que a rede pública de ensino conta com 455.419 estudantes regularmente matriculados, entre as 834 escolas e 19.606 turmas cadastradas pelo sistema INEP.

A SEDF está organizada em 14 CRES (Coordenações Regionais de Ensino). A partir do POWER Bi<sup>5</sup>, disponibilizado no site da rede, extraímos o cenário de matrículas apresentado na imagem a seguir.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://dadoseducacionais.se.df.gov.br/etm2024.php> Acesso em: 02/05/2025.

**Figura 03** – Tabela de Matrículas e Regionais de Ensino.

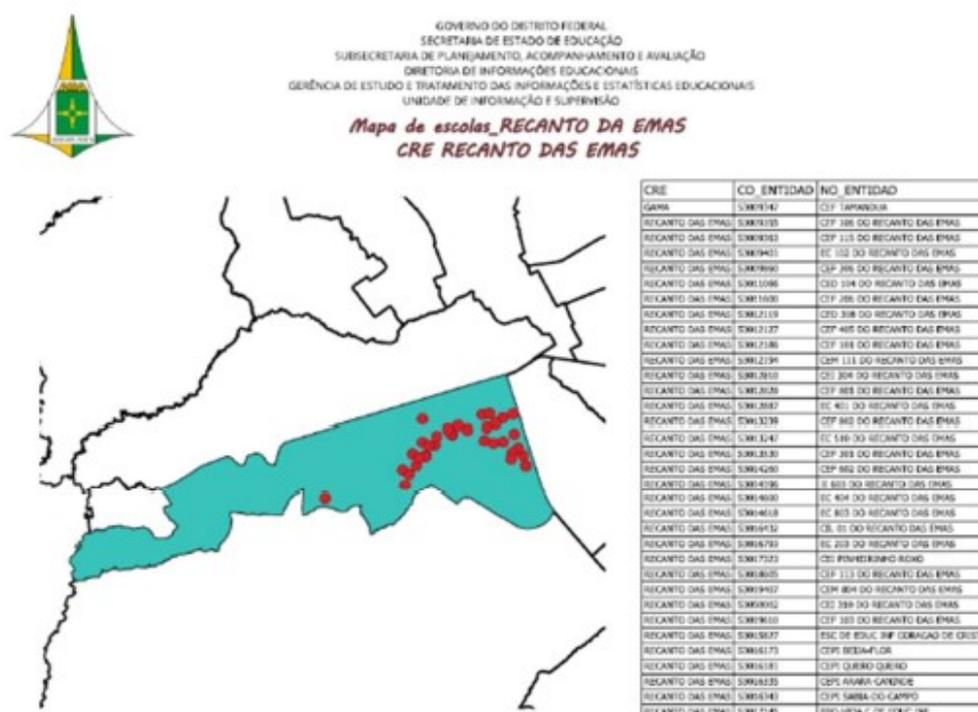
Nome_CRE	EI	EF	EM+NEM	Total_EJA	EE Total	Matrículas_EP
BRAZLÂNDIA	2822	9156	3000	746	209	1037
CEILÂNDIA	12023	43692	12763	4205	859	3095
GAMA	4123	15971	5917	1091	518	451
GUARÁ	2794	11495	3031	834	352	1156
NÚCLEO BANDEIRANTE	4318	14544	3902	1012	153	
PARANOÁ	3297	15659	4823	1339	108	
PLANALTINA	5489	23482	5638	2107	393	2852
PLANO PILOTO	6464	19818	7011	4677	1046	2740
RECANTO DAS EMAS	4796	15983	4557	1514	122	
SAMAMBAIA	9083	22520	5478	1759	417	
SANTA MARIA	4121	14907	4263	927	336	872
SÃO SEBASTIÃO	3170	14597	3945	802	308	
SOBRADINHO	4189	15192	4498	1380	218	
TAGUATINGA	6761	22108	8380	1882	817	2352
<b>Total</b>	<b>73450</b>	<b>259124</b>	<b>77206</b>	<b>24275</b>	<b>5856</b>	<b>14555</b>

**Fonte:** elaborado pelos autores (2025).

Demarcamos que, por motivos técnicos, a Coordenação Regional do Recanto das Emas não possui o número de matrículas na coluna de Educação Profissional (EP), bem como o Censo não apresenta os estudantes que cumprem medidas socioeducativas, por uma questão de sigilo e segurança da Unidade e dos próprios jovens. Obviamente, a SEJUS e a SEDF possuem esses dados e em alguns casos podem ser consultados; o que nos basta para essa pesquisa é o demonstrar, a partir desse cenário que a cidade do Recanto das Emas está entre as maiores em número de matrículas em todas as etapas e modalidades, excetuando-se a Educação Especial.

Para visualizar a composição geográfica das escolas no Recanto das Emas-DF, observemos o seguinte mapa abaixo:

**Figura 04:** Mapa das escolas no Recanto das Emas



**Fonte:** Secretaria de Educação do Distrito Federal, acessado em 03/05/2025.

O Censo aponta ainda um total de 40 escolas nessa Coordenação de Ensino, com 27.083 turmas. A unidade investigada (UNIRE) conta com um total de 1.284 estudantes matriculados entre 29 no Ensino Fundamental e 1.255 entre Ensino Médio e Novo Ensino Médio. Conforme ponderado anteriormente, não é possível demarcar entre essas matrículas quais especificamente se trata dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa, contudo eles figuram entre elas.

Nesse íterim, observamos que a UNIRE se destaca com relação ao número de matrículas/quantidade de estudantes, bem como em razão da sua estrutura que atua em duas frentes: Unidade de Internação do Recanto das Emas – UNIRE, tal como nas outras cidades Satélites do DF, e com a Unidade de Internação de Saída Sistemática – UNISS.

Além disso, é possível notar, ainda de forma preliminar, que o artigo 53 do ECA, que garante o direito à educação, não está sendo cumprido, pois, na medida em que se tem número elevado de matriculados na Unidade de Internação, independentemente da modalidade, significa que antes da internação não está

sendo fornecida educação de qualidade capaz de afastar os menores dos atos infracionais em conflito com a lei.

#### **4.1.2 O que os dados revelaram sobre o currículo**

Um dos principais campos de atuação dos futuros profissionais formados em Pedagogia é a regência de anos iniciais para a Educação Básica, provavelmente palco onde terão que dominar muitos dos desdobramentos prescritos/presentes no ECA. Isso implicará significativos impactos em seu trabalho pedagógico, ou seja, na natureza da formação, nos currículos praticados nesses espaços, ainda que prescritos (Sascristán,2000) determinando a importância de serem investigados.

Esse movimento de municiar docentes desde a formação inicial até o seu campo de exercício laboral, é um desafio constante para as políticas públicas e para os instrumentos de ação pública em educação, sobretudo, quando concebemos o campo do currículo como espaço de ideologia (Aple, 2006), de poder, permeado por constantes disputas de diversas concepções de mundo e de sujeito (Moreira, 2012).

Nesse sentido, Machado (2016) aponta uma interessante saída para os processos de reconfiguração curricular, no intento de, ao mesmo tempo, atender às aspirações das legislações vigentes, como é o caso das temáticas do ECA, mas sem aprisionar ou tornar rígido demais o processo formativo:

Portanto, construir um currículo para a formação de professores que obedeça a legislação vigente sem se deixar aprisionar pela rigidez por ela expressa, e ao mesmo tempo que represente a cultura gerada pelos contextos em que o processo ocorra, faz-se necessário embasá-lo numa concepção que permita uma flexibilidade para sua constante avaliação e reconstrução. Resta nos dizer que isto se configura em uma organização curricular que desenvolva uma linguagem expressa em desenhos que demonstre o movimento mantido através da pesquisa e da extensão, com elementos dinâmicos, que se transformam a partir de processos avaliativos acompanhando a dinâmica dos contextos sociais (p. 306).

Ainda que a nossa trilha investigativa não esteja firmada completamente nos estudos curriculares, ela passeia em muitos momentos por esse importante campo epistemológico, de poder, disputas e ideologias (Apple, 2006).

Criado teoricamente no início do século XX por estudiosos estadunidenses para frear a cultura latina, advinda da presença maciça da mão de obra dessas

famílias, essa suposta ameaça provocou a gênese desse importante campo teórico, e de suas teorias centrais: tradicional crítica e pós crítica (Silva, 2011).

Mais importante do que diferenciar esse grupo de teorias, é compreender de que maneira elas impactam e reconfiguram o trabalho docente em espaços escolares e não escolares. Contudo, importa, ao menos, apresentar de maneira geral uma imagem com as categorias principais de cada corrente, inspirada no autor de referência (Silva, 2011), afinal de contas, a nossa pesquisa se distancia da visão positivista e técnica de conceber o currículo como uma lista de conteúdos (teorias tradicionais) e também não coaduna plenamente com a ideia de um relativismo pós-estrutural e pós-moderno próprio das teorias (pós-críticas). Sobretudo porque a maioria defende o fim das grandes metanarrativas, como o marxismo, que é a corrente que embala o nosso método de pesquisa, por exemplo, e que também ampara a teoria crítica de currículo, que o concebe como sendo um espaço de luta da classe trabalhadora que deve assegurar o acesso ao conhecimento científico, artístico e filosófico de alto nível que foi acumulado pela humanidade (Saviani, 2012b), portanto a sua emancipação.

Assim, podemos resumir os pressupostos das teorias de currículo, da seguinte maneira:

**Figura 4 – Teorias de Currículo baseado em Silva (2011)**

<b>Teorias Tradicionais</b>	<b>Teorias Críticas</b>	<b>Teorias Pós- Críticas</b>
Ensino Aprendizagem Avaliação Metodologia Didática Organização Planejamento Eficiência Objetivos	Ideologia Reprodução Cultural E Social Poder Classe Social Capitalismo Relações Sociais de Produção Conscientização, Emancipação e Libertação Currículo Oculto Resistência	Identidade, Alteridade, Diferença Subjetividade Saber-Poder Significação e Discurso Representação Cultura Gênero, Raça, Etnia, Sexualidade Multiculturalismo -----

**Fonte:** elaborado pelos autores (2025).

Se pudermos inserir um conceito fundamental, não único, mas coerente com as nossas convicções para currículo seria:

[...] os currículos são a expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento, enquanto que através deles se realizam os fins da educação no

ensino escolarizado. [...] O currículo, em seu conteúdo e nas formas através das quais se nos apresenta aos professores e aos alunos, é uma opção historicamente configurada, que se sedimentou dentro de uma determinada trama cultural, política, social e escolar; está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar (Sacristán, 2000, p. 17).

Nesse sentido, como já sinalizamos por meio de dados analisados anteriormente sobre a socioeducação no DF e na própria região investigada, e também confirmada por alguns estudiosos do campo, o acesso, a permanência com qualidade no ensino é fundamental para afastar boa parte da população de situações de vulnerabilidade e criminalidade. Nesse sentido, o campo do currículo é um artefato potente que pode assegurar, ao lado de outras estruturas sociais, como as pastas de saúde, de segurança, do trabalho, de assistência social, que isso ocorra.

#### **4.1.3 Conexões entre currículo e socioeducação nos documentos e na fala dos(as) interlocutores(as) da pesquisa: as categorias**

Em se tratando do que encontramos nos documentos principais averiguados, constatamos que, nas “Diretrizes Pedagógicas: escolarização da Socioeducação”, o termo currículo surge 26 vezes e, na maioria delas é associado ao próprio Currículo em Movimento da rede (2014; 2018), ao PPP (Mota, 2012) e ainda às diretrizes da avaliação educacional (2014b). Assim,

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal faz importante gesto no sentido de garantir a qualidade da escolarização dos adolescentes que cometeram ato infracional, ao apresentar estas Diretrizes Pedagógicas que articulam os pressupostos teórico-metodológicos do Currículo em Movimento (Distrito Federal, 2014a) das Diretrizes Pedagógicas Professor Carlos Mota (Distrito Federal, 2012, 2014c), das Diretrizes de Avaliação Educacional (Distrito Federal, 2014b) à política do Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo (Distrito Federal, 2014, p. 7).

O mesmo documento, as Diretrizes para a Socioeducação, sinaliza que o currículo deve dinamizar as ações pedagógicas, ao mesmo tempo, em que deve romper com ações de repetição e memorização.

Sobre o tem “currículo da formação”, sobretudo no que diz respeito aos adolescentes com deficiência, é imperioso extrair do documento que:

Permitir o acesso à educação escolar, considerando as particularidades do adolescente com deficiência, equiparando as oportunidades em todas as áreas (transporte, materiais didáticos e pedagógicos, equipamento e currículo, acompanhamento especial escolar, currículo, capacitação de professores, instrutores e profissionais especializados, entre outros), de acordo com o Decreto nº 3.298/99 (Distrito Federal, 2014, p. 11).

Nessa direção, são exigidas dos(as) docentes que atuam na escolarização de jovens em cumprimento de medidas socioeducativa que o currículo de sua formação e, conseqüentemente, de sua atuação, aqui no DF, deve girar em torno da Pedagogia Histórico–Crítica (Saviani, 2012b) e da Psicologia Histórico–Cultural (Vygstky, 2001), além dos eixos transversais do próprio Currículo em Movimento (2018): educação para a diversidade; educação para a sustentabilidade e educação em e para os direitos humanos serão trabalhados no contexto da escolarização, na socioeducação: “[...] a fim de contemplar os diferentes modos de aprender [...] por entender que elas sustentam as concepções de que aprender e ensinar partem das práticas sociais nas quais professores e alunos estão inseridos” (Distrito Federal, 2014, p. 41).

Essa temática da reconfiguração curricular é amplamente debatida por Machado (2016), quando sinaliza que

Os documentos oficiais apresentam propostas de formação condizentes com os interesses neoliberais e esses, na maioria das vezes, não são coerentes com o contexto socioeconômico, político e cultural dos educadores, e nem com as reais necessidades impostas pela contemporaneidade para a formação do educador (Machado, 2016, p. 317).

Essa ideia é importante em nossa análise, porque pode ser subvertida na prática, como pudemos perceber, de acordo com a maioria dos respondentes, ao serem questionados sobre a participação de algum curso na área de atuação, no caso, a Socioeducação. Todos eles sinalizaram já ter participado de alguma formação continuada e confirmam esse dado quando são indagados se possuem algum documento curricular específico, inclusive alinhado com o trabalho com o objeto de estudo, o ECA, como se percebe na seguinte fala: “Sim, há um projeto pedagógico alinhado às diretrizes do ECA, com ênfase em habilidades socioemocionais e profissionalizantes. Ex: Dia da família, conscientização do uso sustentável da água, entre outros e interclasse” (Pontes de Miranda).

Dessa maneira, a organização curricular (Didática) na Socioeducação deve primar pelos princípios da própria pedagogia histórico-crítica, traduzindo um desafio na atuação dos profissionais que atuam nesse espaço:

[...] propõe uma didática que parte de cinco etapas: a) Prática Social Inicial (comum a professores e estudantes); b) Problematização (identificação, pelo socioeducando, de questões a serem resolvidas a partir de sua prática social/realidade); c) Instrumentalização (apropriação de instrumentos teóricos e práticos para resolver os problemas elencados); d) Catarse (incorporação dos instrumentos culturais necessários à transformação social/realidade); e) Prática Social Final (retorno à prática social inicial com uma visão mais ampla, transformada da realidade) (Distrito Federal, 2014, p. 53).

Outra dado relevante também desse documento (Diretriz da Socioeducação) é a orientação dada sobre como devem ser os PPP's dessas unidades, sobretudo, no que diz respeito às singularidades e aos ritmos de aprendizagens dos estudantes:

A organização curricular dessas Unidades deve considerar o caráter provisório de permanência dos estudantes, sua realidade e o contexto em que estão inseridos. Desse modo, os projetos pedagógicos serão implementados considerando as aprendizagens evidenciadas por esses estudantes, bem como os conteúdos curriculares e objetivos constantes no Currículo em Movimento da Educação Básica (Distrito Federal, 2014, p. 93).

#### **4.1.4 O PPP da UNIRE**

O documento foi obtido por meio de contato com a(o) diretora(a) da Unidade que nos forneceu gentilmente por e-mail a versão mais atualizada (2024). Constam 204 páginas incluindo vários apêndices, que vão desde documentos administrativos e pedagógicos até uma inovadora “Organização curricular da unidade escolar – conteúdos significativos - baseado no currículo em movimento da SEE/DF e nas diretrizes pedagógicas para socioeducação”. Esse documento está inserido no Anexo V desta dissertação, ao menos o dos anos iniciais, a título de exemplo; trata-se da tentativa do exercício muito importante da escola de promover sua autonomia e autoria curricular, considerando que ele é o próprio DNA pedagógico da instituição e fomenta todas as ações da instituição de ensino.

A unidade oferece anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio da Educação Básica. E atualmente a Socioeducação atende a 59 estudantes, todos do sexo masculino, com idade mínima de 18 até 20 anos e 11 meses, de todas as regiões administrativas<sup>6</sup> e do entorno<sup>7</sup> do DF. Existe ainda um grande fluxo de entrada e de saída de jovens no local, situação que deve permear todas as decisões administrativas e pedagógico-curriculares.

Segundo o PPP (2024), a maioria dos adolescentes apresenta histórico de dificuldade de aprendizagem, muitas vezes causado por evasão ou por repetência e isso é um dos maiores desafios para os (as) docentes:

[...] defasagem escolar, com sucessivos anos de repetência e evasão, além do comprometimento cognitivo e de ordem biopsicossocial. Faltaram para esse público, condições reais de acesso, permanência e de aprendizagem, devido à própria trajetória de vida anteriormente à sua internação. Todos esses fatores caracterizam os alunos de forma diferenciada daqueles que estudam em condições regulares em outras escolas (PPP, 2024, p. 14).

O ensino utilizado na UNIRE é o ciclado (por ciclos), adaptado na rede regular de ensino. Até 2012, a modalidade atendida era a Educação de Jovens e Adultos EJA, o que torna também um desafio para toda a organização e rotina pedagógica, considerando que o público atendido é específico e, muitas vezes, essa demanda não é prevista no processo formativo inicial e nem continuado da maioria dos(as) profissionais que trabalham com os(as) adolescentes. Essa realidade é revelada na seguinte fala de um dos sujeitos da pesquisa: “Achei tenso, o grupo de professores não foi acolhedor, principalmente a direção da época. Os alunos eram misturados maiores, menores, salas multisseriadas, distorção de idade – série, foi desafiador” (Luís Gama).

---

<sup>6</sup> Atualmente, existem 33 Regiões Administrativas (RAs), oficialmente delimitadas pela Lei Complementar nº 958, de 20 de dezembro de 2020. Fonte: <https://www.codeplan.df.gov.br/atlas-do-df-2020/>. Acesso em: 03/05/2025.

<sup>7</sup> Em 2013, com base na REGIC 2008, o IBGE elaborou o Estudo “Área Urbano-Regional”, identificando os municípios goianos e mineiros que estão sob a influência direta de Brasília. Classificada como Metrópole Nacional, Brasília polariza diretamente uma região muito mais ampla que a da RIDE ou Entorno, envolvendo 59 municípios de cinco microrregiões geográficas goianas e mineiras, mas aqueles com os quais mantém relações metropolitanas limitam-se a 12 municípios goianos: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/%C3%81rea-de-Influ%C3%Aancia-de-Bras%C3%ADlia-e-Proposta-de-Amplia%C3%A7%C3%A3o-da-RIDE-do-DF-e-Entorno.pdf>. Acesso em: 03/05/2025.

Ainda sobre a organização pedagógica em ciclos, ela está estruturada da seguinte maneira na UNIRE:

- Alunos que se encontram nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
- 2º Ciclo: Bloco 1 – compreende os três primeiros anos.
- Bloco 2 – compreende os 4º e 5º anos.
- Alunos que se encontram nos anos finais do Ensino Fundamental: 48.
- 3º Ciclo: Bloco 1 – compreende os 6º e 7º anos.
- Bloco 2 – compreende os 8º e 9º anos.

Diferentemente dos dois ciclos anteriores, o Ensino Médio não está subdividido em blocos, mas os alunos são enturmados na série/ano em que se encontram (1ª, 2ª e 3ª série), sem retenção nas duas primeiras séries e somente na última série, caso o aluno não atinja os objetivos de aprendizagem propostos.

O objetivo central da UNIRE é expresso no PPP (2024) da seguinte maneira:

Implementar a Proposta Pedagógica elaborada com a participação da comunidade socioeducativa, proporcionando uma educação de qualidade, com base no respeito ao ser humano na sua diversidade, coerente com a doutrina da proteção integral e legislações correlatas, proporcionando aos adolescentes privados de liberdade condições para o desenvolvimento da autonomia, do aprendizado, da cooperação e da participação social (PPP, 2024, p. 23).

Conta ainda com os seguintes profissionais: um(a) diretor(a), um(a) vice-diretor(a), um(a) supervisor(a), dois(duas) coordenadores(as) pedagógicos(as), um(a) orientador(a) educacional, dois apoios administrativos, 25 docentes (efetivos e temporários) e mais quatro docentes colaboradores(as) que realizam atividades de reforço escolar.

Com relação à natureza e elaboração do documento, é anunciado que:

Dada à especificidade da organização do trabalho pedagógico no sistema socioeducativo, o presente documento é decorrente de um processo coletivo de escrita e reescrita, estudo, reflexão, discussão e de avaliação (SEEDF, 2014a) ao longo dos últimos anos, em especial, no ano letivo de 2015, tendo como referência as Diretrizes Pedagógicas: Escolarização na Socioeducação (SEEDF, 2014b), e o Termo de Cooperação Técnica Nº 02/2013, entre a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Estado de Políticas para

Crianças, Adolescentes e Juventude, cujo documento visa a mútua cooperação entre as secretarias para a garantia da política de escolarização dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (PPP, 2024, p. 9).

Essa informação é confirmada pelos(as) interlocutores, ao relatarem também sobre a autoria do documento “Sim, todos os professores são envolvidos nos projetos”. Conforme Sacristán (2000), se o currículo é uma reflexão sobre a prática, não tem sentido algum desconectar os seus agentes modeladores de seu processo inicial de criação e, pelo visto, o que constatamos pela análise documental e pelas respostas dos questionários é que, de fato, os(as) docentes e a(o) supervisor(a)/diretor(a) não só confirmaram essa informação, mas dão muita importância a esse fato. Registramos ainda essa informação por meio do Anexo V, denominado “Processo de implementação do PPP”, onde descreve, na ótica da gestão, qual é o papel atribuída a ela nessa importante tarefa; em outro momento da prescrição existe também a previsão para a função de toda a comunidade escolar.

A UNIRE foi fundada em 17 de julho de 2006 e passou por algumas transformações relatadas pelo documento:

[...] intitulada Centro de Internação de Adolescentes Granja das Oliveiras - CIAGO, por meio de um convênio estabelecido entre a Secretaria da Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal e a Congregação dos Religiosos Terciários Capuchinos de Nossa Senhora das Dores – Amigonianos intitulada Centro de Internação de Adolescentes Granja das Oliveiras - CIAGO, por meio de um convênio estabelecido entre a Secretaria da Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal e a Congregação dos Religiosos Terciários Capuchinos de Nossa Senhora das Dores – Amigonianos as carências existentes no quadro de professores da escola. Com o rompimento do contrato do Governo do Distrito Federal com a Congregação Amigoniana, o Instituto de Desenvolvimento Profissional - IDP assumiu a direção do Centro de Internação de Adolescentes da Granja das Oliveiras, em regime de gestão compartilhada com o governo, na perspectiva do trabalho centrado no eixo familiar. O contrato com o IDP foi iniciado em julho de 2009, quando novo contrato foi firmado com a Casa da Harmonia do Menor Carente (PPP, 2024, p. 10-11).

Após esse período, a gestão do CIAGO foi conduzida por nove diferentes representantes do Governo do Distrito Federal, em seguida a unidade passou, por um curto período, a ser gerida por um funcionário da equipe dos Amigonianos, que

logo foi substituído por duas funcionárias da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal - SEJUS.

Em novembro de 2007,

[...] a professora de História Beatriz Calazans atuou como gestora da escola até maio de 2009, sendo substituída pelo coordenador geral, professor Paulo César Rosa. Após alguns anos, o professor Paulo César, foi substituído pela professora Maria Leni Camelo da Costa em fevereiro de 2012, gerindo a escola até dezembro de 2013. Em abril de 2013, a escola foi vinculada pela SEEDF ao Centro Educacional 104 do Recanto das Emas, ficando sob a responsabilidade do professor Sérgio Elias Carvalho Machado. Em 2014, o professor Mauro Gleisson Evangelista foi designado como supervisor pedagógico do CEd 104 para gerenciar a escola, mas em função de afastamento para estudos, em março de 2015, foi substituído pela professora Rose Meire da Silva e Oliveira que atuou até fevereiro de 2016. De 2017 a maio de 2019 esteve sobre a supervisão do professor Gentil de Souza Silva e para finalizar o ano letivo assume a supervisão o professor William Tannuri Fogaça Junior, neste período de 2017 a 2019 o CEd 104 esteve sob a responsabilidade do professor Joilson Werner. A partir de 2020 o professor Felipe Renier Maranhão Lima assume a responsabilidade do CEd 104, e convida o (a) professor (a) \_\_\_\_\_<sup>8</sup> para a supervisão da Unidade onde permanece até a presente data (PPP, 2024, p. 11).

Ademais, o PPP saliente que essas sucessivas mudanças na política gerencial dificultaram o processo pedagógico da instituição em sua origem. Apesar disso, a Unidade segue tentando inovar em seus processos de ressocialização.

Outro dado importante é que, diferentemente das outras unidades, “[...] não possui grades nas portas e janelas das salas de aula, nem mesmo portões de isolamento entre o espaço da escola e os módulos onde ficam os adolescentes durante maior parte do tempo quando não estão estudando” (PPP, 2024, p. 12), conforme pode ser constatado pela imagem apresentada a seguir.

---

<sup>8</sup> Suprimimos o nome do(a) gestor(a) com o fito de preservar o anonimato da pesquisa.

## Imagem – Escola UNIRE



Foto atual – 01- Fachada Interna do Bloco A

Fonte: PPP (2024).

Sobre a estrutura física da escola, temos os dados extraídos do PPP e descritos no quadro abaixo:

Quadro 8 - Os espaços físicos da UNIRE

Espaço	Quantitativo
Salas de aula	17
Sala da direção	01
Sala da coordenação	01
Sala de professores	01
Banheiro de professores	02
Banheiro de estudantes	02
Depósito	01
Sala de Arte	01
Pátio	02
Sala de Leitura	01
Sala de música	01

**Fonte:** elaborado pelos autores, com base no PPP (2025).

É relevante ponderar que:

[...] não há espaços para a realização de atividades escolares diferenciadas, como: sala de informática, salas ambientes para as disciplinas afins, sala multiuso (anfiteatro), o que dificulta a realização de projetos pedagógicos, entre outras atividades escolares, no interior da escola (PPP, 2024, p. 13).

E, ainda, as aulas de Educação Física, muito importantes e, segundo o documento, desejadas pelos socioeducandos, são realizadas na quadra poliesportiva coberta, reformada pela Igreja Universal no ano de 2018.

No PPP da instituição, constatamos 20 ocorrências do termo “currículo”, tratando, sobretudo, da importância de que o documento prescrito tenha seus conteúdos organizados de forma interdisciplinar e transversal, com vistas a integrar as diferentes áreas dos conhecimentos, conforme o currículo vigente da SEDF.

A concepção de currículo está explícita no seguinte excerto:

A Proposta Pedagógica da escola da Unidade de Internação do Recanto das Emas – DF (UNIRE), para o Ensino Fundamental e Médio, tem como fundamentos os pressupostos teórico-metodológicos contidos no Currículo em Movimento: Teoria Crítica e Pós-Crítica, Concepção de Educação Integral Espaços de Tempos, Espaços e Oportunidades, a Pedagogia Histórico-Crítica, a Psicologia Histórico-Cultural, Eixos transversais: Educação para a Diversidade, Educação para a Sustentabilidade, Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade, Os Quatro Pilares da Educação (Jaques Delors); além de documentos orientadores da Socioeducação como: o SINASE (Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo), o Estatuto da Criança e Adolescente, o Termo de Cooperação nº 2 de 2013 e as Práticas Educativas da Rede das Unidades do DF (PPP, 2024, p. 25).

Muito embora exista uma ideia de o que seja currículo, e mais à frente o documento, seguindo a esteira teórica da SEDF, vá assumir as teorias críticas e pós-críticas, o que não deve ser um grande problema, ao menos do ponto de vista prático (Silva, 2021), consideramos que a citação anterior nos parece uma tentativa de garantir que os sujeitos implicados com a prática pedagógica e os(as) estudantes tenham uma educação singularizada, ainda que isso custe, na versão prescrita (Sacristán, 2000), certa miscelânea de epistemologias, como é o caso da teoria de

Saviani com a visão da Unesco de Jaques Delors, incomensuráveis, do ponto de vista político e epistêmico. Enquanto Saviani defende a emancipação da classe trabalhadora pelo acesso às formas como o conhecimento humano científico escolarizado foi produzido, o pensamento do francês se aproxima muito mais da ideia liberal burguesa de uma educação geral, para todos, sem considerar as minudências do processo educativo, justamente na contramão do que se aspira na Socioeducação.

Fato que se reflete em algumas falas dos questionários, quando os(as) professores(as) respondem se a instituição tem algum documento curricular, observa-se repostas como: “Sim, trabalhamos com Pedagogia de projetos” (Rui Barbosa). Parece haver um entendimento de que o currículo seja traduzido nas metodologias da “pedagogia de projetos” do pedagogo estadunidense Dewey (2007), estudioso da ideia de que o foco da organização pedagógica deveria sair dos conteúdos ou do docente e caminhar para as aspirações dos estudantes. Ou seja, a ideia primária coaduna com o contexto da socioeducação, e acreditamos – pelo que é observado em alguns dos projetos mencionados no próprio PPP, como: xadrez, horta, feira de ciências, concurso de redação, teatro, uso racional da água, entre tantos outros – que, de fato, isso ocorra.

Como já demarcamos na seção da metodologia, por meio da AC, esse eixo nos trouxe as seguintes categorias: projetos pedagógicos (quatro ocorrências), pedagogia de projetos (02 ocorrências) e transversalidade (01 ocorrência). Isso revela que os(as) respondentes, tanto gestor(a), quanto docentes compreendem que o currículo praticado na UNIRE está ligado a ideia de projetos e especificamente à pedagogia de projetos.

Com relação à transversalidade, advogam que, na verdade, a presença do ECA e da própria ideia de ressocialização deve perpassar todo o currículo. No entanto, precisamos ponderar, segundo os autores de referência, que, na verdade, o campo do currículo deveria ser uma prática integradora e/ou estruturante (Bernstein, 1993; Santomé, 1998; Silva, 2020), porque o que é importante e essencial, caso das ações muito pertinentes e presentes nas unidades de registros e significação, captadas por nós nessa pesquisa, não pode figurar como transversais (ideias, conteúdos, temas coadjuvantes do currículo), ou seja, os(as) interlocutores realizam e fazem acontecer em sua prática o que se espera, ao menos à luz da documentação e do conteúdo analisado. Mas, teoricamente, carecem de maior

aprofundamento teórico, o que é perfeitamente aceitável, considerando as condições em que muitas formações são ofertadas pela SEDF. Essa situação é revelada por um dos respondentes: “A formação não é o pilar de tudo, principalmente quando os cursos oferecidos pelos órgãos de estudo para os professores são ministrados por mestres e doutores que não sabem na prática o que é socioeducação” (Luís Gama).

A adversidade em torno do currículo da formação e da atuação, tão bem retratada por Borges (2010), é confirmada por nossas unidades de registro, ainda que de forma sutil. Assim, a Pedagogia de Projetos e a Transversalidade permeiam todo o currículo e é denunciada por um dos respondentes, ao narrar o quanto é preciso dinamizar o trabalho pedagógico, nas rotinas curriculares, justamente pela ausência da especificidade da formação para atuação no espaço da Socioeducação: “Adaptamos atividades usando jogos educativos e dinâmicas de grupo para engajar os alunos. A falta de preparo específico dificulta a abordagem de situações complexas, impactando a eficácia do ensino” (Pontes de Miranda).

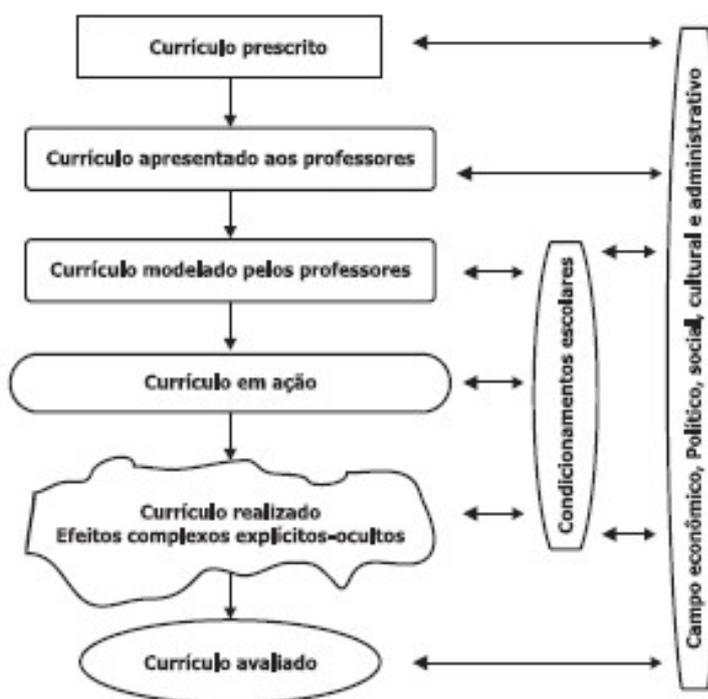
Contribuindo mais ainda na justificativa, descrição e análise das falas, com auxílio dos documentos, por meio da AC, reforçamos que o próprio PPP justifica a opção pela metodologia em questão ao ponderar que:

A pedagogia de projetos na Escola Unire tem obtido grandes sucessos no decorrer da sua história. Concluímos que a Escola da Unire, ao longo dos tempos, tem buscado aperfeiçoar a pedagogia de projetos, uma vez voltada para a socioeducação, com um currículo significativo, boas práticas, compromisso dos docentes e segurança pedagógica. Essa parceria tem levado a grandes conquistas, como por exemplo o número de estudantes aprovados no Encceja que, em 2023, superou a expectativa, devido a dinâmica dos projetos e dos Aulões coletivos e utilização de aulas com questões do ENCCEJA e ENEM (PPP, 2024, p. 54).

Como pontua Sacristán (2000) em seu modelo de objetivação do currículo (Imagem a seguir), desde a prescrição (fase em que os documentos estão em seu formato oficial), passando pela modelagem (momento em que os docentes planejam suas atividades pedagógicas) e chegando até a ação (a realização/materialização das aulas em si), o currículo está cercado e implicado de todo o aparato social, político, estético, religioso econômico e acadêmico próprios de toda a sociedade. E esses condicionantes regulam a sua materialidade nas instituições de ensino em que ele é moldado, obviamente, implicado por todos os seus agentes modeladores, então, quando os nossos interlocutores defendem que o seu currículo é o próprio

PPP e ele está centrado na pedagogia de projetos. Ainda que a prescrição apresente certo desalinho teórico, muito comum na seara curricular, o que mais importa são os resultados provocados nos perfis de saídas de quem vive o processo curricular: ou seja, gestores(as), coordenadores(as), professores(as) e, o mais importantes, os(as) estudantes.

**Figura 6** – Modelo de objetivação (fases) do currículo em Sacristán (2000)



**Fonte:** elaborado pelos autores a partir de Sacristán (2000).

Dessa maneira, é importante destacar os projetos e programas institucionais desenvolvidos na unidade escolar da SEDF que são incorporados e trabalhados com a mesma dinâmica dos projetos interventivos da escola, são eles:

- Semana da conscientização do uso da água/SEEDF (Lei Distrital nº 5.243/2013).
- Semana da Inclusão - Alunos com Necessidades Especiais (Lei Distrital nº 5.714/2016).
- Semana da Educação para a Vida (Lei Federal nº 11.998/2009).

- Semana Distrital da Orientação Profissional/1º emprego (Lei Distrital nº 5.953/2017).
- Semana Distrital do Estatuto da Criança e do Adolescente – Eca (Lei Distrital nº 6.846/2021). Destacamos esse projeto porque está diretamente ligado ao nosso objeto de estudo. Segundo o documento, o projeto é “[...] trabalhado como tema transversal (Educação para a Diversidade e Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos) durante as aulas, e nos projetos como Diboísmo<sup>9</sup> e Mulheres inspiradoras” (PPP, 2024, p. 55).
- Dia da Consciência Negra e Cultura Indígena (Lei nº 10.639/03).
- Semana Maria da Penha (Lei nº 6.325/19).

Já os projetos específicos da UNIRE possuem sentido em existir no próprio item que trata do currículo no PPP, já que:

Adotamos a pedagogia de projetos com responsabilidade, compromisso e um planejamento com maior significação. Aprender ficou mais fácil, através de projetos interdisciplinares. É notório visualizar a satisfação dos professores e estudantes na realização do trabalho coletivo, onde o professor é o mediador do aprendizado. Vimos uma equipe unida e preocupada com a qualidade da aprendizagem, incentivando a leitura diária propiciando o aprendizado (PPP, 2024, p. 56).

Os projetos são:

- Maior visão de futuro através dos estudos;
- Respeito pelas diferenças e pela vida;
- Conscientização do respeito ao meio ambiente e a todo o seu meio;
- Interesse pela leitura e reforço escolar;
- O despertar pela música;
- Interesse pelo aprendizado de matemática;
- Melhor desempenho em provas e concursos;
- Descobriram que ler é, acima de tudo, um ato de prazer.

---

<sup>9</sup> Imaginamos que a grafia seria “deboísmo”, que é um termo que surgiu na internet como um meme e um conceito filosófico que promove a “ficar de boa” com a vida, evitando conflitos e buscando a calma em situações difíceis. No entanto, mantivemos a escrita original do documento.

Com relação às concepções de aprendizagem, baseada nas diretrizes pedagógicas da Socioeducação (SEEDF, 2014), a unidade assume os pressupostos avaliativos aplicados no sistema socioeducativo Diretrizes da Avaliação Educacional: aprendizagem, avaliação institucional, avaliação em larga escala, para a Rede pública de Ensino do Distrito Federal (SEEDF, 2014-2016), aprovadas pela Portaria nº 128/SEEDF, à luz do Parecer nº 93/2014 CEDF, tanto para a rede pública de ensino do DF, como para a escolarização dos socioeducandos.

Cumpra ainda demarcar que há uma exigência na especificidade das práticas avaliativas promovidas na UNIRE:

Porém, o desenvolvimento de práticas avaliativas junto aos adolescentes com histórico de fracasso e evasão escolar, defasagem idade ano/série, torna o processo mais complexo dada a especificidade da escolarização na Socioeducação e, sobretudo, exigirá dos docentes e equipe pedagógica uma concepção e procedimentos avaliativos pautados na ética, na responsabilidade social e na ressignificação do ensino e da aprendizagem. Práticas avaliativas condizentes com a concepção de avaliação formativa tende a promover o desenvolvimento dos alunos, bem como dar um novo sentido para o ensino por meio de estratégias que tornem o aluno protagonista de suas aprendizagens. Para isso, faz-se necessário um processo permanente de avaliação diagnóstica e de ações de mediação e intervenção pontuais vinculados à prática social do conhecimento (PPP, 2024, p. 67).

Ainda sobre o tema da avaliação, o documento sinaliza sobre o uso dos instrumentos adotados na instituição: “[...] prova, trabalhos individuais e em grupos, testes e lista de exercícios, porém observa-se que a avaliação informal (emissão de juízos e valores sejam eles positivos ou negativos) exerce forte influência sobre os resultados do processo avaliativo” (PPP, 2024, p. 67).

A partir da categoria contradição (Cury, 1984) e diante do cenário descrito nesse eixo, constatamos e destacamos a noção teórica de transversalidade utilizada no PPP e, conseqüentemente, pelos(as) interlocutores(as) da pesquisa ao seguirem a normativa legal da própria SEDF (Currículo em Movimento), na contramão dos autores de referência do campo curricular, como Santomé (1998), que nos esclarece a diferença entre o que é mais importante no currículo (Integrador/estruturante) e o que pode complementar a prática curricular (transversalidade).

Todavia, é possível averiguar o quanto a categoria ontológica da prática social de Marx (1974) pode ser percebida no conceito de currículo assumido pela

UNIRE, ao defender que um dos seus objetivos principais é garantir a integração e ressocialização dos seus estudantes.

A seguir, apresentamos os dados do Eixo III, que demonstram o lugar do ECA na UNIRE.

## **5 EIXO III - O QUE OS DADOS REVELAM: O LUGAR DO ECA NA UNIRE**

Nesse eixo, teremos os seguintes pontos abordados: concepções teóricas acerca da importância da organização do trabalho pedagógico, situando a UNIRE na Socioeducação do DF, o Lugar do ECA no PPP da UNIRE.

Neste ponto, tecemos alguns conceitos introdutórios que, inicialmente, se mostraram de extrema relevância, pois, além de demonstrarmos mais resultados da nossa pesquisa, cujas categorias foram expostas em nossa metodologia, também informamos os resultados do trabalho, os quais estão ligados ao projeto pedagógico e sua aplicação transversal.

De acordo com Freitas (1995), a organização do trabalho pedagógico é um processo complexo que envolve diferentes dimensões: a dimensão curricular, referente à seleção, organização e distribuição dos conteúdos e atividades de ensino; a dimensão didática, que corresponde às estratégias e métodos de ensino-aprendizagem utilizados; a dimensão metodológica, referente às técnicas e recursos utilizados para o ensino-aprendizagem; e a dimensão avaliativa, correspondente ao processo de acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

A OTP é a articulação entre os elementos fundantes que sustentam o trabalho docente em qualquer área, segundo Silva e Lima (2020), quais sejam: currículo, didática e avaliação.

Ainda de acordo com Silva e Lima (2020), é possível aferir em suas preocupações acerca do trabalho do coordenador pedagógico, bem como que a atuação do docente que se dá em organizar e refletir processos educativos, eis que a ação pedagógica deve sustentar a identidade profissional do educador. Por esse motivo, os autores constataram que o professor precisa conhecer e reelaborar sua própria prática pedagógica, não podendo, portanto, permanecer na tranquilidade que uma ação educativa fragmentada pode causar, gerando, inclusive, a perda do controle sobre os resultados de seu trabalho docente.

Os autores frisam ainda a necessidade de superar e repensar os vários problemas da organização do trabalho pedagógico, pois se deve buscar um ambiente escolar que receba a infância e seja capaz de torná-la adulta e desperta de que possui um pensamento criativo, autônomo, calcado na razão cívico-emancipatória, capaz de transformar a história do país a partir de seus atores

históricos, quais sejam: os estudantes, profissionais do ensino e a comunidade escolar.

É sabido ainda que o *lócus* em que os menores em medida socioeducativa estão (ambiente central de nossa investigação) é diferente do espaço escolar convencional. Assim, é possível inferir ser parte dos desafios enfrentados no processo de criação. Essa realidade interferiu sobremaneira na seleção dos autores de referência aqui selecionados, os quais abordam essa temática pedagógica. Acerca das especificidades desse ambiente, é preciso destacar o quanto desafiadora se tornou essa pesquisa, bem como porque o processo de análise documental e de questionários foi de singular importância, sob a luz do método adotado, para buscar a síntese superadora do problema evocado.

Diante de tais preocupações, Silva e Lima (2020) ressaltam que a escolarização formal está em assegurar que o conhecimento científico, principalmente o acumulado pela humanidade, seja reelaborado, discutido e repensado nas instituições de ensino. Portanto, asseguram que o mecanismo central que pode garantir o referido processo, além das indispensáveis condições materiais de funcionamento das instituições de ensino, da qualidade nos processos de formação (inicial e continuada), e da valoração dos profissionais atuantes na educação, se dá com a organização do trabalho pedagógico – OTP.

Dessa forma, os autores apuraram, ainda, que a organização do trabalho pedagógico se concretiza com o alinhamento do “currículo” (a forma como o conhecimento está estruturado) à “didática” (de que forma a escola irá organizar sua metodologia para a consolidação de suas ações) e à “avaliação” (processo indispensável no qual se pode perceber como a própria OTP está sendo posta em prática).

Destarte, Silva e Lima (2020) informam que, no Brasil, a OTP foi discutida, inicialmente, na década de 1990, pelo professor e pesquisador Luís Carlos Freitas, que, por sua vez, acrescenta a considerável relevância do impacto das políticas públicas para a educação. Portanto, concluíram que os sujeitos envolvidos com a prática educativa no ambiente escolar, desde a gestão ao professor em sala de aula, são fundamentais para a gerência e efetividade da OTP.

## 5.1 SITUANDO A UNIRE NA SOCIOEDUCAÇÃO DO DF

Nesse ponto de nossa dissertação, destacamos a pesquisa intitulada “Violências Vivenciadas por adolescentes em espaços educativos e na socioeducação do Distrito Federal”, realizada pelo Observatório de Violência e Socioeducação do Distrito Federal (Oves/DF).

A investigação utilizou duas bases de dados acerca do sistema socioeducativo: uma referente às entradas de adolescentes no Núcleo de Atendimento Integrado (NAI, 2019 e 2020) e outra fornecida pela Secretaria de Estado de Justiça do Distrito Federal (SEJUS-DF) atinente aos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa (2021 e 2022).

Os(As)pesquisadores(as) usaram os seguintes critérios investigativos para chegar aos resultados:

- a) perfil dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas;
- b) situação escolar e escolaridade dos adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas;
- c) marcas de vulnerabilidade dos adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas, tais como: classe, raça, gênero, território onde reside, convívio com a família;
- d) cenários de Violência, ato infracional cometido e reincidências;

Em nosso estudo, interessa destacar os seguintes resultados desse importante inventário que dialoga com a nossa dissertação:

- **Questão racial:** a maioria dos jovens que entra no sistema socioeducativo é de negros, com 90% da população internada, o que comprova a questão racial como um fator discriminatório que revela as fortes marcas coloniais e ainda resquícios de um racismo estrutural de nossa sociedade (Almeida, 2019).
- **Questão de classe:** a ampla maioria desses jovens é do sexo masculino (94%) e possui renda familiar de até três salários-mínimos (95%), confirmando que a categoria classe social também interfere no perfil desses jovens (Damasceno 2022).

- **Escolaridade:** os dados revelaram que 59% não estão matriculados, são infrequentes ou evadidos da escola. Inferimos o quanto a função social da educação contribui para o processo de formação cidadã e para as garantias fundamentais, além de consolidar o acesso aos conhecimentos científicos de alto nível que foram acumulados pela humanidade (Saviani, 2012). No entanto, não estamos, em absoluto, com isso, delegando ou responsabilizando unicamente a escola por esse cenário, que é multifatorial e envolve muitas instâncias sociais.

Ainda sobre o tema, a publicação em tela apontou as causas para a evasão desses jovens: reprovações, desinteresse, exclusão, violência, desvalorização dos professores da rede pública e desencorajamento por parte da escola, além do trabalho infantil. Chama-nos a atenção acerca do fator “desencorajamento por parte da escola”, porque isso envolve repensar exatamente o quanto a sua função política, social, pedagógica e acolhedora estão em questão, portanto, há que se repensar, a todo tempo, o quanto a temática da juventude, da cidadania, dos direitos humanos, das minorias, dos grupos que historicamente tiveram direitos negados e silenciados não podem ficar exteriores no currículo escolar (Santomé, 1998). A incompletude da formação educacional pode progredir para a marginalização social e econômica.

Achamos pertinente comprovar esse cenário por meio de algumas tabelas capturadas em forma de imagens advindas do estudo em questão, sobretudo para observar a região em que a nossa pesquisa está inserida:

Figura 7 - Dados percentuais da situação escolar e da RA de residência dos adolescentes que deram entrada no NAI (2019 e 2020)

RÓTULOS DE LINHA	CONTAGEM DE SITUAÇÃO ESCOLAR	%
<b>Matriculado e Frequenta</b>	<b>1167</b>	<b>100%</b>
Ceilândia	254	21,77%
Samambaia	113	9,68%
Planaltina	87	7,46%
Recanto das Emas	75	6,43%
Santa Maria	61	5,23%
Taguatinga	60	5,14%
São Sebastião	59	5,06%
Entorno	54	4,63%
Estrutural	51	4,37%
Paranoá	46	3,94%
Gama	43	3,68%
Itapoã	40	3,43%

Sobradinho II	36	3,08%
Brazlândia	26	2,23%
Águas Claras	23	1,97%
Sobradinho I	22	1,89%
Riacho Fundo II	18	1,54%
Guará	17	1,46%
Brasília	15	1,29%
Varjão	14	1,2%
Instituição de Acolhimento	9	0,77%
Riacho Fundo I	9	0,77%
Núcleo Bandeirante	8	0,69%
SCIA (Cidade do Automóvel)	8	0,69%
Fercal	4	0,34%
Vicente Pires	4	0,34%
Candangolândia	3	0,26%
Lago Norte	3	0,26%
Situação de Rua	3	0,26%
Jardim Botânico	1	0,09%
Lago Sul	1	0,09%

<b>Matriculado Evadido</b>	<b>489</b>	<b>100%</b>
Ceilândia	100	20,45%
Samambaia	53	10,84%
São Sebastião	37	7,57%
Taguatinga	36	7,36%
Planaltina	29	5,93%
Recanto das Emas	27	5,52%
Estrutural	24	4,91%
Sobradinho II	22	4,50%
Gama	21	4,29%
Paranoá	20	4,09%
Santa Maria	20	4,09%
Entorno	13	2,66%
Riacho Fundo II	11	2,25%
Sobradinho I	10	2,04%
Guara	9	1,84%
Brasília	8	1,64%
Brazlândia	8	1,64%
Instituição de Acolhimento	8	1,64%
Itapoã	8	1,64%
Águas Claras	7	1,43%

SCIA (Cidade do Automóvel)	5	1,02%
Candangolândia	3	0,61%
Fercal	2	0,41%
Riacho Fundo I	2	0,41%
Cruzeiro	1	0,20%
Lago Norte	1	0,20%
Núcleo Bandeirante	1	0,20%
Situação de Rua	1	0,20%
Varjão	1	0,20%
Vicente Pires	1	0,20%

<b>Matriculado Infrequente</b>	<b>141</b>	<b>100%</b>
Ceilândia	30	21,28%
Samambaia	13	9,22%
Gama	12	8,51%
Paranoá	10	7,09%
Santa Maria	9	6,38%
Entorno	8	5,67%
<b>Recanto das Emas</b>	<b>8</b>	<b>5,67%</b>
Itapoã	7	4,96%
Planaltina	7	4,96%
Taguatinga	6	4,26%
Brazlândia	5	3,55%
São Sebastião	4	2,84%
Sobradinho II	4	2,84%
Águas Claras	3	2,13%
Guara	3	2,13%
Núcleo Bandeirante	2	1,42%
SCIA (Cidade do Automóvel)	2	1,42%
Sobradinho I	2	1,42%
Varjão	2	1,42%
Brasília	1	0,71%
Estrutural	1	0,71%
Park Way	1	0,71%
Riacho Fundo II	1	0,71%

<b>Não Está Matriculado</b>	<b>1148</b>	<b>100%</b>
Ceilândia	204	17,77%
Entorno	106	9,23%
Planaltina	106	9,23%
Samambaia	87	7,58%

Taguatinga	71	6,18%
Estrutural	62	5,40%
<b>Recanto das Emas</b>	<b>59</b>	<b>5,14%</b>
São Sebastião	48	4,18%
Paranoá	43	3,75%
Gama	38	3,31%
Santa Maria	38	3,31%
Sobradinho II	31	2,70%
Itapoã	30	2,61%
Riacho Fundo II	29	2,53%
Situação de Rua	28	2,44%
Brasília	27	2,35%
Guará	25	2,18%
Brazlândia	22	1,92%
Sobradinho I	21	1,83%
Águas Claras	16	1,39%
Núcleo Bandeirante	12	1,05%
SCIA (Cidade do Automóvel)	11	0,96%
Varjão	8	0,70%
Riacho Fundo I	7	0,61%
Fercal	5	0,44%
Instituição de Acolhimento	3	0,26%
Candangolândia	1	0,09%
Lago Norte	1	0,09%
Lago Sul	1	0,09%
Park Way	1	0,09%

**Fonte: Relatório de Pesquisa:** Violências vivenciadas por adolescentes em espaços educativos e na socioeducação do Distrito Federal (2019 – 2022).

Ainda, frisa-se que é inegável o quanto a escolaridade interfere na situação da população em cumprimento de medida socioeducativa. Quanto à região sobre a

qual nossa dissertação se debruçou, pudemos perceber que ela está entre as mais carentes, com relação aos jovens que deram entrada no NAI e que se encontram fora da escola, seja pela evasão, infrequência ou por algum motivo em não estar matriculado, ao lado de Ceilândia, Entorno, Planaltina, Estrutural. Concordamos com o relatório, ao apontar que:

Os dados desta realidade demonstram como as marcas da vulnerabilidade social estão nos territórios das periferias do Distrito Federal. Sendo assim, é mister caminhar na direção de mais ações voltadas ao bem-estar social, protagonismo juvenil, lazer, cultura, desporto, profissionalização e geração de renda para estas regiões (Leal, 2023, p. 52).

- **Composição e relação familiar:** 48,79% moram com a mãe/madrasta e irmãos. Esse item pode revelar também o quanto as muitas composições das famílias não necessariamente têm relação com o perfil desses jovens, mas, sim, conforme Palage *et. al.* (2018), os fatores sociais, raciais e econômicos, sobretudo as violências pelas quais a maioria passou e que levaram a essa composição familiar.
- **A categoria trabalho:** em 68% dos casos, o trabalho (formal ou informal) esteve presente na vida dos jovens em algum momento, sendo que 62% trabalhavam ou procuravam emprego quando foram apreendidos. Ou seja, esse último dado comprova, mais uma vez, que a vulnerabilidade pode ter relação com classe e etnia novamente, considerando que, em muitos desses casos, o que provoca esses delitos é o motivo pelo qual esses jovens não estão frequentando a escola; contudo, novamente, demarcamos que não é a única razão, como já sinalizaram Predebon e Giongo (2015).

Como se nota nos dados acima, as questões sociais e raciais, aparentemente, afastam a incidência e a efetividade do artigo 53 do ECA aplicado aos menores atendidos pelas Unidades de Internação.

## 5.2 O LUGAR DO ECA NO PPP DA UNIRE

Como já demarcamos na seção da metodologia e no Eixo II, por meio da AC, esse eixo nos trouxe as seguintes categorias: ECA (seis ocorrências), ECA

Transversal (02 ocorrências). Isso revela que os(as) respondentes, tanto gestor(a), quanto docentes, compreendem que o currículo praticado na UNIRE está ligado a ideia de projetos, e especificamente à pedagogia de projetos e transversalidade, para melhor aplicação do conteúdo educacional.

A fim de didatizar mais ainda a nossa análise nesse eixo e garantir as múltiplas determinações de nosso objeto de estudo, resolvemos indicar no quadro abaixo a incidência quantitativa, com a devida descrição nos documentos pedagógicos principais que sustentam a UNIRE, e de como o ECA está sendo tratado nas referidas normas legais.

**Quadro 9** – Lugar que o ECA ocupa nos documentos pedagógicos legais principais que sustentam a UNIRE

<b>Documento</b>	<b>Incidência</b>	<b>Descrição</b>
PPP professor “Carlos Mota” – SEDF (2012)	08 vezes	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforça a natureza da proteção da criança e do adolescente, presentes no ECA.</li> <li>- Reafirma o teor do artigo 112 do ECA, das medias socioeducativas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional; qualquer uma das previstas no artigo 101.</li> </ul>
Currículo em Movimento da SEDF (2012)	01 vez	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apenas no texto da “Apresentação” quando evoca o ECA para reforçar a obrigatoriedade da educação básica como direito indispensável a todo (a) cidadão (a).</li> </ul>
Diretrizes Pedagógicas:	23 vezes	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quando menciona a</li> </ul>

<p>escolarização na Socioeducação (2014)</p>		<p>consolidação de parcerias com órgãos executivos do Sistema de Ensino, visando ao cumprimento do capítulo IV (em especial os artigos 53, 54, 56, e 57) do ECA e, sobretudo, a garantia de regresso, sucesso e permanência dos adolescentes na rede formal de ensino.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Quando descreve as seis principais Medidas socioeducativas afirmando que são atos jurídicos que, na legislação brasileira (arts. 112 a 128 da Lei nº 8069/90 do ECA.</li> <li>- Quando menciona os direitos dos (as) jovens em escolarização no cumprimento das medidas: receber escolarização e profissionalização, realizar atividades culturais, esportivas e de lazer, ser tratado com respeito e dignidade, entre outros previstos no art. 124 do ECA.</li> <li>- Menciona o perfil esperado para os/as profissionais que devem atuar no sistema socioeducativo com base no ECA também.</li> <li>- Ao reafirmar que a escolarização durante esse período é obrigatória (art. 123 – ECA).</li> </ul>
<p>Manual de Atendimento Socioeducativo no DF (2023)</p>	<p>27 vezes</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Também menciona a natureza das medidas socioeducativas, conforme o ECA.</li> </ul>

		<p>- Quando sinaliza a função da Gerência de Unidade de Internação Provisória: “</p> <p>Gerenciar, em articulação com a gestão da Unidade, o que prevê o ECA e o SINASE quanto ao regime de internação, com a metodologia de trabalho da sua equipe focada no adolescente, no fortalecimento dos vínculos familiares e do Sistema de Garantia de Direitos”.</p>
PPP da UNIRE (2024)	16 vezes	<p>- Reforça que é papel da escola asseverar que o atendimento aos (as) socioeducandos (as) recebam um trabalho pedagógico ético para superação do fracasso escolar.</p> <p>- A UNIRE trabalha com todos os aspectos atinentes ao Art. 53 do ECA.</p> <p>- Considera que o ECA foi um avanço legal singular porque passou a considerar a doutrina da proteção integral como base do sistema.</p> <p>- Detalha um projeto pedagógico intitulado “Semana Distrital do Estatuto da Criança e do Adolescente-Eca”.</p>

**Fonte:** elaborado pelos autores (2025).

Como pudemos perceber, na maioria das citações referentes ao ECA, as normativas gravitam em torno de sua menção meramente legislativa, e pouco aplicáveis, do ponto de vista pedagógico, seja a partir do olhar docente, seja da mira

da própria ação pedagógica em sua dinâmica com os(as) socioeducandos(as) nas unidades em que estão sendo escolarizados; portanto, é preciso instigar outras interpretações do Estatuto na direção que ele passe a figurar muito mais nos currículos da formação docente (Borges, 2010) para que ele também esteja presente nos momentos de modelagens e práticas pedagógicas.

Excetuando-se o PPP da UNIRE, que reconhece o papel central do ECA como mola propulsora para unir os aspectos de escolarização, profissionalização e atividades de cultura e esporte:

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente e orientações do Conanda resolução nº 46/96, a medida socioeducativa de privação de liberdade deve ser aplicada em unidades educacionais de internação de pequeno porte, com capacidade de atendimento não superior a quarenta vagas. As instruções pedagógicas devem ser norteadas através da junção projeto político pedagógico interdisciplinar, escolarização, profissionalização, atividades artístico-culturais, esportivas e atividades externas. Por tais agentes motivadores a proposta em se trabalhar a Cultura de Paz (PPP, 2024, p. 58).

Notamos o esforço que a UNIRE faz para garantir que a finalidade da Socioeducação seja plenamente cumprida, pelo seu PPP e pelos dados obtidos, a partir dos questionários analisados. Todavia, a análise revelou que, se a formação inicial e, principalmente, a continuada levasse em consideração a natureza e especificidade da Socioeducação, a chance de que o ECA pudesse ser trabalhado de uma maneira muito mais eficaz seria maior e a socialização não estaria tão distante.

Retomando a AC, com a identificação do lugar do ECA no PPP utilizado pela UNIRE, e com dados extraídos dos questionários, percebe-se que, na verdade, a presença do ECA e da própria ideia de ressocialização deve perpassar todo o currículo. No entanto, segundo os autores de referência, precisamos ponderar que, na verdade, no campo do currículo, deveria ser uma prática integradora e/ou estruturante (Bernstein, 1993; Santomé, 1998, Silva, 2020), tal como expomos no Eixo II.

Conforme destacamos no Eixo II, os profissionais interlocutores defendem a transversalidade no PPP, no entanto, praticam ações de integração dentro das várias modalidades pedagógicas.

Assim, fez-se indispensável destacar o caso das ações muito pertinentes e presentes nas unidades de registros e significação, captadas por nós nessa

pesquisa, as quais não podem figurar como ECA e transversalidade. Mesmo assim, um dos interlocutores defende que o ECA deve ser integrado de forma transversal, da seguinte forma: “O ECA deveria ser integrado de forma transversal, com projetos que discutam direitos, deveres e justiça restaurativa, além de incluir práticas que conectem o conteúdo escolar à realidade dos jovens” (Pontes de Miranda).

Ou seja, de acordo com a resposta acima, um dos(as) respondentes do questionário assumiu a necessidade de tratamento do direito à Educação garantido no ECA de forma restaurativa e a fim de atender à realidade dos jovens em seu contexto social, o qual sobejou delineado no presente Eixo teórico.

Desse modo, passemos agora a expor mais alguns resultados apurados em nosso questionário. Ao ser perguntado sobre a existência de algum trabalho pedagógico específico destinado à reeducação/reinserção do menor em conflito com a lei na sociedade, um dos(as) nossos(as) interlocutores(as) respondeu: “Sim, projetos pedagógicos. O artigo 4<sup>a</sup> do ECA estabelece que a garantia de direitos de crianças e adolescentes deve ser prioridade absoluta” (Carmem Lúcia).

Nessa linha, respondendo à mesma pergunta, outro(a) interlocutor(a) afirmou: “Sim, seguimos principalmente o Art. 53 do ECA, que assegura o direito à educação e à profissionalização como parte do processo socioeducativo” (Pontes de Miranda).

Outro ponto interessante de extrema importância identificado nas respostas dos questionários reside na resposta dada ao tema: Como o ECA deveria ser tratado no e pelo currículo? O interlocutor respondeu o seguinte: “Deveria ter um currículo específico para cada unidade de internação, com suas especialidades. Mas ainda acho o ECA um dos melhores pilares para a Socioeducação” (Luís Gama).

Como se nota nos resultados que vêm sendo expostos na presente dissertação, os(as) interlocutores(as) realizaram suas considerações acerca dos direitos da criança e do adolescente prescritos nos artigos 4<sup>o</sup> e 53 do ECA e apontaram a necessidade de uma socioeducação restaurativa.

Sobre isso, Fernandes e Costa (2019), em sua obra, “Socioeducação no Brasil”, Volume 4, se posicionam de forma que dialoga com o anseio dos(as) interlocutores(as) da pesquisa ora realizada, pois entendem que as possíveis práticas restaurativas que vêm sendo realizadas com adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação e demonstram que se torna mais efetivo estimular e promover ações de restauração de conflitos, ao invés de punir os

causadores dos mesmos, contribuindo assim para um processo de responsabilidade mais consolidada. Ainda asseveram que a implantação de práticas restaurativas propõe uma mudança na percepção do poder, passando de uma visão vertical para posição horizontal e pluralista, daquilo que pode ser considerado justo pelos envolvidos no conflito.

Em paralelo ao entendimento de Fernandes e Consta (2019), de acordo com as informações levantadas com os questionários, ao perguntar a um(a) de nossos(as) interlocutores(as) sobre como o ECA deveria ser tratado no e pelo currículo, obtivemos a seguinte resposta: “Nós buscamos priorizar ações de reinserção social, respeitando e valorizando o jovem em todo seu contexto. Nosso currículo é anualmente avaliado e revisado para atingir os objetivos com os jovens” (Rui Barbosa).

Nesse diapasão, outro ponto que nos chamou a atenção em nossa pesquisa reside na resposta dada por um(a) dos(as) interlocutores(as), quando perguntado se o trabalho realizado dentro da Unidade de Internação se dá em obediência a algum trecho e/ou dispositivo do ECA: “Evidentemente, tudo é baseado no ECA e no SINASE, mas o trabalho sempre é um desafio em sala de aula, principalmente diante das rixas existentes entre eles” (Luís Gama).

Diante disso, voltamos nosso olhar para o preparo e a formação desses profissionais educadores(as) que atuam na UNIRE, pois, ao ser perguntado sobre a formação continuada voltada ao trabalho com o menor em conflito com a Lei, alguns confirmaram que participaram de formações, e que uma delas se deu no seguinte contexto: “Particpei de um curso oferecido pela Secretaria de Educação em 2021, intitulado Práticas Pedagógicas em Contextos de Privação de Liberdade, com enfoque em metodologias de reinserção social” (Pontes de Miranda).

No entanto, percebemos nas duas últimas respostas que os(as) profissionais da UNIRE se preocupam com atendimento dos enunciados legais previstos no artigo 4º e 53 do ECA, no entanto, mesmo realizando cursos de formação continuada, conforme relatado acima, os(as) professores(as) ainda enfrentam dificuldades em sala de aula em razão das “rixas” entre os menores assistidos. Isso nos revela que, de fato, o ECA está inserido e sendo devidamente trabalhado na UNIRE, com intuito de oportunizar recuperação do menor em conflito com a lei, no entanto, aparentemente, não tem sido tão efetivo.

Outro ponto que merece destaque e corrobora com o parágrafo anterior refere-se ao número de matrículas na UNIRE. Com estreita relação com a análise do contexto social, racial e econômico realizado nesse Eixo Teórico, caso o artigo 53 do ECA estivesse sendo totalmente cumprido, não teríamos apenas esse quantitativo de matriculados na Unidade de internação pesquisada, tampouco teríamos os professores(as) enfrentando dificuldades para garantir educação de qualidade que, de fato, garanta a almejada “justiça restaurativa”.

Conforme sobejou exposto no Eixo I, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) representa um marco fundamental na história da educação e das políticas públicas voltadas à infância e adolescência no Brasil. Ele consolidou em seu texto os Princípios Fundamentais da Constituição Federal de 1988, que introduziu o conceito de criança e adolescente como sujeitos de direitos, rompendo com a visão anterior que os tratava como objetos de tutela.

Ainda, cumpre destacar que o artigo 4º do ECA foi totalmente inspirado pelo Artigo 227 da Constituição Federal, que prescreve:

C.F. Art. 227 - Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Com isso, notamos que o ECA nasceu para funcionar como política pública apta a defender os direitos e garantias da criança e do adolescente, em atenção, também, ao dispositivo constitucional supra e de acordo com as informações dispostas no Eixo I da presente dissertação, bem como está presente e sendo devidamente trabalhado no PPP utilizado pela UNIRE, pois, em várias respostas os(as) interlocutores(as) demonstraram sua preocupação com a obediência e a aplicabilidade do ECA nas rotinas pedagógicas e no ensino prestado na instituição. No entanto, aparentemente, ainda é necessário melhor aperfeiçoamento das rotinas e práticas pedagógicas, conforme também sobejou informado pelos participantes respondentes do questionário.

## 6 PRODUTO TÉCNICO

Conforme esclarecido anteriormente, por estar abrigada no PPGE/MP-UnB, à nossa pesquisa é exigida a produção de um produto técnico como requisito à finalização da presente dissertação. Nesse sentido, tendo em vista a proximidade do nosso objeto de pesquisa com a seara jurídica, e a união do “Direito” e a “Educação” na presente dissertação, temos que nosso produto técnico se mostrou concebível com a elaboração de uma Nota Técnica que, por sua vez, pode funcionar como esboço de Decreto-Lei que traga a obrigatoriedade das práticas restaurativas como conteúdo de programas de formação continuada para atuação de professores da socioeducação, garantindo, assim, mais efetividade na reinserção do menor em conflito com a lei na vida em sociedade, bem como maior efetividade aos artigos 4º e 53 do ECA.

Esclarecemos que nossa Nota Técnica também se baseou das experiências expostas por autores que compuseram nosso referencial teórico, bem como nas respostas dos questionários aplicados aos interlocutores(as) que participaram da nossa pesquisa qualitativa.



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MODALIDADE**  
**PROFISSIONAL – PPGE/MP**

**NOTA TÉCNICA**

**ESBOÇO DE DECRETO-LEI QUE TRAGA A OBRIGATORIEDADE**  
**DAS PRÁTICAS RESTAURATIVAS COMO CONTEÚDO DE**  
**PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA**  
**PROFESSORES(AS) QUE ATUAM NA SOCIOEDUCAÇÃO**

**THIAGO PIMENTEL DO NASCIMENTO**  
**LILIANE CAMPOS MACHADO**

**BRASÍLIA - DF**  
**2025**

## MINUTA DE DECRETO-LEI

### DECRETO-LEI Nº \_\_\_\_\_

Em atenção aos artigos 4º e 53 da Lei 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, o presente Decreto dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão das Práticas Restaurativas como conteúdo nos programas de formação continuada de professores da Socioeducação.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, inciso VI, da Constituição Federal,

DECRETA:

**Art. 1º** - Torna-se obrigatória a inclusão das Práticas Restaurativas como conteúdo permanente nos programas de formação continuada, voltados aos professores que atuam em instituições socioeducativas, públicas ou conveniadas.

**Art. 2º** - A formação referida no art. 1º deverá contemplar, no mínimo, os seguintes conteúdos em seus currículos:

- I – Fundamentos e princípios da Justiça Restaurativa para reinserção na vida em sociedade;
- II – Técnicas restaurativas no ambiente da Socioeducação;
- III – Mediação de conflitos e círculos restaurativos das relações sociais;
- IV – Desenvolvimento da escuta ativa, empatia e responsabilização.

**Art. 3º** - A implementação será coordenada pelos sistemas estaduais e municipais de educação, em articulação com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE – Lei Federal nº 12.594/2012, bem como na Resolução CONANDA nº 160/2013.

**Art. 4º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de maio de 2025.

---

**Presidente da República Federativa do Brasil**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou compreender **qual é o lugar ocupado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente nos currículos da Unidade de Internação do Menor em Conflito com a Lei, localizado no Recanto das Emas – DF.**

Nosso objetivo principal foi compreender o lugar ocupado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente nas rotinas pedagógicas e no currículo da Unidade de Internação do Menor em Conflito com a Lei, localizado no Recanto das Emas – DF. Nossa hipótese é a de que, em sendo devidamente trabalhado nas rotinas pedagógicas por meio de práticas restaurativas, o ECA, com seus artigos 4º e 53, poderá contribuir com um processo de reabilitação, de modo que a criança e o adolescente sejam reinseridos na sociedade, a começar pela comunidade escolar.

Tivemos como objetivos específicos: Identificar o ECA como política pública na história da educação no Brasil; compreender a presença do ECA no currículo de formação dos profissionais/educadores que atuam na Unidade de Recuperação/Internação do menor em conflito com a Lei no Recanto das Emas – DF; investigar a incidência do ECA na rotina pedagógica da Unidade de Recuperação/Internação do menor em conflito com a Lei no Recanto das Emas-DF; analisar as possibilidades de contribuição do ECA na recuperação da criança e do adolescente em conflito com a Lei, pela perspectiva formativa/educacional.

Nesse sentido, definimos três eixos teóricos, nos quais distribuimos os resultados da nossa pesquisa: Eixo I - O ECA como política pública na história da educação no Brasil, Eixo II - O currículo da formação e da atuação dos profissionais nas unidades de internação do Distrito Federal e Eixo III - O que os dados revelam: o lugar do ECA na UNIRE.

Assim, nosso pressuposto de investigação, que se deu com o argumento e/ou ideia de que, em sendo devidamente trabalhado nas rotinas pedagógicas, por meio de práticas restaurativas, o ECA, com seus artigos 4º e 53 poderá contribuir com um processo de reabilitação, se confirmou a partir das falas dos interlocutores que responderam ao questionário aplicado. Nesse instrumento, eles puderam compartilhar suas experiências e rotina pedagógica que vem sendo utilizada na

Unidade de Internação do Recanto das Emas, bem como por meio da análise documental realizada, que percorreu a legislação Nacional aplicável ao nosso objeto de pesquisa, bem como a documentação/legislação do Distrito Federal, incluindo, o PPP da referida Unidade de Internação lócus da nossa pesquisa.

Dentro dos nossos procedimentos de pesquisa, utilizamos o Estado do Conhecimento, que se deu da seguinte forma: nosso recorte temporal teve início no ano de 1990, com a sanção da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, quando entrou em vigor o então Estatuto da Criança e do Adolescente, até janeiro de 2025, quando atualizamos a metodologia.

Assim, seguindo a recomendação dos autores/pesquisadores e utilizamos, pelo menos, três bancos de dados, quais foram: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD<sup>10</sup>, da Rede SciELO e do Google Acadêmico. No tocante aos termos indutores, utilizamos: “Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA”, “Unidade de Internação do Menor em Conflito com a Lei”, “Currículo, Distrito Federal”. Em se tratando de recorte temporal, nossa pesquisa aconteceu no período compreendido entre o dia 13/06/1990 a 13/01/2025.

Seguindo, ao realizar a pesquisa junto à BDTD, e buscando manter a fidedignidade do Estado do conhecimento e dos possíveis resultados, fizemos modificações nas “ações da pesquisa” objetivando ao máximo possível de investigações similares, no entanto, não obtivemos resultados.

Em seguida, insistimos na captura de trabalhos junto à Rede SciELO e permanecemos sem encontrar resultados. Finalmente, ao pesquisar no Google Acadêmico, mantendo os argumentos e ações de pesquisa, foram encontrados 17.100 resultados. Todavia, mostrou-se um grau de complexidade e improcedência metodológica proceder à análise de cada trabalho que não garante solidez acadêmica e poderia desviar-se do intuito real desse estado da arte. Conforme os nossos autores de referência, contudo, foi notável que o termo indutor indicou o nome completo do referido Estatuto Legal e se tornou um tanto “generalista”, dessa forma, indicou trabalhos em linhas gerais e nas mais variadas áreas que, aparentemente, não guardavam relação com a investigação da nossa pesquisa.

Portanto, o estado do conhecimento teve por objetivo: a. conhecer pesquisas próximas do objeto em destaque; b. montar um banco com outros temas ligados ao

---

<sup>10</sup>Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Content/whatIs>. Acesso em: 20/01/2025.

tema investigado; c. indicar a lacuna encontrada durante o percurso investigativo, devidamente apontada nessa seção e d. apontar os possíveis avanços alcançados pela pesquisa.

Todavia, em razão de não termos encontrado resultados que se aproximaram do nosso objeto de pesquisa, confirmamos um certo caráter de ineditismo, sobretudo porque nossa investigação se baseou na realidade do Distrito Federal, onde avaliamos a forma como o ECA está sendo trabalhado no currículo da Unidade de Internação do Recanto das Emas.

No método, utilizamos o Materialismo Histórico-Dialético, amparados na técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977 e 2016), passando pelas unidades de significação, e chegando nas “unidades de registro”, quais sejam: Currículo da Instituição é executado por meio de projetos pedagógicos; A Pedagogia de Projetos e a Transversalidade permeiam todo o currículo; o ECA e a justiça restaurativa; A transversalidade no tratamento do ECA, confirmadas pelas seguintes categorias abrigadas nos Eixos principais da pesquisa, a saber: currículo da formação e da atuação com as categorias: projetos pedagógicos, pedagogia de projetos, transversalidade; e no segundo eixo principal, ECA na UNIRE, com as categorias ECA e ECA transversal.

No tocante ao primeiro eixo principal, no qual apresentamos dados da nossa pesquisa, apuramos a noção teórica de transversalidade utilizada no PPP com o(as) interlocutores(as) da pesquisa, ao seguirem a normativa legal da própria SEDF (Currículo em Movimento), na contramão dos autores de referência do campo curricular, como Santomé (1998), que nos esclarece a diferença entre o que é mais importante no currículo (Integrador/estruturante) e o que pode complementar a prática curricular (transversalidade).

Todavia, foi possível averiguar o quanto a categoria ontológica da prática social em Marx (1974) pôde ser percebida no conceito de currículo assumido pela UNIRE, ao defender que um dos seus objetivos principais é garantir a integração e ressocialização dos seus estudantes.

Em se tratando do segundo eixo principal, merece destaque o número de jovens matriculados na UNIRE, associado ao artigo 53 do ECA que protege os seguintes direitos: A criança e adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, e que, de acordo com os(as) interlocutores(as) e as

práticas pedagógicas ali adotadas vem sendo buscado pela UNIRE no trabalho ora desenvolvido.

À vista disso, notamos que o ECA nasceu para funcionar como política pública apta a defender os direitos e garantias da criança e do adolescente, em atenção, também, ao artigo 227 da CF, bem como está presente e sendo devidamente trabalhado no PPP utilizado pela UNIRE, pois, em várias respostas os(as) interlocutores(as) demonstram sua preocupação com a obediência e a aplicabilidade do ECA nas rotinas pedagógicas e no ensino prestado na instituição. No entanto, aparentemente, ainda é necessário melhor aperfeiçoamento das rotinas e práticas pedagógicas, conforme também sobejou informado pelos participantes respondentes do questionário.

Assim, insistimos o quanto foi perceptível a presença da categoria ontológica da prática social de Marx (1974) materializada no conceito de currículo assumido pela UNIRE, ao defender que um dos seus objetivos principais é garantir a integração e ressocialização dos seus estudantes.

Em se tratando de produto técnico, de acordo com os resultados de nossa pesquisa, elaboramos uma Nota Técnica em formato de Decreto-lei, na qual sugerimos, em atenção aos artigos 4º e 53 da Lei 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, a obrigatoriedade da inclusão das Práticas Restaurativas como conteúdo nos programas de formação continuada de professores da Socioeducação.

Nosso produto técnico comprovou sua importância a partir das falas dos(as) interlocutores(as), pois, observando a pedagogia de projetos que vem sendo aplicada na UNIRE, cuja necessidade de aperfeiçoamento sobejou reconhecida pelos respondentes, temos que os projetos de práticas restaurativas são de fundamental importância, principalmente quando apresentamos que essas práticas são realizadas através de projetos desenvolvidos na unidade de internação e visam tão somente recuperar e reintegrar a criança e o adolescente em conflito à vida em sociedade, incluindo a comunidade escolar.

Desse modo, nossa pesquisa nos mostrou um cenário no qual a implementação da justiça restaurativa funciona como uma ferramenta eficaz e necessária à ressocialização da criança e do adolescente em conflito com a lei, pois, tende a se moldar à realidade social e econômica de cada comunidade detentora do sujeito que comete atos infracionais, ao menos na totalidade captada pelas múltiplas determinações de nosso objeto de estudo, que se mostrou, para além da aparência,

um “concreto pensado” que tem vida própria e dinâmica e que existe independentemente de nossa consciência, como muito bem nos alertava Marx, ao investigar o modo de produção capitalista, e nos deixar o seu legado teórico-metodológico.

Assim, em sendo legislada acerca da obrigatoriedade de implementação da justiça restaurativa, partindo da descoberta e das “tentativas” do Distrito Federal, a partir da UNIRE investigada em aplicar a pedagogia de projetos, temos que em pesquisa futura poderemos dar seguimento ao nosso trabalho iniciado com a presente dissertação, investigando, dessa forma, as outras unidades de internação do Distrito Federal, ou, talvez, em nível nacional, avaliando o que é praticado em linhas gerais por cada Unidade da Federação.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

APPLE, W. M. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARANHA, M. L. A. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BALL, S.J. Cidadania global, consumo e política educacional. In: SILVA, L.H. **A escola cidadã no contexto da globalização**. p. 121-137. Petrópolis: Vozes, 1998b.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

\_\_\_\_\_. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERNSTEIN, Basil. **La estructura del discurso pedagógico**: Clases, códigos y control (Volumen IV). Traducido por Pablo Manzano. Madrid: Ediciones Morata, 1993.

BORGES, Livia Freitas Fonseca. Um currículo para a formação de professores. In: VEIGA, I. P. A.; SILVA, E. F. (Orgs.). **A escola mudou**. Que mude a formação de professores! Campinas, São Paulo: Papirus, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República,. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm), acesso em 04/05/2025.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Brasília, DF: Senado, 1990.

\_\_\_\_\_. Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)**, Brasília, DF: Senado 2012.

\_\_\_\_\_. Resolução CONANDA 160, de 18 de novembro de 2013. **Aprova o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo**, Brasília, DF: Ministra Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República 2013.

\_\_\_\_\_. **Censo Escolar da Educação Superior**, 2021. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2021/a\\_presentacao\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/a_presentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf). Acesso em: 14/11/2022.

COSTA, Leilane Toledo; NASCIMENTO, Thiago Pimentel do. O materialismo histórico dialético: aproximações iniciais. In: SILVA, Francisco Thiago; SILVA, Cláudia Pinheiro Nascimento. **Pesquisa Aplicada a Educação: Perspectivas em Mapas Conceituais**. Brasília, DF: Editora Projeção, Universidade de Brasília, UnB, 2023.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. A Educação como desafio na ordem jurídica. In: LOPES, Luciano Mendes de Faria Filho; VEIGA, Cynthia Greive (organizadores). **500 anos de educação no Brasil**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DAMASCENO, Wagner Miquéias. **Racismo, escravidão e capitalismo no Brasil**: uma abordagem marxista. Bauru-SP: Mireveja, 2022.

DEWEY, J. **Democracia e Educação**: capítulos essenciais. São Paulo: Ática, 2007.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Projeto Político-Pedagógico Professor Carlos Mota**, 2012.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Pedagógicas**: escolarização na Socioeducação, 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Diretrizes de Avaliação Educacional da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal**, 2014b.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento**, 2018.

\_\_\_\_\_. Manual de Atendimento Socioeducativo: Unidades de atendimento inicial, internação provisória e internação do Distrito Federal. Secretaria de Justiça e Cidadania: Brasília, DF, 2023.

FÁVERO, Teresinha Eunice; PINI, Oliveira Rodrigues Francisca; SILVA, e Oliveira de Liduína (organizadores). **ECA e a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Cortez 2023.

FERNANDES, Maria Nilvane e COSTA, Peres Ricardo, **Socioeducação no Brasil**. Volume 4, Curitiba, PR: Nova Práxis, 2019.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia como ciência da educação**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

FREITAS, L. C. de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas: Papyrus, 1995.

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da Pesquisa em Educação no Brasil**. Brasília: Líber Livro, 2010.

LEAL, Maria de Fátima Pinto (Org.). **Relatório de Pesquisa: Violências Vivenciadas por Adolescentes em Espaços Educativos e na Socioeducação do Distrito Federal (2019 – 2022)**, Grupo Violes, ONG Transforme, SEJUS/DF. Brasília, DF, 2023.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2011.

LUKÁCS, Geörg. **Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social**. Tradução Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

MACHADO, Campos Liliane. (Re)configuração curricular no processo de formação de professores e suas relações. **Educação** (Santa Maria. Online) [en linea]. 2016, 41(2), 297-310[fecha de Consulta 2 de maio de 2025].. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117146405003>.

MARX, Karl. **Prefácio do Capital**. 1ª Edição: [1867]. Centelha - Promoção do Livro, SARL, Coimbra, 1974.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa. **Currículos e Programas no Brasil**. Campinas: Papirus, 2012.

MOROZ, Melania e GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves. **O Processo de Pesquisa Iniciação**. Brasília, DF: Liber Livro, 2006.

NASCIMENTO, Thiago Pimentel do. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e a história da Educação no Brasil: reflexões jurídicas. In: SILVA, Francisco Thiago; CAMINHA, Viviane Machado. **Historiografia e história da educação brasileira: ensino, pesquisa e formação docente**. Brasília, DF: Editora Dialética, Universidade de Brasília, UnB, 2022.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PALAGE, F. S.; TASSIANA Teixeira, F.; APARECIDA Borges, A.; SILVA Araújo, L. M.; ALVES, M. G. Conceito de família para o menor infrator. **Revista Eixos Tech**, [S. l.], v. 5, n. 2, 2018. DOI: 10.18406/2359-1269v5n22018102. Disponível em: <https://eixostech.pas.ifsuldeminas.edu.br/index.php/eixostech/article/view/102>

PREDEBON, J.; GIONGO, C. A família com os filhos adolescentes em conflito com a lei: contribuições de pesquisas brasileiras. **Pensando famílias**. v.19, n.1, p. 88-104, 2015. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S167994X201500010000](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167994X201500010000).

SACRISTÁN, Jose. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2012.

SILVA, Francisco Thiago. **Currículo integrado, eixo estruturante e interdisciplinaridade**: uma proposta para a formação inicial de pedagogos. 1. ed. Brasília: Kiron, 2020.

\_\_\_\_\_. Contribuições e diálogos com a teoria crítica para o campo curricular no Brasil. In: SILVA, Francisco Thiago; CAMINHA, Viviane Machado. (Org.). **Currículo e teoria crítica**: resgatando diálogos. 1ed. Brasília: Kiron, 2021.

SILVA, Francisco Thiago; ROCHA, José Damião Trindade. **Possibilidades Metodológicas de pesquisas a partir das categorias do materialismo histórico-dialético**. Dossiê “Tendências e aportes teóricos atuais para a pesquisa em 72 educação e ensino”, e023003, p. 1-24.Rev.Int. de Form. de Professores (RIFP), Itapetininga, v. 8, 2023. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rifp/article/view/956/461>.

SILVA, F. T.; TRINDADE ROCHA, J. D. Possibilidades metodológicas de pesquisas a partir das categorias do materialismo histórico e dialético. **Revista Internacional de Formação de Professores**, Itapetininga, v. 8, p. e023003, 2023. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rifp/article/view/956>

SILVA, Francisco Thiago; LIMA, Erisevelton Silva. **O encontro entre o Currículo e a avaliação na coordenação pedagógica da escola**. Brasília: Kiron, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2011.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Roteiro para Análise Documental

### Objetivos:

Identificar os possíveis textos do ECA que garantem o acesso à educação visando a reeducação do menor infrator;
Reconhecer na BNC-Formação indícios do conteúdo “ECA” para a formação inicial de professores;
Demonstrar na Lei 12.594/2012 prováveis indicativos do ECA para promoção da educação de recuperação do menor em conflito com a Lei;
Verificar a existência ou não de conteúdos relacionados ao ECA nas Diretrizes Pedagógicas – Escolarização na Sócioeducação – SEEDF;
Conhecer e caracterizar o provável PPP/Currículo da unidade de internação do menor em conflito com a lei.

### Documentos:

<ul style="list-style-type: none"><li>- Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90;</li><li>- Lei 12.594/2012 – SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo;</li><li>- Diretrizes Pedagógicas – Escolarização na Sócioeducação – 2014 (previstas no PPP);</li><li>- Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024;</li><li>- Resolução MEC Direitos Humanos;</li><li>- Protocolo Facultativo à Convenção Direitos Criança e Adolescente;</li><li>- Resolução CONANDA nº 160/2013;</li></ul>
---

### Eixo de análise:

O Currículo nos Centros de Internação

## APÊNDICE B – Questionário com os(as) Professores(as) e Gestores

**Data e local da entrevista:** Unidade de Internação do menor em conflito com a Lei.

**Objetivo:**

Identificar se o trabalho dos/as docentes na OTP está sendo efetivo no ensino e nas práticas educativas, de modo a propiciar a reeducação/reinserção do menor na sociedade.

**Eixo de análise:**

A Rotina (OTP) nos Centros de Internação do menor em conflito com a Lei.

**Questões:** Qual a sua formação inicial?

---

---

1. Descreva como foi sua chegada até essa escola da unidade de internação do menor em conflito com a Lei.

---

---

---

2. Já realizou algum curso ou formação continuada voltada ao trabalho com o menor em conflito com a Lei?

---

3. Se “sim”, como foi, em qual ano?

---

---

4. A unidade de internação do menor em conflito com a Lei possui algum projeto pedagógico ou documento curricular específico?

---

---

5. Se sim, vocês professores/as participaram da elaboração?

---

6. No ensino praticado para o menor existe algum trabalho pedagógico específico destinado à sua reeducação/reinserção na sociedade?

---

---

7. Se sim, esse trabalho é realizado em obediência a algum trecho legal do ECA?

---

---

8. Quais as maiores dificuldades enfrentadas por vocês professores/as, de forma que a sócio educação contribua para a reeducação/reinserção social?

---

---

9. Os professores criam seus próprios mecanismos em razão da possível falta de preparo ou formação específica para lidar com o menor em conflito com a Lei? Se SIM, quais? A falta de preparo influencia no ensino aprendizagem?

---

---

---

10. A família participa das atividades pedagógicas desenvolvidas nas unidades de internação?

---

11. De que maneira?

---

---

12. Para você como o ECA deveria ser tratado no e pelo currículo?

---

---

---

---

**Agradecimento pela colaboração.**

**Dados de identificação**

Nome:

Sexo:

Idade:

Cargo/função:

Formação:



## APÊNDICE C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Você está sendo convidado/a a participar da pesquisa **“O LUGAR DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NOS CURRÍCULOS PRATICADOS NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DO MENOR EM CONFLITO COM A LEI, NO RECANTO DAS EMAS-DF”**, de responsabilidade de Thiago Pimentel do Nascimento, estudante da Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Liliane Campos Machado (PPGEMP).

O objetivo da pesquisa é compreender qual o lugar ocupado pelo “Estatuto da Criança e do Adolescente”, nas rotinas pedagógicas e nos currículos da Unidade de Internação do menor em conflito com a Lei no Recanto das Emas-DF”.

Você está sendo convidado a participar de uma entrevista semiestruturada e receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa. São assegurados o sigilo e o anonimato das informações, inclusive do seu nome. Os dados provenientes de sua participação nesta entrevista ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável.

Desse modo, cumpre asseverar que **a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS)** da Universidade de Brasília a fim de proteger os direitos e a integridade dos participantes, além de assegurar a qualidade e a ética na pesquisa.

Insta informar ainda que a participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você pode recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade.

Garantimos a devolução dos resultados do estudo aos participantes por meio de disponibilização de uma cópia da dissertação final e se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, poderá nos contatar pelo telefone 61 98109-3822 ou pelo e-mail [joalucas2011.1@gmail.com](mailto:joalucas2011.1@gmail.com).

Eu, \_\_\_\_\_, contato de telefone \_\_\_\_\_, fui informado(a) sobre o objetivo da pesquisa e o motivo da minha colaboração, e concordo em participar.

---

Assinatura do pesquisador

---

Assinatura do(a) participante

Brasília/DF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

## ANEXO I – Termo de Anuência – SEE/EAPE/DIOP



Governo do Distrito Federal  
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal  
Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação  
Diretoria de Organização do Trabalho Pedagógico e Pesquisa

Memorando Nº 136/2024 - SEE/EAPE/DIOP

Brasília-DF, 03 de junho de 2024.

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MODALIDADE  
PROFISSIONAL – PPGE/MP DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**Assunto: Termo de Anuência Institucional para pesquisa de THIAGO PIMENTEL DO NASCIMENTO**

### **TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL PARA PESQUISA**

Eu, **Luciana de Almeida Lula Ribeiro** diretora de Organização do Trabalho Pedagógico e Pesquisa (DIOP/EAPE), e eu, **Robson Santos Camara Silva** representante do setor de pesquisas da DIOP/EAPE, temos ciência da intenção de realização da pesquisa de **MESTRADO** intitulada “O LUGAR DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NOS CURRÍCULOS PRATICADOS NO CENTRO DE INTERNAÇÃO DO MENOR INFRATOR DO DISTRITO FEDERAL”, que será desenvolvida pelo/a pesquisador/a **THIAGO PIMENTEL DO NASCIMENTO**, sob orientação do/a professor/a doutor/a **Profª Drª. Liliane Campos Machado** do **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MODALIDADE PROFISSIONAL – PPGE/MP DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**.

Declaramos conhecer e cumprir as resoluções éticas brasileiras, em especial as Resoluções CNS nº 466/2012 e 510/2016. Estamos ciente de que a possível autorização não interferirá no fluxo normal de trabalho e de atendimento das escolas e nem trará constrangimento aos participantes que não quiserem ingressar no estudo. Esta instituição, portanto, coloca-se ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Todos os dados/informações requeridos deverão ser acessados somente após o parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, conforme preconizado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), Conselho Nacional de Saúde (CNS), Ministério da Saúde, por meio das resoluções 466/12, 510/16 e 580/18.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **MARTHA LEMOS DE MORAES - Matr.0226314-9**, **Professor(a) de Educação Básica**, em 03/06/2024, às 14:02, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA DE ALMEIDA LULA RIBEIRO - Matr. 00328073**, **Diretor(a) de Organização do Trabalho Pedagógico e Pesquisa**, em 04/06/2024, às 10:16, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador=142372885 código CRC= A092EE1A.

“Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade”  
SGAS 907 Sul Conjunto A - CEP 70.390-070 - DF  
Telefone(s):  
Site - [www.se.df.gov.br](http://www.se.df.gov.br)

11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR – CONTEÚDOS SIGNIFICATIVOS - BASEADO NO CURRÍCULO EM MOVIMENTO DA SEE/DF E NAS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA SOCIOEDUCAÇÃO.

## ANEXO II – Autorização Judicial Vara da Infância e Juventude

---



Feder Judiciário da União  
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

GABINETE  
GABINETE DO JUIZ TITULAR DA VARA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DO DISTRITO FEDERAL

Processo SEI 0000692/2024

### AUTORIZAÇÃO

A fim de subsidiar a elaboração de pesquisa de mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília – UnB, com o tema “*O Lugar do Estatuto da Criança e do Adolescente nos Currículos Praticados no Centro de Internação do Menor Infrator do Distrito Federal*”, sob orientação da Professora Doutora Liliane Campos Machado, AUTORIZO o estudante **THIAGO PIMENTEL DO NASCIMENTO** a realizar análise documental, aplicação de questionário e entrevista semiestruturada aos professores/servidores que atuam na Unidade de Internação do Recanto das Emas/DF.

A pesquisa visa compreender qual o lugar ocupado pelo “Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA” nos currículos da Unidade de Internação, tendo como pressuposto central de investigação o argumento e/ou ideia de que, em sendo devidamente trabalhado nas rotinas pedagógicas, o ECA contribuirá a um processo de reabilitação, de modo que o menor seja reinserido na sociedade, incluindo a comunidade escolar.

A data para a realização das visitas e entrevistas deverá ser agendada previamente com a Unidade de Internação do Recanto das Emas/DF e Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do DF - SUBSIS/SEJUS.

Ressalvo, ainda, que deverão sempre ser respeitados a voluntariedade dos professores e servidores em responder os questionários ou participar das entrevistas, bem como o disposto no art. 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sobre a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais de crianças e adolescentes, e no art. 143 do já citado diploma legal, sobre a vedação à divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.

**A presente autorização tem validade de 1 (um) ano, a contar da presente data.**

**LAVÍNIA TUPY VIEIRA FONSECA**

Juíza de Direito Titular

Vara de Execução de Medidas Socioeducativas do Distrito Federal - VEMSE/DF

## ANEXO III – Autorização/Parecer consubstanciado CEP - UnB

INSTITUTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E SOCIAIS DA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -  
UNB



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O LUGAR DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NOS CURRÍCULOS PRATICADOS NO CENTRO DE INTERNAÇÃO DO MENOR INFRATOR DO DISTRITO FEDERAL

**Pesquisador:** THIAGO PIMENTEL DO NASCIMENTO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 80733124.5.0000.5540

**Instituição Proponente:** Faculdade de Educação

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 7.182.640

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se do projeto de pesquisa intitulado: “O LUGAR DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NOS CURRÍCULOS PRATICADOS NO CENTRO DE INTERNAÇÃO DO MENOR INFRATOR DO DISTRITO FEDERAL”, sob responsabilidade da pesquisadora Thiago Pimentel do Nascimento, estudante de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília, realizada sob orientação da Profa. Drª. Lilliane Campos Machado.

A pesquisa terá abordagem qualitativa, aproximando-se, com o Materialismo Histórico Dialético (MARX, 1974), sobretudo na ideia da leitura de mundo do filósofo em sua maneira de enxergar a sociedade por meio dos modos de produção e, principalmente, no manuseio/uso de suas categorias ontológicas (CURY 1989; SILVA; ROCHA, 2023), visando uma síntese superadora por meio do concreto pensado. Dentro dos procedimentos de pesquisa, teremos o estado do conhecimento, análise documental, entrevista semi estruturada e ainda a aplicação de questionários. Nessa toada, o lócus da pesquisa será o Centro de Internação do Menor Infrator do Distrito Federal. Os eixos teóricos da pesquisa serão: I. O ECA, como política pública no Brasil; II. Currículo nos Centros de Internação e III. A Rotina (OTP) nos Centros de Internação do menor infrator.

**Endereço:** CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-012 - Horário de  
**Bairro:** ASA NORTE **CEP:** 70.910-900  
**UF:** DF **Município:** BRASÍLIA  
**Telefone:** (61)3107-1502 **E-mail:** cep\_cha@unb.br

Continuação do Parecer: 7.102.940

**Hipótese:**

Temos que o problema central da nossa pesquisa reside em compreender qual o lugar ocupado ou não, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA nos currículos do Centro de Internação do menor infrator do Distrito Federal, tendo como pressuposto central de investigação o argumento e/ou ideia de que, em sendo devidamente trabalhado nas rotinas pedagógicas, o ECA poderá contribuir com um processo de reabilitação, de modo que o menor seja reinserido na sociedade, incluindo a comunidade escolar

**Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário:**

O objetivo principal reside em compreender qual o lugar ocupado ou não, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA nos currículos do Centro de Internação do menor infrator do Distrito Federal, tendo como pressuposto central de investigação o argumento e/ou ideia de que, em sendo devidamente trabalhado nas rotinas pedagógicas, o ECA contribuirá a um processo de reabilitação, de modo que o menor seja reinserido na sociedade, incluindo a comunidade escolar.

**Objetivo Secundário:**

- Identificar O ECA, como política pública na história da educação no Brasil;
- Compreender a presença do ECA no currículo de formação dos profissionais/educadores que atuam nos Centros de Recuperação/Internação do menor infrator.
- Investigar a incidência do ECA na rotina pedagógica dos Centros de Recuperação/Internação do menor infrator;
- Analisar as possibilidades de Contribuição do ECA na recuperação do menor infrator, pela perspectiva formativa/educacional.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:**

Sabemos, contudo, que toda pesquisa com seres humanos e de abordagem qualitativa têm seus riscos naturais, porém estamos nos cercando de todos os mecanismos legais e acadêmicos para

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-012 - Hórreo de  
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-000  
UF: DF Município: BRASÍLIA  
Telefone: (61)3107-1502 E-mail: cep\_cha@unb.br

Continuação do Parecer: 7.182.640

resguardar os direitos à honra e a imagem de todos os envolvidos na pesquisa, ou que terão algum contato com o pesquisador, por meio das seguintes medidas: garantia de acesso dos participantes aos resultados da pesquisa antes, durante e depois dos procedimentos; minimização de desconfortos e busca da manutenção das rotinas diárias do local; manutenção da confidencialidade e da privacidade, da proteção da imagem e da não estigmatização; garantia da divulgação pública dos resultados; garantia de que serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes dos participantes e de suas comunidades; garantia de que serão convertidos em benefícios os efeitos que continuam a se fazer após a conclusão da pesquisa.

**Benefícios:**

São esperados como benefícios desta pesquisa: em nível individual, possibilitar aos participantes (profissionais da sócio educação) reflexões sobre a organização do trabalho pedagógico e a forma como o ECA está sendo tratado/trabalhado nesse local; no nível institucional, repensar políticas curriculares formativas para a sócio educação no âmbito local com vistas ao melhor desenvolvimento do menor submetido à medidas sócio educativas; socialmente, levantar o debate sobre a política socioeducativa e promover possibilidades de construção de uma sociedade justa e igualitária.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Serão entrevistados 10 profissionais de educação que atuam com os adolescentes:

- professores
- diretor(a),
- coordenador(a) pedagógico e
- supervisor(a) da unidade educacional

Refere ter solicitado, mas não apresenta a autorização junto à Vara de Execução de Medidas

Socioeducativas (VEMSE), vinculada ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e à Subsecretaria do Sistema Socioeducativo (SUBSIS), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF (SEJUS) e responsável pela execução das medidas socioeducativas em âmbito distrital.

Informa como "Justificativa o não envio desse documento porque a investigação em tela não terá como Interlocutores, menores de idade. Contudo, Informamos que os demais Interlocutores (todos

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-012 - Homicídio de  
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-000  
UF: DF Município: BRASÍLIA  
Telefone: (61)3107-1592 E-mail: cep\_cha@unb.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E SOCIAIS DA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -  
UNB



Continuação do Parecer: 7.102/440

maiores de idade) irão assinar TCLE próprio da Universidade e do Programa, contendo o e-mail e telefone do pesquisador responsável e do CEP/CHS.

Reiteramos que este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à justificativa para o não envio do TCLE e/ou Termo de Assentimento, ou ainda sobre os direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep\_chs@unb.br ou pelo telefone: (61) 3107 1592."

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

- Cronograma;
- Roteiro de entrevista;
- TCLE adequada para cada grupo de participantes;
- Termo de Aceite Institucional - EAPE
- Termo de autorização junto à Vara de Execução de Medidas Socioeducativas (VEMSE), vinculada ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e à Subsecretaria do Sistema Socioeducativo (SUBSIS);
- Carta de encaminhamento com o comprometimento de início da coleta apenas após a aprovação por este Comitê.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Projeto avaliado e o pesquisador atendeu os apontamentos deste CEP, não havendo mais pendências ou inadequações, considero Aprovado

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2360036.pdf	24/09/2024 11:58:09		Aceito
Cronograma	Cronograma_atualizado.pdf	31/08/2024 17:42:26	THIAGO PIMENTEL DO NASCIMENTO	Aceito
Outros	Autorizacao_Thiago_VEMSE.pdf	31/08/2024 17:40:03	THIAGO PIMENTEL DO NASCIMENTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TCLE_Diretor_Coordenador_pedagogico_Supervisor_entrevista_semiestruturada.pdf	31/08/2024 17:31:29	THIAGO PIMENTEL DO NASCIMENTO	Aceito

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-012 - Horário de  
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-000  
UF: DF Município: BRASÍLIA  
Telefones: (61)3107-1592 E-mail: cep\_chs@unb.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E SOCIAIS DA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -  
UNB



Continuação do Parecer: 7.162.646

Ausência	TCLE_Diretor_Coordenador_pedagogico_Supervisor_entrevista_semiestruturada.pdf	31/08/2024 17:31:29	THIAGO PIMENTEL DO NASCIMENTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Professores_Questionario.pdf	31/08/2024 17:31:05	THIAGO PIMENTEL DO NASCIMENTO	Aceito
Outros	Carta_ao_CEP.pdf	31/08/2024 17:30:24	THIAGO PIMENTEL DO NASCIMENTO	Aceito
Outros	Lattes_Orientadora_Profra_Dra_Liliane_compressed.pdf	14/06/2024 21:12:19	THIAGO PIMENTEL DO NASCIMENTO	Aceito
Outros	Retificacao_Carta_Revisao_etica.pdf	14/06/2024 21:05:49	THIAGO PIMENTEL DO NASCIMENTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Retificacao_Justificativa_nao_envio_termo.pdf	14/06/2024 21:04:22	THIAGO PIMENTEL DO NASCIMENTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa.pdf	09/06/2024 14:51:43	THIAGO PIMENTEL DO NASCIMENTO	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	09/06/2024 14:50:17	THIAGO PIMENTEL DO NASCIMENTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Justificativa_para_nao_envio_TCLE.pdf	09/06/2024 14:49:55	THIAGO PIMENTEL DO NASCIMENTO	Aceito
Outros	Curriculo_Thiago.pdf	09/06/2024 14:48:16	THIAGO PIMENTEL DO NASCIMENTO	Aceito
Outros	Memorando_aceite_institucional_EAPE.pdf	09/06/2024 14:47:37	THIAGO PIMENTEL DO NASCIMENTO	Aceito
Outros	Instrumento_de_coleta_dados_03.pdf	09/06/2024 14:46:54	THIAGO PIMENTEL DO NASCIMENTO	Aceito
Outros	Instrumento_de_coleta_dados_02.pdf	09/06/2024 14:46:30	THIAGO PIMENTEL DO NASCIMENTO	Aceito
Outros	Instrumento_de_coleta_dados_01.pdf	09/06/2024 14:46:08	THIAGO PIMENTEL DO NASCIMENTO	Aceito
Outros	Carta_de_encaminhamento.pdf	09/06/2024 14:45:19	THIAGO PIMENTEL DO NASCIMENTO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	09/06/2024 14:29:44	THIAGO PIMENTEL DO NASCIMENTO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Neecessita Aprovação da CONEP:**

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-010 - Horário de  
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-000  
UF: DF Município: BRASÍLIA  
Telefone: (61)3107-1502 E-mail: cep\_che@unb.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E SOCIAIS DA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -  
UNB



Continuação do Parecer: 7.102.940

Não

BRASÍLIA, 25 de Outubro de 2024

---

Assinado por:  
André Ribeiro da Silva  
(Coordenador(a))

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-012 - Horário de  
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-000  
UF: DF Município: BRASÍLIA  
Telefone: (61)3107-1502 E-mail: cep\_cha@unb.br

## ANEXO IV – Autorização para pesquisa no sistema Socioeducativo do Distrito Federal

10/12/2024, 17:19

SEJGDF - 15814888 - Autorização



Governo do Distrito Federal  
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal  
Núcleo Gestor Distrital da Escola Nacional de Socioeducação

Autorização - SEJUS/SUBSIS/EDS/NUGEDS

### Autorização para Pesquisa Científica no Sistema Socioeducativo do Distrito Federal

Trata-se de autorização para realização de pesquisa, no âmbito desta Subsecretaria, requerida por Thiago Pimentel do Nascimento, nomeadamente de projeto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, modalidade profissional (PPGE-MP) da Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília/UnB como requisito parcial para qualificação. Linha de pesquisa: Currículo e Processo Formativo. Grupo de pesquisa: GEPFOCTI, sob a orientação da Profa. Dr<sup>a</sup>. Liliâne Campos Machado, intitulado: "O LUGAR DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NOS CURRÍCULOS PRATICADOS NO CENTRO DE INTERNAÇÃO DO MENOR INFRATOR DO DISTRITO FEDERAL".

O objetivo geral da pesquisa é, segundo o projeto redigido pelo pesquisador, "compreender qual o lugar ocupado ou não, pelo "Estatuto da Criança e do Adolescente", nas rotinas pedagógicas e nos currículos dos Centros de Internação do menor infrator". Mais especificamente, a pesquisa visa a, in verbis:

- *Identificar O ECA, como política pública na história da educação no Brasil;*
- *Compreender a presença do ECA no currículo de formação dos profissionais/educadores que atuam nos Centros de Recuperação/Internação do menor infrator;*
- *Investigar a incidência do ECA na rotina pedagógica dos Centros de Recuperação/Internação do menor infrator;*
- *Analisar às possibilidades de Contribuição do ECA na recuperação do menor infrator, pela perspectiva formativa/educacional".*

Conforme Projeto de Pesquisa anexo (157038930), o pesquisador planeja desenvolver sua metodologia por meio de "análise documental, entrevista semiestruturada e ainda a, aplicação de questionários, que serão utilizados da seguinte forma: aos professores que atuam na escola presente no centro de internação do menor infrator será aplicado o questionário para coleta de dados, com questões a serem respondidas por escrito e sem a interferência do pesquisador; com o diretor(a), coordenador(a) pedagógico e supervisor(a) da unidade educacional, será realizada entrevista semiestruturada, para investigarmos como tem sido as práticas pedagógicas, e como o ECA está sendo trabalhado por esses profissionais. Ainda, na análise documental, analisaremos o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90, a BNC Formação/2019, Lei 12.594/2012 – SINASE, as Diretrizes Pedagógicas – Escolarização no Sócio Educação e o provável PPP".

Ressalta-se que, conforme Autorização Judicial anexa (157039227), o pesquisador prevê visitar a Unidade de Internação do Recanto das Emas (Unire), para coleta de dados de sua pesquisa. Ressaltamos, ainda, que sua investigação ficará restrita aos professores/servidores ligados à SEEDF e que atuam no Núcleo de Ensino vinculado à referida UNIRE (ligada à Subsís). De acordo com o Cronograma proposto pelo pesquisador, na página 45 de seu Projeto de Pesquisa (157038930), o mesmo pretende realizar sua entrada em campo ainda no ano de 2024. As visitas serão previamente agendadas com a Direção da unidade e/ou com o Núcleo de Ensino, por via telefônica e/ou de e-mail institucional.

Nesse sentido, no documento 157923034 (Unire), anexos, constam as manifestações locais de aquiescência das unidades. O pesquisador deverá, após a finalização deste trâmite, realizar agendamento prévio com a unidade, antes da entrada em campo.

Diante do exposto, verifica-se que o estudo em tela se adequa aos parâmetros processuais sugeridos por esta Subsecretaria para o deferimento setorial. Assim, manifesta-se **anuência para a realização deste estudo.**

A presente autorização segue com cópia ao pesquisador interessado.

Atenciosamente,

**TIAGO RIZZOTTO DOS SANTOS**

**Coordenação de Pesquisa**

**Núcleo Gestor da Escola Distrital de Socioeducação (Nugeds)**

De acordo,

**CAROLINE NEVES**

**Diretora da Escola Distrital de Socioeducação**

#### **Informações Complementares**

Caberá aos pesquisadores e às pesquisadoras:

1. Realizar o agendamento da pesquisa junto às unidades socioeducativas por meio de contatos telefônicos ou e-mail disponibilizados pela Subsís;
2. Contatar a unidade com antecedência mínima de 24h para confirmação da atividade, ciente de que a unidade poderá, mediante justificativa, solicitar o reagendamento ou suspensão da atividade, conforme necessidades da rotina da instituição;
3. Garantir que todo material coletado seja utilizado somente na pesquisa acadêmica, garantindo o anonimato e o sigilo das informações prestadas;
4. Conhecer e cumprir a legislação de proteção aos direitos de crianças e adolescentes, especialmente no que compete à proteção de dados e de imagem. Ressalta-se que é vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua a autoria de ato infracional e, portanto, também é vedada a referência ao nome, apelido, à filiação, ao parentesco, à residência e, inclusive, às iniciais do nome e sobrenome dos adolescentes do sistema socioeducativo. O descumprimento desta vedação implica em infração administrativa (Lei 8.069/90, artigos 143 e 247);
5. Acompanhar e responsabilizar-se pelos efeitos interventivos produzidos no pesquisar e no contato com o público participante da investigação;
6. Observar os princípios éticos envolvidos na pesquisa com seres humanos, com normatização definida pela Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Constituem pontos fundamentais de tal resolução as seguintes disposições:

- Respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida;
  - Ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos, e garantindo que danos previsíveis serão evitados;
  - Relevância social da investigação, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio humanitária.
7. Por fim, enviar o trabalho final à Sejus, em formato PDF, por meio do e-mail institucional [nugeds@sejus.df.gov.br](mailto:nugeds@sejus.df.gov.br), a fim de que os resultados possam ser incluídos em Banco de Dados próprio da Subsís e, caso solicitado, promover apresentação presencial dos resultados.



Documento assinado eletronicamente por TIAGO RIZZOTTO DOS SANTOS - Matr:0217900-8, Especialista Socioeducativo - Psicólogo, em 10/12/2024, às 17:10, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



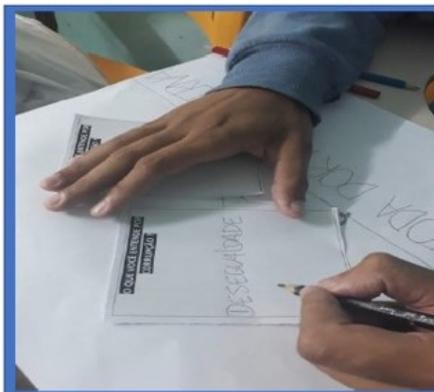
Documento assinado eletronicamente por CAROLINE SOUZA NEVES - Matr:0198124-2, Diretor(a) da Escola Distrital de Socioeducação, em 10/12/2024, às 17:14, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&verificador=158148688\\_codigo\\_CRC=5A068968](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=158148688_codigo_CRC=5A068968).

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SAAN, Quadra 01, Lote C - Bairro Asa Norte - CEP 70632-100 -  
Telefone(s):  
Site - [www.sejus.df.gov.br](http://www.sejus.df.gov.br)

## ANEXO V – CURRÍCULO (Planejamento UNIRE Anos Iniciais)



### CURRÍCULO ESCOLAR ANOS INICIAIS

#### EIXOS TRANSVERSAIS:

- EDUCAÇÃO PARA DIVERSIDADE/CIDADANIA-
- EDUCAÇÃO EM EPARA OS DIREITOS HUMANOS-
- EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE-
- EIXOS INTEGRADORES -
- ALFABETIZAÇÃO/LETRAMENTOS/LUDICIDADE-

2º CICLO - 2º BLOCO 4º ANO 5º

"O ideal da educação não é aprender ao máximo, maximizar os resultados, mas é antes de tudo aprender a aprender, é aprender a se desenvolver e aprender a continuar a se desenvolver depois da escola."

Jean Piaget, psicólogo com foco em aprendizagem

Disciplina: MATEMÁTICA –ATIVIDADES - 1º AO 5º ANOS			
CRONOGRAMA	OBJETIVOS	CONTEÚDOS	RATÉGIAS DE APRENDIZAGEM
1º BIM OBS: Os conteúdos trabalhados e desenvolvimento do aluno será de acordo com o diagnóstico e tempo da medida socioeducativa aplicada.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conhecer o sistema de numeração decimal;</li> <li>Ordem dos números;</li> <li>Ler, escrever e comparar números naturais de até a ordem de unidade de milhar, estabelecendo relações entre os registros numéricos e em língua materna.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Números naturais</li> <li>Antecessor / Sucessor</li> <li>Ordem crescente/ decrescente</li> <li>Escrita por extenso</li> <li>Adição simples</li> <li>Subtração simples</li> <li>Multiplicação simples</li> <li>Divisão com um algarismo no divisor</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cartazes</li> <li>Conversas/ Debate</li> <li>Exercícios xerocopiados</li> <li>Construção de Portfólio</li> </ul>
2º BIM OBS: Os conteúdos trabalhados e desenvolvimento do aluno será de acordo com o diagnóstico e tempo da medida Socioeducativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliar a leitura e a escrita dos números;</li> <li>Revisar e aprofundar os conceitos das operações de adição e subtração.</li> <li>Relacionar e identificar as ideias associadas à multiplicação, adição de parcelas iguais, à divisão, repartição e medida.</li> <li>Leitura e interpretação de situações matemáticas envolvendo as quatro operações fundamentais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Escrita por extenso</li> <li>Adição com reserva</li> <li>Subtração com desagrupamento</li> <li>Multiplicação simples</li> <li>Divisão com um algarismo no divisor</li> <li>Resolução de situações matemáticas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atividades Xerocopiadas</li> <li>Construção de Portfólio</li> </ul>
3º BIM OBS: Os conteúdos trabalhados e desenvolvimento do aluno será de acordo com o diagnóstico e tempo da medida socioeducativa aplicada.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Retomar o sistema de numeração decimal e um pouco da história dos números;</li> <li>Ler, escrever e representar números respeitando as regras do sistema de numeração decimal;</li> <li>Mostrar que a multiplicação é a operação inversa da divisão e vice-versa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Escrita por extenso</li> <li>Adição com reserva</li> <li>Subtração com desagrupamento</li> <li>Multiplicação simples</li> <li>Divisão com um algarismo no divisor</li> <li>Resolução de situações matemáticas</li> <li>O sistema de numeração decimal;</li> <li>Os algarismos e seu valor posicional;</li> <li>As ordens numéricas e as classes até a classe do milhão;</li> <li>O sistema de numeração romano.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Exercícios, gráficos, jogos, brincadeiras;</li> <li>Desenhos;</li> <li>Construção de Portfólio</li> </ul>
4º BIM OBS: Os conteúdos trabalhados e desenvolvimento do aluno será de acordo com o diagnóstico e tempo da medida socioeducativa aplicada.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Efetuar as quatro operações fundamentais;</li> <li>Resolver situações matemáticas envolvendo as quatro operações fundamentais.</li> <li>Identificar figuras geométricas planas</li> <li>Apresentar os elementos de um ângulo.</li> <li>Resolver situações diversas relacionadas às frações e comparar frações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Escrita por extenso de números</li> <li>Adição com reserva</li> <li>Subtração com desagrupamento</li> <li>Multiplicação com dois algarismos no multiplicador</li> <li>Divisão com dois algarismos no divisor</li> <li>Resolução de situações matemáticas</li> <li>Fração - Tipos de fração</li> <li>Frações equivalentes;</li> <li>Simplificação de frações;</li> <li>Comparação de frações;</li> <li>Adição, subtração, multiplicação e divisão de fração</li> <li>Sólidos geométricos</li> <li>Gráficos; Números decimais</li> <li>Adição, subtração, multiplicação e divisão de números decimais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conversas, debates</li> <li>Atividades xerocopiadas</li> <li>Construção de Portfólio</li> </ul>

96

Disciplina: LÍNGUA PORTUGUESA –ATIVIDADES - 1º AO 5º ANOS			
CRONOGRAMA	OBJETIVOS	CONTEÚDOS	ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM
1º BIM OBS: Os conteúdos trabalhados e desenvolvimento do aluno será de acordo com o diagnóstico e tempo da medida socioeducativa aplicada.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conhecer as consoantes e vogais;</li> <li>Desenvolver com habilidade formação de palavras e frases</li> <li>Desenvolver a capacidade de uso da linguagem oral e escrita;</li> <li>Entender as variações linguísticas;</li> <li>Compreender o sentido das palavras/frases orais e escritas, sabendo ressignificar, identificando elementos possivelmente relevantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alfabeto vogais e consoantes;</li> <li>Ordem alfabética;</li> <li>Formação de sílabas;</li> <li>Separação de sílabas;</li> <li>Formação de palavras</li> <li>Formação de frases;</li> <li>Leitura e escrita de frases</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Teste diagnóstico- Teste da Psicogênese</li> <li>Apresentação do alfabeto vogais e consoantes</li> <li>Alfabeto móvel</li> <li>Debates, Músicas, Filmes</li> <li>Construção de Portfólio.</li> </ul>
2º BIM OBS: Os conteúdos trabalhados e desenvolvimento do aluno será de acordo com o diagnóstico e tempo da medida socioeducativa aplicada	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conhecer gênero textual, carta aberta e carta ao leitor;</li> <li>Relembrar o que são e como utilizamos pronomes;</li> <li>Entender pontuação;</li> <li>Conhecer os gêneros textuais fábula e carta.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Textos e Produção de Texto</li> <li>Literário - (prosa e verso, conto e poema)</li> <li>Científico - Jornalístico, Instrucional, Epistolares (bilhetes, carta e convite).</li> <li>Fábula</li> <li>Gramática - Formação das palavras Fonemas</li> <li>Divisão e classificação silábica quanto à sílaba tônica e número de sílabas</li> <li>Acentuação</li> <li>Pontuação (Frases).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Teste da Psicogênese</li> <li>Consulta a diversas fontes para esportes e outros.</li> <li>Relatos de fatos vividos.</li> <li>Transição e recebimento de mensagens.</li> <li>Leitura e interpretação de anúncios e propagandas.</li> <li>Narrativa de livros lidos.</li> <li>Descrição oral de gravuras.</li> <li>Busca do significado de palavras no dicionário, pronunciando-a corretamente; reestruturação de palavras e frases.</li> <li>Construção de Portfólio.</li> </ul>
3º BIM OBS: Os conteúdos trabalhados e desenvolvimento do aluno será de acordo com o diagnóstico e tempo da medida socioeducativa aplicada	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conhecer os gêneros textuais;</li> <li>Entender sujeito e predicado;</li> <li>Aprender a entrevistar.</li> <li>Ler</li> <li>Compreender o que lê</li> <li>Recontar histórias ouvidas</li> <li>Escrever textos diversos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gênero do substantivo</li> <li>Número do substantivo</li> <li>Grau do substantivo.</li> <li>Numeral.</li> <li>Leitura, interpretação</li> <li>Produção textual</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Teste da Psicogênese;</li> <li>Discussão e exploração de avisos, recados, bilhetes e anúncios.</li> <li>Leitura de livros literários.</li> <li>Pesquisa, levantando dados e informações: dicionários, listas telefônicas, resultados</li> <li>Construção de Portfólio</li> </ul>
4º BIM OBS: Os conteúdos trabalhados e desenvolvimento do aluno será de acordo com o diagnóstico e tempo da medida socioeducativa aplicada	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar gêneros textuais diversos</li> <li>Ler</li> <li>Compreender o que lê</li> <li>Recontar histórias ouvidas</li> <li>Escrever textos diversos</li> <li>Escrever autobiografia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Formação de palavras e frases (em caso de alunos ainda não alfabetizados)</li> <li>Produção de textos;</li> <li>Leitura e interpretação de textos diversos;</li> <li>Verbo- tempos verbais</li> <li>Adjetivo</li> <li>Autobiografia</li> <li>Ortografia ( explorando os padrões silábicos complexos)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Interpretação e escrita de textos diversos</li> <li>Estruturação de textos, fazendo a substituição de palavras desconhecidas.</li> <li>Produção de texto autobiográfico.</li> <li>Construção de Portfólio</li> </ul>

95

Disciplina: CIÊNCIAS – ATIVIDADES - 1º AO 5º ANOS			
CRONOGRAMA	OBJETIVOS	CONTEÚDOS	ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM
<ul style="list-style-type: none"> <li>1º BIM</li> </ul> <p>OBS: Os conteúdos trabalhados e desenvolvimento do aluno será de acordo com o diagnóstico e tempo da medida socioeducativa aplicada</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reconhecer o próprio corpo, identificando as suas partes e funcionalidades;</li> <li>Demonstrar a importância dos hábitos de higiene pessoal;</li> <li>Entender a importância da água para a vida no Planeta;</li> <li>Investigar em que estado físico a água se apresenta em diferentes ambientes e ecossistemas;</li> <li>Conhecer o uso da água na agricultura e na indústria.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Corpo humano;</li> <li>Esquema corporal</li> <li>Água – Doenças (dengue, verminoses, etc.) sintomas e tratamentos.</li> <li>Estados físicos da água</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cartazes;</li> <li>Leituras informativas;</li> <li>Atividades em folha</li> <li>Vídeos explicativos</li> <li>maquete</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>2º BIM</li> </ul> <p>OBS: Os conteúdos trabalhados e desenvolvimento do aluno será de acordo com o diagnóstico e tempo da medida socioeducativa aplicada</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conhecer o Sistema Solar e os planetas que fazem parte;</li> <li>Manipular diferentes tipos de modelos de representação do Planeta Terra e observar como são expressos os diferentes tipos de solos, presença de água e florestas;</li> <li>Caracterizar os movimentos de rotação e translação da Terra;</li> <li>Compreender as estações do ano;</li> <li>Observar as posições do nascente e do poente do Sol;</li> <li>Identificar os pontos cardeais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Universo- Sistema Solar</li> <li>Planeta Terra</li> <li>Movimento de rotação e translação do Planeta Terra</li> <li>Fases da Lua</li> <li>Estações do ano</li> <li>Pontos cardeais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Globo terrestre, mapas</li> <li>Leituras</li> <li>Elaboração de cartazes</li> <li>Vídeos explicativos</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>3º BIM</li> </ul> <p>OBS: Os conteúdos trabalhados e desenvolvimento do aluno será de acordo com o diagnóstico e tempo da medida socioeducativa aplicada</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Compreender o processo da reprodução, destacando as principais diferenças entre os sistemas reprodutores masculino e feminino;</li> <li>Conhecer as formas de transmissão de IST, propor atitudes e medidas adequadas para a sua prevenção;</li> <li>Conhecer o ciclo de vida dos seres humanos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Corpo humano - Sistema reprodutor feminino e masculino</li> <li>IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atividades xerocopiada</li> <li>Cartazes</li> <li>Leitura</li> <li>Conversas/debates</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>4º BIM</li> </ul> <p>OBS: Os conteúdos trabalhados e desenvolvimento do aluno será de acordo com o diagnóstico e tempo da medida socioeducativa aplicada</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Compreender a poluição ou degradação dos ambientes;</li> <li>Identificar causas da poluição do ar e suas consequências na saúde das pessoas;</li> <li>Identificar iniciativas de defesa do meio ambiente;</li> <li>Desenvolver atitudes positivas relacionadas à preservação dos recursos naturais e do meio ambiente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ecossistemas e ciclos naturais;</li> <li>Problemas ambientais;</li> <li>Sustentabilidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cartazes;</li> <li>Pesquisas;</li> <li>Leituras informativas;</li> <li>Conversas/ debates</li> </ul>

97

Disciplina: HISTÓRIA – ATIVIDADES - 1º AO 5º ANOS			
CRONOGRAMA	OBJETIVOS	CONTEÚDOS	ESTRATÉGIAS APRENDIZAGEM
<ul style="list-style-type: none"> <li>1º BIM</li> </ul> <p>OBS: Os conteúdos trabalhados e desenvolvimento do aluno será de acordo com o diagnóstico e tempo da medida socioeducativa aplicada</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Construir a sua identidade como sujeito individual e coletivo.</li> <li>Apropriar-se da história de sua família, da escola e da comunidade, percebendo-se como cidadão a esses grupos.</li> <li>Identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Eu, meu lugar no mundo, na comunidade e grupo social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conversas, debates</li> <li>Exercícios, jogos e brincadeiras;</li> <li>Desenhos;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>2º BIM</li> </ul> <p>OBS: Os conteúdos trabalhados e desenvolvimento do aluno será de acordo com o diagnóstico e tempo da medida socioeducativa aplicada</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Descobrir e distinguir os seus papéis e responsabilidades relacionados a família, a escola e a comunidade.</li> <li>Selecionar e compreender o significado de objetos e documentos pessoais e da família, sua função, seu uso e significado.</li> <li>Identificar diferentes formas de trabalho existentes na comunidade, sua importância e impactos causados no ambiente em que se vive.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Eu, meu lugar no mundo, na comunidade e grupo social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conversas, debates;</li> <li>atividades individuais e em grupos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>3º BIM</li> </ul> <p>OBS: Os conteúdos trabalhados e desenvolvimento do aluno será de acordo com o diagnóstico e tempo da medida socioeducativa aplicada</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reconhecer a necessidade de conviver eticamente com o outro, conhecendo e respeitando seus direitos, deveres, costumes e modos de viver, na busca da eliminação da discriminação e do preconceito.</li> <li>Compreender o sentido da alteridade, com ênfase ao respeito as diferenças socioeconômicas, étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, de idade, culturais, dentre outras.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cidadania, diversidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Exploração de imagens, fotos.</li> <li>Elaboração de textos individuais e coletivos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>4º BIM</li> </ul> <p>OBS: Os conteúdos trabalhados e desenvolvimento do aluno será de acordo com o diagnóstico e tempo da medida socioeducativa aplicada</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reconhecer a construção da cultura de paz.</li> <li>Associar a noção de cidadania aos princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cidadania e diversidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Leituras</li> <li>Elaboração de cartazes</li> </ul>

98

Disciplina: GEOGRAFIA – ATIVIDADES 1º AO 5º ANOS			
CRONOGRAMA	OBJETIVOS	CONTEÚDOS	ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM
IM S: conteúdos trabalhados e desenvolvimento do aluno será de acordo com o diagnóstico e tempo da medida socioeducativa aplicada	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Compreender a sociedade como agente transformador de paisagens, identificando características e funcionamento de paisagens urbanas e do campo.</li> <li>❖ Conhecer o uso sustentável de recursos naturais.</li> <li>❖ Compreender a ação da sociedade nas questões socioambientais locais e em espaços distantes e seus impactos em diferentes espaços e tempos, reconhecendo a importância do cuidado e preservação do meio ambiente.</li> <li>❖ Reconhecer e compreender algumas das consequências das transformações causadas pela ação do homem;</li> <li>❖ Reconhecer o Distrito Federal a partir de sua história, seus símbolos, seu sistema administrativo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ O espaço urbano e o espaço rural;</li> <li>❖ A dinâmica da natureza;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Conversas / debates</li> <li>❖ atividades</li> <li>❖ Observações e ilustrações</li> </ul>
IM S: conteúdos trabalhados e desenvolvimento do aluno será de acordo com o diagnóstico e tempo da medida socioeducativa aplicada	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Desenvolver noções espaciais de localização, organização e distância;</li> <li>❖ Utilizar a linguagem cartográfica para se localizar, obter informações e interpretar a organização geográfica;</li> <li>❖ Localizar no mapa político do Brasil, estados, capitais, regiões.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Linguagem cartográfica</li> <li>❖ Mapas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Exploração de imagens, fotos, mapas e pinturas.</li> <li>❖ Atividades</li> <li>❖ Leitura de textos</li> </ul>
IM S: conteúdos trabalhados e desenvolvimento do aluno será de acordo com o diagnóstico e tempo da medida socioeducativa aplicada	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Identificar, descrever e recuperar as origens das principais festividades e outras tradições culturais do Distrito Federal e do Brasil.</li> <li>❖ Reconhecer os povos indígenas como primeiros habitantes do Brasil e seus direitos à preservação da identidade cultural e ao território.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Espaço de vivência</li> <li>❖ Diversidade Cultural</li> <li>❖</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Leitura de mapas e legendas,</li> <li>❖ Confeção de mapas;</li> <li>❖ Anotações, atividades, jogos;</li> <li>❖</li> </ul>
IM S: conteúdos trabalhados e desenvolvimento do aluno será de acordo com o diagnóstico e tempo da medida socioeducativa aplicada	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Associar a noção de cidadania aos princípios de respeito a diversidade, pluralidade e aos direitos humanos;</li> <li>❖ Reconhecer e respeitar a diversidade sociocultural, étnico-racial e de gênero que compõem a sociedade atual.</li> <li>❖ Compreender os papéis dos povos indígenas, das diversas sociedades africanas e dos povos europeus na sociedade brasileira e suas implicações na sociedade na atualidade.</li> <li>❖</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Cidadania</li> <li>❖ Diversidade</li> <li>❖ Patrimônio no Brasil e no mundo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Leitura de textos informativos</li> <li>❖ Atividades em folha</li> <li>❖ Debates e rodas de conversa</li> <li>❖ Confeção de cartazes, murais</li> </ul>